

Diário do Legislativo de 05/12/2006

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PSC

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 45ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra, Transcorrido em 20 de Novembro

1.2 - 46ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Inauguração do Centro de Apoio às Câmaras - Ceac

1.3 - 47ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Entrega ao Deputado Federal Vittorio Mediolí do Título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais

1.4 - 56ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.5 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Mesa da Assembléia

2.3 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 45ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 27/11/2006

Presidência da Deputada Maria Tereza Lara

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras da Deputada Elisa Costa - Palavras da Secretária Adjunta Maria do Carmo Ferreira da Silva - Entrega de placas - Palavras do Sr. Lúcio Gutierrez - Palavras da Sra. Maria Ilma Ricardo - Palavras da Deputada Federal Maria do Carmo Lara - Apresentação cultural - Palavras da Sra. Presidente - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Carlos Gomes - Elisa Costa - Laudelino Augusto - Maria Tereza Lara - Padre João - Paulo Piau - Sebastião Costa.

Abertura

A Sra. Presidente (Deputada Maria Tereza Lara) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Sebastião Costa, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa as Exmas. Sras. Deputada Federal Maria do Carmo Lara; Maria do Carmo Ferreira da Silva, Secretária Adjunta Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Deputada Elisa Costa, membro da Frente Parlamentar de Igualdade Racial e co-autora do requerimento que deu origem a esta comemoração; Maria Ilma Ricardo, Presidente do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Minas Gerais; os Exmos. Srs. Deputados Paulo Piau, Padre João, Laudelino Augusto e Carlos Gomes, membros da Frente Parlamentar de Igualdade Racial; e o Sr. Lúcio Gutierrez, Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT-MG - e Diretor do Sindieleiro.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Exmos. Srs. Vereador do PT Eutair Antônio, de Betim; Vereador Paulão, de Belo Horizonte; Pe. Waldecy Pereira, da Paróquia Nossa Senhora da Glória, da cidade de Jaíba; Prof. Vicente Oliveira, representando a Uemg; Sebastião Clemente de Souza, o Tiãozinho, representando os Agentes Pastorais Negros; Aloísio Marques, Presidente do PT em Belo Horizonte; Maria das Graças Sabóia, Coordenadora da Coordenadoria de Assuntos da Comunidade Negra de Belo Horizonte; Dirlene Marques, Coordenadora do Fórum Social Mineiro; Néelson Mateus, Presidente da Federação Umbandista do Estado; Denilson Martins, Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais - Sindipol - e membro do Coletivo Estadual de Combate ao Racismo do PT.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra, transcorrido em 20 de novembro.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Neste instante, vamos, de pé, ouvir o Hino Nacional, que será executado por Alan de Wite Guedes e Daniel Augusto Guedes, instrumentistas do Grupo Tambolê.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras da Deputada Elisa Costa

Quero cumprimentar e saudar a Deputada Maria Tereza Lara, Presidente da Frente Parlamentar da Igualdade Racial e co-autora do requerimento que deu origem a esta homenagem, neste ato representando o Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Mauri Torres.

Cumprimento também a nossa amiga e companheira Deputada Federal Maria do Carmo Lara; a nossa amiga e companheira de luta de muitos anos, Maria do Carmo Ferreira, a Cacá, Secretária Adjunta Especial de Políticas da Igualdade Racial da Secretaria Nacional; o nosso colega Deputado Paulo Piau, membro da Frente Parlamentar da Igualdade Racial; os nossos amigos e companheiros Deputados Padre João e Laudelino Augusto.

Com muito carinho, cumprimento todos vocês pela presença neste Plenário, tantas forças sociais, tantos movimentos, tanta representação da luta pela igualdade racial, contra o racismo e a discriminação aqui presentes.

O nosso agradecimento pelo comparecimento de todos a esta reunião especial, realizada todos os anos por esta Assembléia Legislativa.

Sinto-me feliz também por estar participando com os Deputados Paulo Piau e Maria Tereza Lara da frente parlamentar em que debatemos, em Minas e no Brasil, a luta pela igualdade racial neste País, especialmente no nosso Estado.

Nosso Brasil tem hoje 503 anos na luta de construção de uma nação. São 400 anos vividos sob o regime do escravismo e apenas 115 anos de liberdade, pelo menos formal, para mais da metade da população. Ao longo desses anos marcados por muitas lutas, assistimos à absoluta omissão do Estado brasileiro em face das desigualdades e das discriminações raciais, contabilizando uma trajetória de exclusão social e econômica dos descendentes dos africanos.

Houve o levante e o grito de liberdade ao longo desses anos. Estamos aqui para comemorar também o Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro. Zumbi dos Palmares, que resistiu, lutou pela liberdade, cuja memória trazemos hoje, aqui, neste dia, como também sua luta e sua história como face de alguém que organizou um povo, definiu objetivos e estratégias e construiu, para uma parcela importante da população, o desejo e a luta de liberdade. Para nós, aqui, hoje, é vivo Zumbi dos Palmares, e viva, também, a luta organizada de todos nós.

Queria também dizer neste momento importante que estamos vivendo, que ao longo desses anos, somamo-nos, como neste dia 27, integrando-nos a todas as iniciativas que marcaram o dia 20 neste país - passeatas, marchas, atividades culturais, cultos ecumênicos, celebrações, debates - e percebemos o avanço da consciência do povo brasileiro na luta por cidadania e, principalmente, no combate à discriminação e ao racismo. Sabemos o quanto o racismo ainda é profundo na sociedade brasileira e que demanda ação de muitos anos, muitas políticas e muito compromisso com todas as forças sociais e com os movimentos organizados da nossa sociedade.

Mas temos de registrar um fato histórico, porque a partir de 2003 houve - acho que é um marco histórico, sim, na política deste país -, a construção e a implementação de uma Secretaria Nacional de Políticas de Promoção à Igualdade Racial. Isso marca a nossa história e, principalmente, marca a presença do Estado, até então omissos ao longo de uma grande parte da história, pensando definitivamente em

políticas públicas para cuidar, promover e garantir a luta em favor das igualdades, do combate à discriminação e ao racismo.

Nesta legislatura, contamos com a presença da Comissão de Participação Popular. E queremos também reivindicar da Câmara Federal, da Deputada Maria do Carmo, a votação imediata do Estatuto da Igualdade Racial, uma luta que temos travado há muitos anos. Mesmo que ainda haja dificuldades, essa é uma luta deste parlamento e dos movimentos sociais.

Também quero falar do projeto de lei que para muitos é polêmico, mas que eu defendo: o projeto de lei das cotas. É importante afirmar que, do ponto de vista da nossa história, existe uma dívida que precisa ser resgatada neste país.

É fundamental que tenhamos cotas afirmativas para a nossa comunidade negra e para as nossas comunidades indígenas. Muitas universidades já avançaram nessa questão das cotas, mas precisamos garantir essa legislação, para que todos possam cumpri-la.

Quero, na pessoa da Cacá, parabenizar a nossa Ministra Matilde, porque o governo Lula está finalizando um plano nacional - com certeza, ela falará sobre ele. Pela primeira vez na história, temos um plano nacional de políticas públicas de combate ao racismo e de promoção da igualdade social.

Por fim, quero registrar a importância da Lei Federal nº 10.639, de 2003, para que possamos não apenas realizar nas escolas as comemorações da Semana pela Luta da Igualdade Racial, mas também que tenhamos, de fato, nos currículos permanentemente a discussão da história da África, da história afro-brasileira e da cultura afro-descendente.

Esperamos que a Lei Federal nº 10.639 realmente seja implementada em todas as escolas de ensino fundamental e médio neste país. A implementação dessa lei em todo o território nacional, e principalmente em Minas Gerais, é uma batalha da nossa frente parlamentar. Assim, poderemos mudar a cultura, dando dignidade e cidadania a nossa população negra e, principalmente, permitindo a participação popular, com a mudança de concepção dessa cultura.

Somos nós que vamos fazer essa mudança, somando os movimentos sociais, os movimentos negros e as políticas públicas destinadas à promoção da igualdade social.

Viva Zumbi! Viva 20 de novembro, Dia da Consciência Negra! Parabéns a todos!

Palavras da Secretária Adjunta Maria do Carmo Ferreira da Silva

Esqueceram de colocar um banquinho para mim. Senhoras e senhores, boa noite. Desculpem-me, de certa forma, quebrar o protocolo, mas venho de uma agenda pelo Brasil afora. Cheguei do Espírito Santo e irei, às 11 horas, para Anápolis participar da inauguração de um pólo moveleiro. Várias comunidades quilombolas participarão desse evento amanhã, às 9 horas. Por isso, estou falando neste momento, porque terei de sair correndo.

Permitam-me cumprimentá-los nas pessoas dos nobres representantes, eleitos por todos nós, que aqui estão. Quero cumprimentar a Deputada Federal Maria do Carmo Lara, as Deputadas Maria Tereza Lara e Elisa Costa e os Deputados Padre João, Paulo Piau e Laudelino Augusto.

Quero cumprimentar também uma pessoa que tem grande importância na minha vida, que está aqui neste Plenário, que é do povo, da sociedade civil. Por favor, levante-se, Maria Ilma. Ela é do Sindicato das Empregadas Domésticas de Belo Horizonte, companheira de luta de muitos anos, desde as décadas de 70 e 80. Trabalhávamos aqui, em Belo Horizonte.

Trago um abraço especial da Ministra Matilde Ribeiro, que se encontra também, neste momento, cumprindo agenda do 20 de novembro. De repente, as 100 pessoas que trabalham no nosso Ministério tornaram-se poucas para atender os 27 Estados. É com muito prazer que vamos a cada canto, nem que seja para ficar meia hora com cada pessoa e dizer que, pela primeira vez na história deste país, um Presidente que vem do povo, que ouviu o povo e que respeita o povo criou uma secretaria a partir dessa consulta ao povo, a partir desse respeito ao povo, que, por sinal, é a maioria da população brasileira. É uma secretaria que não é de negros para negros. É a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, ligada à Presidência da República, e que tem como prioridade, sim, o atendimento às demandas da população negra, mas que trabalha com todos os povos tradicionais: os ciganos, os indígenas, os judeus, os árabes, os palestinos. Ou seja, todo o povo que historicamente neste país esteve - por força, aliás, das políticas públicas - colocado à margem da sociedade.

É em nome do nosso mito maior, Zumbi dos Palmares, que estamos também levando à frente esse trabalho, que tem três anos. Um trabalho que já colheu muito fruto; não fez tudo que tinha por fazer porque as demandas são muitas, dado que a expropriação, a injustiça é histórica, passaram-se muitos e muitos anos. Há muito ainda por fazer, mas há muito o que comemorar. Hoje somos mais de 44 Municípios que aderiram ao Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial - Fipir. Dos 27 Estados brasileiros, 16 já contam com o seu Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial. Há também 38 universidades que já implantaram o sistema de cotas aqui colocado. Há hoje, em nível internacional, considerando não só a América, a Europa e o Reino Unido, em especial, 16 organismos internacionais semelhantes à Sepir. Porém, no mundo inteiro, a única com "status" de Ministério é a do Brasil.

Outra comemoração importante são os mais de 260 mil beneficiários do programa ProUni. Desses, 63 mil são negros e negras, e 3 mil, indígenas. Nesses poucos minutos que me restam, digo que estamos à disposição, em Brasília, para todas as informações necessárias, no intuito de construirmos juntos essa política que, pela primeira vez, coloca-se não como uma política de um partido, como uma política de uma gestão, mas como uma política de governo, de Estado; mas, para que ela dê certo, não basta a caneta do Presidente: é preciso adesão dos governos dos Estados, dos Municípios brasileiros, e é preciso fiscalização e controle social efetivo da sociedade civil organizada.

É preciso que deixemos claro que não é fácil para a nossa Secretaria cumprir essa missão, primeiramente porque Brasília não estava acostumada a ver tantos negros juntos, principalmente vê-los discutindo política, fazendo política e decidindo a vida pública. Sempre estivemos nos cargos mais servis, com todo o respeito aos profissionais de todas as profissões.

Hoje, Brasília começar a olhar diferentemente para um povo que, historicamente, construiu este país, mas ainda não tinha tido a oportunidade de mostrar que a universidade não precisa ter medo de quem é negro, indígena, cigano e por aí afora. É uma responsabilidade de todos nós e um direito de todos nós, como cidadãos deste país, de não só construir, mas de usufruir do que é nosso.

Cumprimento a todos os parlamentares que estão aqui, em Minas Gerais, construindo essa frente. Infelizmente, dos Estados brasileiros - já disse isso aqui, quando viemos para a instalação da frente -, o Estado de Minas é um dos mais retrógrados na aplicação das políticas, das ações alternativas, principalmente no tocante à questão da legalização das terras quilombolas. É preciso que haja maior agilidade, maior envolvimento, de fato, do poder público estadual, com controle social, para que possamos fazer a justiça devida.

Encerro agradecendo a oportunidade de estar mais uma vez nesta Casa, que não me é estranha por vários motivos. Com muita tranquilidade e coragem, queremos dizer que este governo tem trabalhado para que haja o devido respeito à diversidade religiosa, não se coadunando com a xenofobia e com a intolerância religiosa.

Em nome do nosso povo, em nome de todos - brancos, negros, amarelos, vermelhos, homens, mulheres, crianças e jovens que acreditam que este país é de todos e deve ser para todos -, termino cantando um refrão da nossa região. Gostaria que todos se levantassem para agradecer um trabalho que não é de uma pessoa, nem continuará sendo propriedade de ninguém, pois é fruto do trabalho dos que já se foram, dos que aqui estão e dos que nos sucederão, um trabalho que exige, antes de tudo, reeducação, paciência histórica para refazermos os nossos conceitos, para pôr fim aos preconceitos. Que todos os que vêm desempenhando um trabalho neste país sejam homenageados neste momento.

- Procede-se a apresentação musical.

Que vocês todos colham as flores, fruto do trabalho de todos nós. Muito obrigada.

Entrega de Placas

O locutor - Neste instante, a Deputada Maria Tereza Lara, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Mauri Torres, com a Deputada Elisa Costa farão entrega de placas, que contêm os seguintes dizeres: "Lutamos pela construção de um Brasil que dê ao povo negro a dignidade merecida, fazendo com que ele seja sujeito da cidadania. Homenagem da Assembléia Legislativa de Minas Gerais ao Dia Nacional da Consciência Negra", a entidades homenageadas nesta noite, cujos representantes convidamos a se dirigir ao local da cerimônia: pelo - Serviço Interfranciscano de Justiça, Paz e Ecologia - Sinfrajupe -, o Frei Aguinaldo Querobino; pelo Movimento Fé e Política, o Sr. Vadir de Souza; pelo Centro de Referência de Cultura Negra de Venda Nova - Movimento de Mulheres, a Sra. Vera Lúcia Xavier Rodrigues Brito, representando a Sra. Mônica Aguiar; pelo Movimento Cultural Mineiro, o Sr. Wilson Keyroga; pela CUT de Minas Gerais, o Sr. Lúcio Guterrez; pelo Movimento Cultural dos Grupos Tambolelê, o Sr. Santone Lobato Silva; pelo Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Minas Gerais, a Sra. Maria Ilma Ricardo; pela Fundação Centro de Referência da Cultura Negra, representando o Sr. Marcos Antônio Cardoso, a Sra. Elzelina Doris; pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teófilo Otôni, o Sr. Silvio Rodrigues; pela juventude e pelo ProUni, a Sra. Gilsa Maria dos Santos.

- Procede-se à entrega das placas.

Palavras do Sr. Lúcio Guterrez

Boa noite a todos e a todas. Cumprimento os companheiros Deputados Carlos Gomes, Laudelino Augusto, Paulo Piau e Padre João, a Deputada Maria Tereza Lara, a Deputada Federal Maria do Carmo Lara, a Deputada Elisa Costa e os demais presentes.

Antes de mais nada, temos de fazer uma homenagem a um africano que começou o grande trabalho a que estamos dando seqüência hoje, nesta Casa. O Brasil tem a pecha de ser um país racista. Nós, negros e negras, e muitos brasileiros brancos temos lutado arduamente para acabar com isso.

Na CUT, os lutadores sociais são chamados de companheiros e companheiras. Zumbi, que deu a própria vida por seu ideal, foi um lutador social e, portanto, sempre será companheiro nosso.

Quando um lutador da CUT morre lutando e sobe para o andar de cima, fazemos um ritual simples. É uma chamada. Chamamos três vezes o nome do companheiro, e todos respondem "presente" levantando o punho esquerdo para cima. Faremos agora o mesmo ritual em homenagem a Zumbi. Peço a todos que fiquem de pé e respondam "presente", com o punho esquerdo para cima, cada vez que eu chamar o companheiro Zumbi.

- Procede-se à homenagem.

Vivo em Belo Horizonte há 48 anos. Na infância, eu e meus amigos vendíamos amendoim, mexerica, laranja, chocolate e pirulito pelas ruas da cidade. Evitávamos passar pelas ruas próximas da Assembléia Legislativa, porque entendíamos que aquele espaço não era para negros, mas, sim, para brancos, para a burguesia. Cresci tendo essa impressão da Assembléia Legislativa. Por isso, para mim, hoje é um dia especial. Isto aqui virou um quilombo. Os lutadores sociais negros e brancos estão ocupando o Plenário desta Casa. Afinal, este é um espaço dos brasileiros, e nós somos brasileiros.

Parabenizo a Assembléia Legislativa, os Deputados, a Mesa e o Presidente da Casa por abrirem ao povo as portas deste Poder, as quais, aliás, deveriam ter nascido abertas. A Assembléia deveria ter nascido com as portas abertas para todos os brasileiros, e os negros e as negras são metade da população brasileira. Infelizmente, nem sempre tivemos acesso a esta Casa. Hoje, as coisas estão mudando. É, portanto, hora de valorizar essa iniciativa.

Quero que este registro chegue ao conhecimento dos Deputados de todos os partidos e do Presidente da Assembléia Legislativa. Esta Casa mineira está dando um belo exemplo aos demais parlamentos. E falo em nome de todas as pessoas que estão recebendo homenagem.

Estou falando aqui para deixar uma marca e uma reflexão: essa Casa finalmente se abriu para toda a população brasileira, trazendo e homenageando uma parte da população brasileira que até pouco tempo atrás era marginalizada, reconhecendo que hoje há igualdade entre brancos e negros. Esse exemplo tem que chegar à sociedade. Temos que fazer a sociedade mineira discutir esse problema com profundidade. Temos que fazer com que essa iniciativa chegue ao Palácio da Liberdade para que também lá tenham essa preocupação com as políticas de igualdade racial. Temos que trazer para Minas Gerais o exemplo do governo Lula - e que este apelo chegue aos ouvidos do Governador reeleito para que pense também em construir um país não racista. Essa palavra pesa nos ouvidos de quem a ouve, mas temos que começar a falar mais. Infelizmente o Brasil é um país racista, Minas Gerais é um Estado racista, e iniciativas como a desta Casa abrem de forma tranqüila essa discussão no Brasil e em Minas Gerais.

De qualquer forma, neste momento de fortes emoções, temos que parabenizar a Deputada Elisa Costa e a Deputada Maria Tereza Lara, que tiveram a felicidade e a coragem de apresentar esse requerimento muito bem escrito e muito bem pensado que nos deu a oportunidade de aqui, hoje, sermos homenageados e fazermos essa discussão.

Quero agradecer, em nome dos trabalhadores, daqueles que lutam por um Brasil sem racismo, a todos os Deputados da Assembléia e, de uma forma especial, à Deputada Elisa Costa e à Deputada Maria Tereza Lara. Muito obrigado, um abraço a todos e a todas.

Palavras da Sra. Maria Ilma Ricardo

Quero inicialmente cumprimentar toda a Mesa, os companheiros e as companheiras presentes neste momento, representantes de várias entidades. Não sei nem o que falar, tão grande é a emoção. Maior ainda é a nossa esperança. Quero cumprimentar as autoras desse projeto que está tramitando e que esperamos, com nossa união e nossa participação, seja vitorioso. Temos que agradecer também, de modo muito especial, ao Zumbi dos Palmares, porque ele nos tem dado essa força e essa coragem. Quinhentos anos se passaram e a história continua - o negro fora da escola, a mulher negra e o homem negro trabalhando apenas como trabalhadores domésticos, sem nenhuma valorização por parte da sociedade. Somos como aqueles escravos que vieram nos porões dos navios. Ganhamos a liberdade, mas saímos sem escola, sem moradia e sem dignidade própria. Este Dia Nacional da Consciência Negra nos faz dar as mãos, não só negros, índios e ciganos, mas todos nós, porque queremos viver em um país de liberdade, onde haja justiça e amor. Nosso Senhor disse: "Eu vim para que todos tenham vida e haja vida em abundância". Que abundância é esta que estamos presenciando? Um povo sem casa, sem trabalho, um povo que passa fome. Alguns que trabalham na casa dos nossos senhores muitas vezes ainda passam fome, ainda são escravizados. É hora de somarmos nossas forças e lutarmos por um Brasil digno, onde haja justiça e dignidade.

É por isso que eu, em nome do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Minas Gerais, quero agradecer às nossas ilustres Deputadas e aos nossos ilustres Deputados, que estão trabalhando para que vivamos num país de justiça, em que tenhamos dignidade e sejamos considerados pessoas humanas, não com resquício da escravidão.

Em nome de toda essa população, quero agradecer mais uma vez e dizer que, em Minas Gerais, o mérito não é só meu. Esta insígnia tão bonita, dedico a todas as trabalhadoras e trabalhadores domésticos do Brasil. Eu, sozinha, não seria capaz de travar luta tão grande.

Muito obrigada a todos. Esperamos que um dia ainda possamos erguer a nossa bandeira da ressurreição e da vitória. Esperamos ainda que nossos filhos, que nossa juventude possa dizer que nasceu e vai viver num país livre. Por isso não podemos cruzar os nossos braços. Somos fortes, somos milhares e milhões de negros espalhados por este Brasil afora.

Juntos, com essa consciência, travaremos essa luta. Não podemos desanimar porque o Brasil é nosso, o Brasil é rico e nós somos gente, somos povo que construímos e estamos construindo esta nação.

Muitas coisas não serão alcançadas por nós, mas por nossos filhos, para a geração que virá. Tenho certeza de que eu, apesar da minha idade avançada, conseguirei alguma coisa. Ainda hei de ver nós todos dizermos neste país que a liberdade, ainda que tardia, virá. Muito obrigada.

Agradecemos, de coração, em nome de todas as pessoas. Viva o nosso País, que é um Brasil rico, de negros, que também são pessoas humanas. Muito obrigada.

Palavras da Deputada Federal Maria do Carmo Lara

Boa-noite a todas e todos os presentes. Cumprimento a Deputada Maria Tereza Lara, que coordena esta reunião de homenagem, de celebração, de resgate da memória e da luta dos negros e negras do nosso país, co-autora do requerimento, juntamente com a Deputada Elisa Costa. Quero parabenizar essas duas Deputadas porque, com certeza, são mulheres que também têm uma história de luta neste país. Somos a metade da população negra, como já dito, e também metade, senão maioria, de mulheres. Estamos aqui na luta contra a discriminação, como mulher e como negros.

Cumprimento o Deputado Paulo Piau, membro da Frente Parlamentar de Igualdade Racial, e os companheiros Laudelino Augusto, Padre João e Carlos Gomes.

Falarei pouco para saudá-los. A luta caminha e faz parte da história, e só nos tornaremos sujeitos da história ou só transformaremos a história, nossa vida, nossa sociedade, se estivermos na caminhada e na luta.

Só nos tornaremos sujeitos da história se caminharmos e lutarmos em busca da liberdade de fato, ou seja, liberdade em que há direito a estudo, a emprego, a saúde e a educação. Portanto, a criação da Secretaria Especial pela Promoção Racial é um passo, um instrumento para isso. Durante a campanha eleitoral, entretanto, questionaram-se as secretarias que foram criadas, entre elas a Secretaria de Igualdade Racial e a Secretaria Especial das Mulheres. Alegou-se que o gasto era muito alto.

Temos de continuar nossa luta para que possamos garantir essas conquistas e que essas conquistas avancem no próximo governo do Presidente Lula. Sabemos que as conquistas não avançam de graça. É preciso que ocupemos espaço e que haja organização e participação. Apesar de sermos maioria, negros e negras, precisamos organizar-nos cada vez mais e fazer com que os direitos, que são para todos, sejam realmente para todos e que não haja discriminação.

A Caminhada do Zumbi traz como reflexão que temos de continuar essa luta. Cada um de nós é sujeito dessa luta. Parabeno a Assembléia Legislativa, os Deputados da frente parlamentar, as Deputadas Maria Tereza Lara e Elisa Costa e os demais presentes, pois este evento só está ocorrendo em virtude da presença dos movimentos, de pessoas que acreditam que vale a pena continuar lutando. Todas as conquistas que ocorreram até hoje só serão ampliadas se houver pessoas participando, se formos sujeitos dessa caminhada. Parabéns, um abraço, muita força, muito axé, para que consigamos continuar essa luta.

Apresentação Cultural

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o ator Wesley Moura, que, ao som do trompetista Juventino, declamará poema de Deisy Quinski alusivo à questão racial.

- Procede-se à interpretação do poema.

O Sr. Wesley Moura - A poesia, escrita por Deisy Quinski, componente dos grupos Tamboelê e Xicas da Silva, chama-se "21 horas e 46 minutos". Obrigado pela atenção de todos. Boa-noite.

Palavras da Sra. Presidente

Inicialmente, gostaria de cumprimentar os movimentos sociais que lutam pelos direitos da igualdade social, defendendo, sobretudo, os negros e as negras deste país. Nós, brancos, temos uma dívida social com os negros e as negras. Por esse motivo, tenho procurado somar forças com os companheiros e as companheiras desta Assembléia, para que, de fato, possamos garantir essa luta, abrindo cada vez mais espaços nesta Casa para que a igualdade social seja uma realidade neste país, neste Estado.

Quero também cumprimentar a Deputada Elisa Costa, co-autora conosco do requerimento que deu origem a esta homenagem; a Deputada Federal Maria do Carmo Lara, minha irmã; o Deputado Estadual Paulo Piau, membro da Frente Parlamentar da Igualdade Racial. Também participam dessa frente parlamentar os membros do PT, como os Deputados Laudelino Augusto, Carlos Gomes e Padre João. Certamente, ninguém que não fosse membro dessa frente estaria aqui, hoje, deixando os seus afazeres. Quero agradecer de modo carinhoso a cada um desses companheiros, que hoje, comigo e com a Elisa, fortalecem essa luta em Minas Gerais.

Quero também cumprimentar a Maria do Carmo Ferreira da Silva, a nossa companheira Cacá, ex-Prefeita e atual Secretária Adjunta Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Quero agradecer a todos que já foram mencionados anteriormente, representantes de órgãos públicos e de movimentos, e a cada um e a cada uma.

Elisa, permita-me dizer o seguinte: estamos, hoje, como Presidente da Frente Parlamentar da Igualdade Racial. Todos os que compõem esta Mesa somaram forças conosco. Desde o primeiro momento, a Elisa se dispôs a estar na linha de frente, junto aos Deputados Paulo Piau, Carlos Gomes, Laudelino Augusto e Padre João. Permitam-me os companheiros, quero sugerir que, no próximo ano, a Deputada Elisa Costa seja a Presidente dessa frente, pois não podemos deixar esse vácuo. Como o Deputado Paulo Piau foi eleito Deputado Federal, certamente estará somando forças nessa luta junto à Deputada Maria do Carmo e a outros companheiros e companheiras.

Estou na suplência, não fui eleita, continuarei a luta nos movimentos sociais, a luta continua. Quero que vocês sempre me convidem para participar quando houver atividades e eventos. Nosso compromisso, independentemente de termos ou não mandato eletivo, é estar em luta permanente em defesa da organização dos movimentos sociais.

Permitam-me os companheiros de partido e o Deputado Paulo Piau, que, como já disse, vai para Brasília e certamente estará com a Maria do Carmo: estou sugerindo aos Deputados Laudelino Augusto, Carlos Gomes e Padre João que, com cavalheirismo, indiquem a Deputada Elisa Costa para presidir essa frente.

Vimos aqui a escolha dos que representam não a si mesmos, mas representam movimentos e foram homenageados: Frei Aguinaldo, que é franciscano, sabemos que principalmente o Sinfrajupe tem esse compromisso com os excluídos. Levante-se, Frei Aguinaldo, para que mais uma vez possamos homenagear não só o senhor, mas os franciscanos que têm dado grande contribuição ao nosso Estado e ao nosso país em defesa da ecologia e dos excluídos; Lúcio Guterrez todos conhecem, Presidente da CUT, tem esse compromisso de organização dos trabalhadores; Mônica Aguiar, feminista, representando as mulheres, hoje sendo representada pela Vera; Vadir, do Movimento Fé e Política, está conosco, reside em Betim e está nessa luta permanente também; Wilson Keyroga, precursor do "reggae" em Minas Gerais, cantor e compositor. Permita-me a Deputada Elisa Costa dizer que as sugestões dela, como o Grupo Tambolelé, aqui representado pelo Santone, realmente orgulham a cultura e a música mineira; Marcos Antônio Cardoso, representado aqui por sua esposa, Dóris, não por questão de ser esposa, mas por ser mulher, por ser de luta, de movimento, ela está aqui representando o Marco Antônio; a Gilsa, que atua efetivamente no Movimento Negro de Governador Valadares, uma jovem também do ProUni, esse projeto do governo federal que tem priorizado os direitos dos negros; Sílvio Rodrigues, ex-Vereador de Teófilo Otôni, trabalhador rural.

Fiz questão de mostrar que são pessoas que representam não apenas a si mesmos, mas os movimentos sociais. Nosso compromisso é esse, não há como mudar a nossa sociedade se não for por meio do fortalecimento dos movimentos sociais organizados. Esse é o caminho em que acreditamos. Por isso estamos aqui, por isso vocês estão aqui.

No dia de hoje, que nós todos, neste Plenário, renovemos o nosso compromisso de, onde estivermos, ocuparmos esse espaço de poder, para colocar o poder a serviço da vida, da maioria, dos excluídos, de uma sociedade justa, fraterna e igualitária, seja em órgãos públicos, seja nos movimentos sociais, seja no Parlamento. Nosso abraço carinhoso a todos desta Casa, além dos Deputados e Deputadas, a todos os assessores, Consultores desta Casa, que têm sido para nós braço direito, abrindo esta Casa para os movimentos sociais.

Esta Casa, por meio das comissões temáticas, e agora também por meio da Comissão de Participação Popular a partir de 2003, tem mostrado ao País seu papel importante de fortalecer a democracia representativa e ampliar a democracia participativa direta. Esse é o nosso compromisso. Que continuemos realmente firmes, a postos, superando qualquer divergência partidária para unirmos forças e efetivamente contribuirmos para essa qualidade de vida, para a construção da cidadania.

Temos aqui também dois Vereadores, o Eutair, de Betim, e o Paulão, aqui de Belo Horizonte, além de tantas outras entidades, como já falamos, aqui presentes. Todos e todas que aqui estão com certeza não estariam aqui perdendo tempo, estão ganhando tempo porque acreditam nesta proposta, neste projeto.

Trata-se de um projeto democrático popular, que está espalhado por este país, em todos os Estados e todas as cidades onde os movimentos sociais se organizam e onde conquistamos os nossos direitos.

Os direitos são conquistados. Não há salvador da pátria. Os governantes que defendemos, em quem acreditamos, apenas abrem espaço, mas são os movimentos sociais que o conquistam e o ocupam. Então, temos de deixar bem claro: quanto mais acreditarmos num governo, mais organizados temos de estar para que, de fato, avancemos muito mais. Esse é o nosso desejo e nosso compromisso.

Que Deus abençoe o nosso trabalho e a nossa luta, para que não desanimemos. As palavras são: "participação, organização e esperança". Essa esperança tem de estar acesa no coração do povo brasileiro, sobretudo dos negros e das negras que, histórica e culturalmente, têm-nos mostrado o valor do povo brasileiro e a riqueza do nosso país.

Não falo apenas da riqueza natural, falo também da riqueza humana, de integração de raças, da necessidade de reconhecermos que, diante de Deus e da lei, somos todos iguais. Temos de fazer prevalecer essa igualdade na prática, que ela passe de um desejo, um sonho de leis, para a realidade do povo brasileiro.

Também não podemos deixar de agradecer a presença da Maria do Carmo Ferreira, representando a Sepir, que tem desempenhado grande papel. Temos de avançar muito mais. Esses são apenas os primeiros passos, que são importantíssimos. Por isso, cada vez mais, temos de estar mais unidos, organizados e fortes. Muito obrigada.

Antes de encerrar esta reunião, quero dizer que represento aqui o Deputado Mauri Torres, Presidente desta Casa, a quem agradecemos publicamente a abertura, a disponibilidade para sempre abrir as portas desta Casa. Lógico que isso é o nosso direito, mas soma-se à vontade política do Deputado Mauri Torres, que, repito, sempre abre esta Casa aos movimentos sociais.

Como represento o Deputado Mauri Torres nesta reunião, quero fazer das minhas palavras os cumprimentos do Presidente desta Casa e de todos os Deputados e todas as Deputadas que têm esse compromisso a cada um dos movimentos sociais e aos Deputados presentes.

A Deputada Elisa Costa (em aparte) - A Deputada Maria Tereza Lara me repassou uma responsabilidade e a fez publicamente. Por isso, sinto-me no compromisso de afirmar, diante dos senhores, dos movimentos sociais, das entidades e dos nossos homenageados, que representam a luta histórica dos movimentos sociais, dos movimentos negros, afro-descendentes deste país, que aceito a responsabilidade de representar a frente parlamentar e tornar-me sua Presidente. Espero que continuemos a nossa luta, que façamos um planejamento para trabalhar em Minas Gerais em favor da luta da igualdade racial. Obrigada.

A Sra. Presidente - Obrigada, Deputada Elisa Costa. Mais uma vez, agradeço aos companheiros Deputados, que certamente concordaram com ela, pois quem cala consente; aos Deputados Paulo Piau e Maria do Carmo Lara, que, em Brasília, lutarão também pela defesa e igualdade racial; e aos Deputados Padre João, Laudelino Augusto e Carlos Gomes que continuam aqui, na Assembléia de Minas.

Encerramento

A Sra. Presidente - A Presidência agradece a presença dos convidados, e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 28, às 9 horas, e para a reunião extraordinária também de amanhã, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a reunião ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do anunciada foi publicada na edição de 28/11/2006.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 46ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 28/11/2006

Presidência dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Domingos Sávio

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Sr. Luís Antônio Prazeres Lopes - Palavras do Sr. Eduardo Vieira Moreira - Palavras do Sr. Florian Madruga - Palavras da Sra. Daniela Santiago Menezes - Palavras do Sr. Guilherme Wagner Ribeiro - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Adalclever Lopes - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Antônio Júlio - Bilac Pinto - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Viana - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - a Deputada Jô Moraes e os Deputados José Henrique - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Luiz Humberto Carneiro - Paulo Piau - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Dilzon Melo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Deputados José Henrique e Célio Moreira; Vereador Edson Melgaço, Presidente da Associação dos Vereadores de Minas Gerais; Florian Madruga, Diretor Executivo do Instituto Legislativo Brasileiro - ILB - e Presidente da Associação Brasileira das Escolas Legislativas - Abel -; Yara Depieri, Diretora do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento dos Servidores da Câmara dos Deputados - Cefor -; Luís Antônio Prazeres Lopes, Diretor-Geral desta Casa; Eduardo Vieira Moreira, Secretário-Geral da Mesa desta Casa; Ramiro Batista de Abreu, Diretor de Comunicação Institucional desta Casa; Daniela Santiago Menezes, responsável pelo Centro de Apoio às Câmaras; e Guilherme Wagner Ribeiro, Consultor desta Casa.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença do Exmo. Sr. Deputado eleito José Mosconi e das Exmas. Sras. Deputada eleita Rosângela Reis; Carla Maria Evangelista Vieira Pedroso e Valéria Corrêa Prazacaron, respectivamente Diretora da Escola do Legislativo e Coordenadora Pedagógica da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à inauguração do Centro de Apoio às Câmaras - Ceac.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Neste instante, será executado o Hino Nacional pelo Conjunto de Câmara da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, sob a regência do Subtenente Oscar Rocha.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

Digníssimas autoridades que compõem esta Mesa, quero saudar os Exmos. Srs. Vereador Edson Melgaço, Presidente da Associação dos Vereadores de Minas Gerais; Florian Madruga, Diretor Executivo do ILB e Presidente da Abel; Yara Depieri, Diretora do Cefor; Luís Antônio Prazeres Lopes, Diretor-Geral desta Casa; Eduardo Vieira Moreira, Secretário-Geral da Mesa desta Casa; Ramiro Batista de Abreu, Diretor de Comunicação Institucional desta Casa; Deputados Dilzon Melo, Doutor Viana, José Henrique, Célio Moreira, Carlos Mosconi, André Quintão,

Sargento Rodrigues, Gustavo Valadares, e outros ilustres Deputados que aqui comparecem neste momento solene do Parlamento mineiro. Meus senhores, minhas senhoras, servidores da Casa, TV Assembléia; o municipalismo e a regionalização têm sido permanentemente defendidos e apoiados nesta Assembléia, constituindo-se uma das mais importantes premissas que orientam e fundamentam nossos trabalhos.

A causa dos Municípios é também nossa primeira causa, pois na prática política junto às nossas comunidades iniciaram-se nossas vocações e nosso interesse pela vida pública. Assim, temos tradicionalmente aberto nossos instrumentos de comunicação e informação para os Legislativos municipais, como vem acontecendo no âmbito da TV Assembléia, no nosso "site" na internet e na Escola do Legislativo.

Justamente com o intuito de aprimorar nosso relacionamento, sempre do ponto de vista institucional, estamos inaugurando o Centro de Apoio às Câmaras Municipais, a partir de hoje nosso Ceac. Em um espaço exclusivamente dedicado a esse serviço, Vereadores de todo o Estado terão acesso a informações de interesse comum.

Ao mesmo tempo, aprimora-se um canal para a troca de conhecimento entre as Casas Legislativas de Minas, com a inauguração do "link" do Ceac, que atualizará dados sobre legislação federal e estadual, jurisprudência ou informações sobre eventos e publicações.

O "link" do Ceac, Vereadores e Vereadoras, no "site" da Assembléia, possibilitará a todos e ao povo mineiro o acompanhamento semanal, por via de boletim eletrônico, dos principais acontecimentos conduzidos nas Câmaras e na Assembléia Legislativa.

Mais uma assistência presencial, para Vereadores e servidores municipais, já está disponível para esclarecimento pessoal sobre o processo legislativo ou para sanar dúvidas sobre a legislação ou sobre os serviços prestados pela Assembléia mineira.

Juntamente com a Escola do Legislativo, a Assembléia e o Ceac estarão à frente da promoção de cursos de atualização e de qualificação dos agentes municipais. Essa rede de troca de experiências, aberta à participação de todos os Municípios, visa, em última instância, ao aprimoramento de nossa democracia, para que ela se torne cada vez mais participativa e, portanto, ainda mais próxima de cada cidadão.

A Assembléia de Minas, sempre procurando uma interlocução mais estreita com a sociedade, buscando ser uma instituição cada vez mais aberta, vem suprir mais essa demanda, detectada por setores diversos da Casa. Centralizando, por meio do Ceac, nosso atendimento às solicitações municipais, estamos consolidando uma parceria entre os Legislativos, por meio de mecanismos mais rápidos, eficientes e facilitadores no encaminhamento das diversas demandas.

Caminhando juntos, buscando o bem-estar dos mineiros como um todo, as 850 Câmaras, associadas à Assembléia Legislativa, continuarão, certamente, a realizar sua missão representativa dentro dos princípios republicanos e democráticos. Esta é a nossa intenção: a participação da Assembléia Legislativa com todas as Câmaras Municipais de Minas Gerais. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Luís Antônio Prazeres Lopes

Exmos. Srs. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, representando o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Mauri Torres; Sras. Deputadas e Srs. Deputados presentes nesta solenidade; Vereador Edson Melgaço, Presidente da Associação dos Vereadores de Minas Gerais; Florian Madruga, Diretor Executivo do ILB e Presidente da Abel; Sra. Yara Depieri, Diretora do Cefor; Eduardo Vieira Moreira, Secretário-Geral da Mesa desta Casa; Ramiro Batista de Abreu, Diretor de Comunicação Institucional desta Casa; servidores da Casa, senhoras e senhores presentes, a Assembléia de Minas vem promovendo, desde o início dos anos 90, um amplo movimento de abertura democrática, que se manifestou em ações inovadoras de aproximação com a sociedade. Essas iniciativas, que tornaram a Casa mais aberta à participação, não se restringiram à Capital. Ao longo dos anos que se seguiram à abertura democrática, a Assembléia vem desenvolvendo uma série de ações no interior, a fim de aproximar cada vez mais o Poder Legislativo dos cidadãos mineiros.

A abertura desses canais de participação trouxe demandas variadas a serem processadas pela Casa. Na experiência acumulada, em especial por meio dos cursos de capacitação oferecidos pela Escola do Legislativo para agentes públicos no interior, observou-se a necessidade de se criar um espaço institucional de relacionamento com um público específico: as Câmaras Municipais.

Foi então que surgiu a proposta do Ceac. O Ceac permitirá a sistematização e coordenação das inúmeras demandas de Câmaras Municipais, que até hoje chegavam de forma dispersa aos vários setores da Casa. Essa convergência permitirá a melhoria do atendimento ao público formado por Vereadores e servidores dos Legislativos municipais, complementando o atendimento que já é prestado, com muita eficiência, pelos gabinetes parlamentares, sem se sobrepor a ele.

A existência de um setor específico, além de facilitar o processamento das demandas, vem consolidar a parceria entre os Legislativos em Minas Gerais, com o aumento do intercâmbio de experiências para o aprimoramento conjunto.

A primeira iniciativa nesse sentido, há mais de uma década, foi o "Assembléia On Line", com informações sobre a composição, a organização e a atuação do Poder Legislativo. Em 1992, antes mesmo do início da popularização da internet no Brasil, o "Assembléia On Line" levava informações sobre os trabalhos da Casa a Câmaras Municipais, Prefeituras e associações de Municípios, por meio de terminais instalados naqueles locais conectados remotamente ao centro de processamento de dados da Assembléia.

Mas, desde então, as tecnologias não pararam de evoluir, e a Assembléia Legislativa de Minas tem acompanhado esse desenvolvimento, modernizando-se administrativamente com vistas ao aprimoramento da representação política pelos membros do Poder. Em 1995 entrou no ar o "site" da Assembléia, o segundo de um Legislativo no País. Hoje o "site" registra cerca de 400 mil acessos mensais, tornando disponíveis à população, com transparência e agilidade, dados e informações sobre a atividade parlamentar. A Casa recebe - para espanto meu, que não sabia desse dado - diariamente mais de 11 mil "e-mails".

O Ceac é mais uma etapa no aprimoramento da área administrativa da Assembléia e no acompanhamento do avanço tecnológico dos dias atuais. Com o Ceac, a Assembléia passa a ter um canal de comunicação aberto com as Câmaras dos 853 Municípios mineiros.

Na estrutura da Assembléia, o Ceac está posicionado na Coordenação de Cerimonial e Relações Públicas, no âmbito da Diretoria de Comunicação Institucional. A inauguração do Ceac vem atestar a política que a Casa vem adotando de valorizar a informação como condição para se ter um bom relacionamento com os seus diversos públicos.

Entre outras iniciativas que merecem destaque e que estão em curso, destacam-se os grupos que trabalham com a convergência digital e com os bancos de dados do Legislativo. Gostaria de citar aqui, como exemplo de aproximação com a sociedade feita pela Assembléia, no início dos anos 90, a formação da Escola do Legislativo, em 1992, da TV Assembléia, em 1995, e, mais recentemente, o aprimoramento de toda essa aproximação, com a criação da Comissão de Participação Popular, ouvidoria do Parlamento, e agora, também, com a criação do Ceac.

Finalmente, cabe ainda destacar que tudo isso é fruto do empenho de sucessivas Mesas da Assembléia, em especial desta, presidida pelo Deputado Mauri Torres, que não tem medido esforços na modernização e no aprimoramento dos serviços prestados, para que a Assembléia seja, cada vez mais, a Casa de todos os mineiros. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Domingos Sávio) - Agradecemos ao companheiro Luís Antônio Prazeres, Diretor-Geral desta Casa na área administrativa. Com a palavra, o Sr. Eduardo Vieira Moreira, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Palavras do Sr. Eduardo Vieira Moreira

Exmos. Srs. Deputado Domingos Sávio, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira da Assembléia, neste ato representando o Deputado Mauri Torres, Presidente da Assembléia; Deputados Célio Moreira e José Henrique; Vereador Édson Melgaço, Presidente da Associação dos Vereadores de Minas Gerais; Florian Madruga, Diretor Executivo do ILB e Presidente da Abel; Yara Depieri, Diretora do Cefor; Luís Antônio Prazeres Lopes, Diretor-Geral da Assembléia Legislativa de Minas Gerais; Ramiro Batista de Abreu, Diretor de Comunicação Institucional desta Assembléia; Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Vereadores, senhores servidores da Assembléia, meus senhores e minhas senhoras. Ao longo dos últimos 20 anos, a partir de um diagnóstico de sua atuação, a Assembléia tem realizado ações que a colocam como vanguarda e referência das Casas Legislativas do País.

As diretrizes que serviram de norte para essas ações foram o aprofundamento da interlocução com os outros poderes, instituições públicas, privadas e a sociedade civil; o direcionamento de suas atividades para o interior do Estado; e a valorização do trabalho das Comissões.

Entre essas ações - o Dr. Luís Antônio já citou algumas -, podemos destacar a criação da TV Assembléia e da Escola do Legislativo, e a realização de audiências públicas regionalizadas e dos eventos institucionais, entre inúmeras outras.

Nesse processo de abertura, profissionalização e busca da eficácia, as Câmaras Municipais sempre foram parceiras privilegiadas.

A interlocução da Assembléia Legislativa com as Câmaras Municipais, por meio da Secretaria-Geral da Mesa, no que se refere ao processo legislativo, sempre foi recorrente.

Nosso Regimento Interno é norma subsidiária na maioria das Casas Legislativas Municipais. Entretanto, questões como composição das Mesas Diretoras, distribuição das vagas nas comissões permanentes e temporárias, atribuição das lideranças, atuação do Colégio de Líderes, configuração de quórum de votação, e outras, sempre ensejaram pedidos de esclarecimentos, atendidos de maneira dispersa e eventual.

Esta Mesa, sob a Presidência do Deputado Mauri Torres, teve a sensibilidade de criar um espaço para centralização e sistematização dessas informações. A criação do Centro de Apoio às Câmaras é uma iniciativa que, por meio de diversos projetos que os servidores da área apresentarão a seguir, objetiva o fortalecimento dos Legislativos municipais e, em última análise, da democracia representativa e participativa. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao nosso companheiro, Sr. Eduardo Vieira Moreira, Secretário-Geral da Mesa. Gostaria também de registrar a presença do Vereador Vladimir Azevedo de Faria, membro da Diretoria da Abracan, estendendo meu abraço a todos os Vereadores e Vereadoras aqui presentes.

Palavras do Sr. Florian Madruga

Exmo. Sr. Deputado Domingos Sávio, neste ato representando o Exmo Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Mauri Torres; Exmas. Sras. Deputadas e Exmos. Srs. Deputados aqui presentes; Exmo. Sr. Vereador Edson Melgaço, Presidente da Associação dos Vereadores de Minas Gerais; minha colega, Professora Yara Depiere, Diretora do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento dos Servidores da Câmara dos Deputados; Dr. Luís Antônio Prazeres Lopes, Diretor-Geral da Assembléia Legislativa; Dr. Eduardo Vieira Moreira, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Legislativa; Sr. Ramiro Batista de Abreu, Diretor de Comunicação Institucional da Assembléia Legislativa; Sras. Vereadoras; Srs. Vereadores; senhoras e senhores Presidentes de Câmaras Municipais; Sr. Alaor Messias Marques Júnior, meu colega, Gerente da Escola do Legislativo de Minas Gerais; Profa. Carla Pedroso, minha colega, Secretária-Geral da Abel e Diretora da Escola do Legislativo de Santa Catarina; colegas da Assembléia Legislativa; meus senhores e minhas senhoras; senhores jornalistas; Deputado Domingos Sávio, bom dia.

O Senado Federal, por meio do Programa Interlegis, projeto de parceria entre o Senado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, realizou neste ano o primeiro censo do Legislativo brasileiro. Todos os 5.654 Municípios foram visitados; todas as Câmaras Municipais foram recenseadas. Os resultados já estão à disposição no Interlegis, e os números que surgiram são de certa forma preocupantes, porque o que se verificou, o que se apurou é que o Legislativo brasileiro municipal está realmente precisando ser incorporado ao projeto de modernização do Poder Legislativo brasileiro.

Apenas citarei duas informações que o censo apurou junto às Câmaras Municipais: a primeira é que $\frac{1}{3}$ das Câmaras Municipais do Brasil não têm regimento interno; a segunda, que 53% dos Vereadores que se candidataram pela primeira vez a um mandato eletivo disseram que não tinham a menor idéia de qual era o papel de um Vereador. Essas duas informações são suficientes para demonstrar que iniciativas como esta que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais está tomando neste momento, de criação do Ceac, são necessárias para colocar o Município brasileiro e sua Câmara Municipal no mesmo nível dos Legislativos Estadual e Federal.

O Senado vem fazendo isso através do Programa Interlegis de modernização do Poder Legislativo, levando tecnologia às Câmaras Municipais. Hoje, 4.200 Municípios já aderiram a esse programa e já possuem uma infra-estrutura mínima de informatização em suas Casas.

A Câmara dos Deputados também criou um programa de interação legislativa para fazer uma espécie de ligação com as Câmaras Municipais. E agora a Assembléia Legislativa de Minas Gerais cria o Ceac, que será esse sistema de interação, de integração com os 853 Municípios mineiros, que representam mais de 10% dos 5.654 Municípios brasileiros.

Outro dado interessante é que hoje, com a legislação em vigor, há no Brasil 53 mil Vereadores.

E são esses Vereadores, que trabalham na ponta do Município, que precisam dessas informações que o Ceac disponibiliza hoje, na área do processo legislativo, na área da comunicação, na área da integração de Município com Município, como vem sendo feito por meio do programa Interlegis, do Senado Federal.

É importante frisar que atualmente, no Poder Legislativo brasileiro, incluindo o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, as Assembléias e as

Câmaras de Vereadores, trabalham cerca de 250 mil servidores, que precisam ser capacitados, que precisam ser treinados, que precisam dessa informação, que só pode chegar até eles, nos mais diversos e longínquos Municípios, por meio da informática, por meio da internet, por meio do computador.

A criação do Ceac é um novo passo da Assembléia Legislativa para a revolução que o Legislativo brasileiro está fazendo a fim de incorporar todos os Municípios brasileiros ao mesmo tipo de informação. Quando o Senador José Sarney, Presidente do Senado, criou o Instituto Legislativo Brasileiro, no Senado Federal, disse: "Vamos tirar o conhecimento das nossas paredes e levar para o Brasil todo". A Assembléia Legislativa de Minas Gerais está fazendo o mesmo; está tirando o conhecimento de dentro da Assembléia, por meio dos seus mais diversos órgãos de assessoramento parlamentar, e levando para os 853 Municípios de Minas Gerais.

Atualmente, está em funcionamento a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo, grande passo dado no processo de modernização do Legislativo. Estamos fazendo o que a Constituição Federal determina em seu art. 39, §2º, quando o Constituinte estabeleceu que as três esferas de Poder, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, devem criar suas escolas de governo para capacitar os servidores. O Legislativo tem cumprido esse papel, através do ILB, no Senado; do Cefor, na Câmara dos Deputados; do Instituto Serzedello Corrêa, no Tribunal de Contas da União; e das Escolas do Legislativo, nas Assembléias.

É sempre uma grande satisfação poder dizer que a primeira Escola do Legislativo no Brasil foi criada em Minas Gerais, em 1992. No próximo ano, vai completar 15 anos de existência e foi modelo para nós, que trabalhamos no Legislativo, criarmos a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo. Seguindo o exemplo de Minas, os Estados de Pernambuco, Santa Catarina e Rio Grande do Sul formaram o primeiro núcleo de escolas, em 2003. A partir daí, com a criação da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo - Abel -, hoje funcionam 25 Escolas do Legislativo nos Estados brasileiros. Só falta um Estado criar sua escola.

Deputado Sávio, foi com grande alegria que nos reunimos em Brasília, na semana passada, com a presença do Alaor, primeiro Vice-Presidente dessa associação de escolas, para deliberar sobre a criação de um guia parlamentar, um trabalho formado pelos dirigentes dessa associação, com o apoio do Senado. Daqui a três semanas, vamos entregar a todos os Deputados estaduais do Brasil um guia parlamentar, contendo informações sobre a atividade parlamentar, sobre o processo legislativo, sobre imunidade parlamentar, sobre o papel do Deputado, sua relação com a sociedade e com o Tribunal de Contas, enfim, informações necessárias para que o parlamentar que está chegando à Assembléia, e também para o que já cumpriu alguns mandatos, disponha de informações precisas sobre a atividade parlamentar, sobre a atuação parlamentar, sobre a atuação legislativa.

Esse conjunto de trabalhos que estamos realizando visa ao aprimoramento das Casas Legislativas. E esse guia parlamentar para os Deputados, com certeza, dará outros frutos em 2008, quando pretendemos fazer um guia para os Vereadores de todo Brasil, de forma que o Legislativo seja o Poder que todos nós almejamos: um Poder transparente, forte, respeitado. É a partir desse Poder Legislativo que nos imporemos perante os demais Poderes, não pela força, mas pela transparência, pela proposição de que ele fará o melhor para o desempenho da sociedade brasileira e, principalmente, para que a democracia seja aquela que todos nós queremos: a democracia de todos os cidadãos brasileiros.

Sr. Presidente, é com muita alegria que participo desta solenidade. Vejo que Minas Gerais, mais uma vez, dá o exemplo para todo o Brasil. Costumo dizer sempre que venho à Assembléia inspirar-me e levar os projetos de Minas Gerais, da Assembléia Legislativa, da Escola do Legislativo para todo o Brasil, nas viagens que faço aos Estados visitando as Assembléias e as Câmaras Municipais. Muito obrigado e parabéns a todos vocês de Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Sr. Florian Madruga, Diretor Executivo do ILB, e destacamos, de fato, essa integração de esforços entre o Congresso Nacional, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais. Como acaba de dizer o Dr. Florian, essa integração, esse processo de parceria, de fortalecimento dos nossos conhecimentos só faz aprimorar a democracia. Sem dúvida, o Poder Legislativo é o pilar central de sustentação de todo o processo democrático, e entendemos que ações como esta vêm para ficar. O "site" do Ceac já está disponível, e os 853 Municípios terão a possibilidade de acesso à internet diariamente, podendo colher informações atualizadas para os nossos servidores, para os nossos Vereadores, fazendo a integração entre as Casas do povo mineiro e as do povo brasileiro, com a colaboração dos senhores do ILB.

Palavras da Sra. Daniela Santiago Menezes

Exmo. Deputado Domingos Sávio, representando o Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Mauri Torres; na sua pessoa cumprimento os componentes da Mesa; senhoras e senhores vereadores, público presente, bom dia.

Início a minha apresentação com a missão do Ceac. O Ceac surge com esse propósito maior de facilitar o acesso a serviços e informações de interesse das Câmaras Municipais e criar oportunidade de trocas de experiências e conhecimento para o aprimoramento conjunto das Casas Legislativas. O Ceac é parte da coordenação do Cerimonial e Relações Públicas, que integra a Diretoria de Comunicação Institucional desta Casa.

Voltando ao texto da missão, quero destacar algumas palavras que não por acaso estão no texto dessa missão. A primeira delas é a palavra "acesso". Quando falamos em acesso, e estamos tratando de uma política de comunicação, não estamos apenas nos comprometendo a fazer disponível a informação, é mais do isso. Vamos buscar, a partir dos meios de comunicação, a possibilidade de acesso, de compreensão desses dados que estão sendo levados ao nosso público. Essa diretriz, que é a diretriz da publicidade, que é uma diretriz da comunicação pública, serve não só para tornar disponível informação, mas para criar oportunidades facilitadoras de acesso a essa informação.

O primeiro exemplo, que talvez seja o carro-chefe em termos de relacionamento do Ceac, é a sua página na internet, que está hospedada no "site" da Assembléia e pode ser acessada pelo endereço www.almg.gov.br/ceac. O acesso ao Ceac poderá ser feito pelo menu à esquerda da página, onde encontrarão o nome Ceac. A partir daí, poderão acessar os itens que compõem essa página.

Além do "site", que hospedará todos os meios que em seguida apresentarei, há o boletim eletrônico, que é uma publicação disponibilizada no "e-mail" das pessoas cadastradas na página do Ceac, que receberão semanalmente informações sobre a agenda de eventos institucionais da Assembléia Legislativa e das Câmaras, além de notícias pertinentes ao mandato parlamentar, à legislação e à jurisprudência de interesse das Câmaras.

Quando os senhores e as senhoras cadastrarem os seus "e-mails" para receberem o boletim eletrônico, esperamos toda semana, vamos entrar em contato com cada uma das 853 Câmaras de Minas Gerais.

No "site", realizamos a sistematização da legislação básica de interesse das Câmaras. Há grandes temas: finanças públicas, responsabilidade política, estatuto das cidades, consórcios e convênios, criação de distritos e alteração de topônimos, regime de previdência, proposições em tramitação e outros. Acessando essa seção do "site", será possível checar, além do texto da lei, artigos que tratam daquela legislação e "links" para outras entidades relacionadas àquela temática.

No "site", realizamos também uma sistematização do banco de jurisprudência, em que estão reunidas decisões de interesse das Câmaras Municipais, envolvendo a apreciação tanto do conteúdo das leis municipais quanto do processo legislativo e da organização e funcionamento da própria Câmara. Essas decisões foram proferidas por diversas instâncias do Judiciário, com ênfase no Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal. A busca pela jurisprudência pode ser realizada por assunto, que é um mecanismo de busca facilitador do acesso à área de interesse.

Uma outra seção do "site" é denominada Câmaras Municipais, em que estão disponíveis os dados como: nomes dos Vereadores, formas de contato e dados socioeconômicos das câmaras e dos Municípios. Com o funcionamento do Ceac, esperamos que essa seção se torne cada vez mais completa. O banco de dados disponível pela Assembléia Legislativa poderá crescer com o Ceac, assim que acumularmos esse "know-how" das Câmaras.

Uma outra sessão do "site" é denominada "Perguntas e Respostas", em que serão apresentados, didaticamente, esclarecimentos sobre o funcionamento do Legislativo municipal, o papel dos Vereadores, o processo legislativo e dúvidas mais frequentes. Assim que formos colhendo e processando as demandas, que serão sempre esclarecidas em tese, essas respostas serão incorporadas a essa seção de perguntas e respostas, para auxiliarmos outras Câmaras que, porventura, passam por situações semelhantes. A nossa diretriz é sempre a de garantir que uma resposta a uma determinada Câmara possa ser compartilhada entre as Casas Legislativas de Minas Gerais.

Outra seção do "site" é a de publicação. Fizemos um levantamento de artigos e estudos produzidos pelo corpo técnico da Assembléia, por especialistas e entidades parceiras, que tratam de questões ligadas às Câmaras Municipais. A partir do "site", é possível acessar essas publicações, que estão em formato "download". Em breve, o Ceac terá seu próprio material, também de caráter didático, em formato educativo, tanto impresso, quanto audiovisual e eletrônico, para auxiliar a interlocução com as Câmaras.

Voltando ao texto da missão, já falamos do acesso, situando o "site" como o grande facilitador às informações e serviços disponibilizados pelo Ceac.

Outra parte da missão diz respeito à troca de experiências e de conhecimento. Quando falamos em política de comunicação pública - guia de nossos trabalhos no Ceac -, estamos nos comprometendo a criar acesso à informação e também a buscar oportunidade de entrada de informação. Não pretendemos apenas levar informações, mas também receber experiências das Câmaras Municipais. A perspectiva da interlocução está sempre presente.

Para tornar isso possível, precisamos criar instrumentos para ouvir as demandas e atender às expectativas dos cidadãos, para responder e tematizar as questões de interesse das Câmaras Municipais, formando, assim, uma esfera de debate público relacionada aos Legislativos municipais.

Outro espaço do "site" que contribui para esse relacionamento são os "links" com instituições públicas e privadas de interesse das Câmaras Municipais. Listamos uma série de instituições que têm atuação importante na área de interesse das Câmaras. Estão todas nos "links" do Ceac.

Outro instrumento para buscar informações é a seção Fale com o Ceac. Cada Vereador, cada Vereadora, cada servidor de Câmara poderá enviar sugestões e notícias para serem incorporadas tanto ao "site" quanto ao boletim eletrônico. As Câmaras poderão, então, atualizar informações do banco de dados, enviar comentários e sugestões sobre a atuação do Ceac e solicitar cursos. Tais solicitações serão repassadas à Escola do Legislativo, que fará um cronograma para atender aos pedidos.

É importante frisar que as perguntas e as solicitações podem ser feitas por telefone, enviadas pela internet, pelo "e-mail" ceac@almg.gov.br, ou ser entregues no atendimento presencial. O Ceac se localiza ao lado da Assembléia, na esquina das Ruas Dias Adorno e Rodrigues Caldas, com atendimento das 8 às 17 horas. É importante frisar que serão respondidas solicitações referentes ao processo legislativo, à estrutura e ao funcionamento da Assembléia Legislativa e ao exercício das funções do Poder Legislativo. As respostas aos questionamentos serão dadas em tese e poderão ser incorporadas à seção "Perguntas e Respostas" para garantir o acesso a outros interessados e serão enviadas preferencialmente ao "e-mail" da Câmara ou pelo correio, no endereço da instituição. O prazo para resposta será comunicado em, no máximo, 24 horas. Então, se os senhores ou as senhoras encaminharem uma solicitação, em 24 horas diremos em quanto tempo daremos a resposta. Voltando ao texto da missão - já falamos da questão do acesso e dessa rede de relacionamentos, de interlocução -, e aqui, uma terceira parte que também se liga a uma diretriz de política de comunicação pública: a necessidade de a comunicação buscar valorizar a imagem pública do Parlamento. É importante que os instrumentos de comunicação procurem dotar aquela instituição de credibilidade junto aos cidadãos. Esperamos que, quanto à ação do Ceac, possamos contribuir para essa imagem do Parlamento junto aos cidadãos de Minas. Nessa linha de valorização da imagem, criamos um projeto, que se chama Inovações Democráticas. Ele é inspirado na Fundação Getúlio Vargas e abre espaço para divulgação de iniciativas exemplares adotadas pelas Câmaras, visando à multiplicação das experiências positivas.

Se uma Câmara possui uma experiência exemplar importante no campo do aprimoramento democrático, levem ao nosso conhecimento, que, se atender os critérios metodológicos da inovação democrática, vamos dar destaque no "site", nas nossas notícias e no boletim eletrônico. Essa é uma forma de mostrarmos que é possível outras Câmaras fazerem isso também. Vamos estimular essa multiplicação, como disse, de experiências positivas. O que compreendemos por inovação democrática? Mudança de práticas institucionais ou da organização para permitir maior interação com a sociedade ou com outras instituições públicas; ações que levem à transparência e à melhor aplicação dos recursos públicos; ações que levem à socialização do conhecimento e da informação; e, por último, ações que permitam o aperfeiçoamento das funções legislativas e fiscalizadoras. Uma questão fundamental numa política de comunicação pública - que, como eu disse, orienta o nosso trabalho do Ceac - é a preservação da informação. Por que a idéia de que, ao preservar a informação, relacionamo-nos melhor? Porque podemos compartilhar os dados, que não ficam apenas num determinado contexto, eles podem ser utilizados para outras situações semelhantes; é possível conhecer melhor a realidade porque se acumulam dados daquela realidade; e é possível potencializar a utilização dessas informações. Finalizando essa exposição, queria deixar claro, direcionando à Diretoria de Comunicação Institucional e à Coordenadoria de Cerimonial e Relações Públicas, a necessidade de que tenhamos sempre em mente que o Ceac é de todos, de todas as Câmaras de Minas Gerais. Ele é um projeto criado na Assembléia Legislativa, mas que somente funcionará se houver essa adesão das Câmaras Municipais.

Como os senhores e as senhoras viram, todos os nossos meios de comunicação dependem dessa alimentação de informação para fazer o boletim, para atualizar a página, para gerar a notícia e para gerar a visibilidade da inovação democrática. Então, precisamos criar esse elo para que o Ceac realmente funcione. Portanto, o Ceac é das Câmaras Municipais, das entidades parceiras e da ALMG como um todo. Precisamos criar esse encaixe das partes, que, na verdade, esperamos que se faça no jogo democrático amplo, para que o Ceac alcance os seus objetivos. Finalizo agradecendo o apoio que recebemos, desde o primeiro momento, da Mesa desta Casa, em especial do Deputado Mauri Torres; ao Diretor-Geral, Luís Antônio Prazeres; ao Secretário-Geral da Mesa, Eduardo Moreira; ao Diretor de Comunicação Institucional, Ramiro Batista. Sem esse apoio não seria possível construir esse projeto do Ceac, que esperamos dê certo, com a participação de todos. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Agradecemos à Daniela Logo abriremos para os debates, e algumas perguntas poderão ser formuladas para complementar o esclarecimento desse nosso Ceac. Por essas informações preliminares, todos os presentes - para nossa alegria, centenas de Vereadoras, Vereadores e servidores de Câmaras, além daqueles que nos acompanham pela TV Assembléia em mais de 200 Municípios mineiros -, com certeza perceberam a dimensão desse projeto. Fico extremamente feliz porque fui Vereador, costume dizer que sou Vereador, a exemplo de uma grande parcela dos Deputados que aqui se encontram, que também passaram por Câmaras Municipais, sem dúvida as maiores escolas de democracia, as maiores escolas de política em que podemos ingressar.

O propósito desse Centro não é funcionar apenas como um canal de ligação entre a Assembléia e esta ou aquela Câmara, mas um canal de integração com todas as Câmaras Municipais. Muitas delas não têm autonomia financeira e, obviamente, enfrentam grandes dificuldades para desempenhar seu papel, que é fundamental para o exercício democrático. Ao longo de seu funcionamento, esse Centro poderá contribuir para o aperfeiçoamento das funções legislativas municipais e ajudar-nos, como representantes do povo mineiro, a conhecer melhor as realidades municipais, as demandas que enfrentam os nossos Vereadores em seu cotidiano. Isso fará com que aprimoremos o nosso trabalho nesta Assembléia Legislativa, aqui no Congresso Nacional, por meio de integração com a Escola do Legislativo Brasileira. Prezado Vereador Vladimir Azevedo, as Câmaras estão começando a organizar-se não apenas em torno da Associação Brasileira de Câmaras Municipais - Abracam -, mas também em associações microrregionais, a exemplo de Prefeituras que atuam em processo de parceria com associações microrregionais de todo o Estado. Conhecemos algumas experiências de Câmaras associando-se em microrregiões e potencializando a capacidade de atendimento às populações. Com certeza, esse banco de dados, esse intercâmbio de informações poderá incrementar essa forma de associativismo que só vem fortalecer a democracia. Neste momento, teríamos a exposição do Deputado Federal Virgílio Guimarães, que abordaria o tema "Reforma tributária e o Município". Porém, o referido parlamentar justificou sua ausência informando que se encontra em Brasília participando de uma reunião.

A exemplo do que os senhores viram com a Daniela, esta Casa tem o privilégio de ter um dos melhores quadros de servidores do Brasil. Ficamos muito orgulhosos disso. Aproveito esta oportunidade para registrar, em nome de todos os Deputados, a nossa alegria ao vermos projetos como esse materializando-se. Embora esse projeto seja fruto de uma decisão política liderada pelo nosso Presidente Mauri Torres, nosso líder e Presidente da Casa, com o apoio unânime dos Deputados, sem a ação técnica e operacional dos nossos servidores não passaria apenas de um projeto, de uma intenção. Além disso, a Escola do Legislativo, que funciona permanentemente, é um braço importante desta Casa e só existe porque temos um quadro de servidores que é motivo de orgulho para todos nós, porque atuam de forma suprapartidária, com dedicação intensa, qualificação permanente, porque sempre passam por processos de reciclagem. Não tenho dúvida de que isso será objeto de uma parceria saudável. Boa parte das Câmaras Municipais possuem bons quadros, que precisam reciclar-se, atualizar-se. Isso é algo que esta Assembléia poderá oferecer-lhes por meio desse canal.

É justamente por isso que o andamento dos nossos trabalhos não terá prejuízos. Teremos o prazer de ouvir o nosso assessor, que é Consultor da Assembléia para a área fiscal e tributária, o Sr. Guilherme Wagner Ribeiro, que discorrerá sobre o tema "Reforma tributária e o Município", assunto que interessa mais diretamente às Vereadoras e aos Vereadores. Com a palavra, o Sr. Guilherme Wagner Ribeiro.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

Palavras do Sr. Guilherme Wagner Ribeiro

Na pessoa do Exmo. Sr. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, neste ato representando o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Mauri Torres, cumprimento os demais componentes da Mesa.

Quero justificar a razão pela qual na inauguração do Centro de Apoio às Câmaras escolhemos o tema "Reforma Tributária" para ser debatido. Nos últimos meses, a Assembléia Legislativa recebeu diversos apelos de Prefeitos, Vereadores e de outras entidades para que se engajasse, de alguma forma, no movimento em prol dos Municípios no contexto da reforma tributária. Esses encaminhamentos foram dirigidos à Comissão de Assuntos Municipais, e percebemos que seria um tema privilegiado para ser discutido na inauguração do Centro, já que, na realidade, sua concepção não é somente eleger aquilo que é importante para os Municípios, mas identificar esses temas nas demandas concretas que chegam a esta Casa para podermos, de alguma forma, trabalhá-los. Dessa forma, convidamos para participar deste debate o relator, Deputado Federal Virgílio Guimarães, e queremos sensibilizá-lo relativamente ao apelo dos Municípios. Estivemos com ele ontem aqui, discutimos o tema e o aguardávamos ansiosos, mas, infelizmente, houve uma alteração de última hora na agenda do Congresso Nacional e ele foi convocado para a reunião do Colégio de Líderes para discutir exatamente a reforma tributária, com a expectativa de que ela seja votada ainda este ano. Ao longo da minha fala, contextualizarei em que momento ela se dará.

Fui designado para participar deste debate não por ser especialista em reforma tributária, mas por conhecer o federalismo fiscal, que é mais abrangente. No estudo sobre o federalismo fiscal, segundo diversos autores, há um esvaziamento da nossa Federação em virtude de uma excessiva concentração de receitas na mão da União, na repartição do bolo fiscal, depois de tudo o que se arrecadou no País - algo próximo de 39% do PIB. Nos últimos 10 anos, esse crescimento da arrecadação vem-se concentrando na mão da União. Por si só, isso já provoca um esvaziamento da Federação, que também se vê comprometida por outro grave aspecto: o problema da guerra fiscal. A autonomia que os entes federativos dispõem para a gestão dos seus tributos - no caso dos Estados, do ICMS - proporciona uma disputa que acaba sendo lesiva a todos. É um jogo cuja soma é negativa. São várias as estratégias de que os Estados se utilizam para tentar atrair as empresas, reduzindo assim, na soma total, a arrecadação desses entes federativos. A atual reforma tributária caminha para um combate à guerra fiscal, e não para a centralização de recursos.

Uma das possibilidades para compreender o Centro de Apoio às Câmaras é percebê-lo, de certa forma, como uma articulação da Federação por meio do parlamento. Nesse contexto de falecimento, de esvaziamento da nossa Federação, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais dá uma modesta contribuição por meio do Centro de Apoio, na expectativa de uma rearticulação da Federação por intermédio do parlamento, no nível horizontal, aproximando as Câmaras Municipais, e, no nível vertical, aproximando as Casas Legislativas. Não é à-toa que um tema de interesse das Câmaras e dos Municípios está sendo discutido no Legislativo Estadual e tramitando no Congresso Nacional.

Trata-se da reforma tributária, que se encontra em tramitação desde 1995.

A atual reforma, ou seja, a atual emenda iniciou sua tramitação em 2003, e, para os senhores que são legisladores e para nós que acompanhamos de perto a dinâmica do processo legislativo, ela é algo que chama a atenção, por tratar-se de um processo de fatiamento. Ou seja, uma determinada proposta longa, de alteração do texto constitucional, foi sendo fatiada, à medida que havia a construção de consensos. Não havia consenso sobre todas aquelas medidas, mas havia consensos pontuais, destacando apenas aquelas partes em que havia consenso e aprovando-as, para que entrassem em vigor.

Estudo essa questão de processo legislativo, e essa é uma estratégia nova, que ainda não havia visto. Aliás, no próprio Congresso Nacional, ela não é tão comum.

Nesse percurso, diversas medidas já foram aprovadas, medidas essas, em sua grande maioria, de interesse da União.

A reforma foi aprovada na Câmara, seguindo para o Senado, que a alterou de forma significativa, e depois retornou para a Câmara.

A Câmara dos Deputados, em todo esse percurso, contém o principal elemento, o grande apelo dos Municípios, que é a elevação do Fundo de Participação dos Municípios em 1%. Essa é a bandeira e o apelo que os Prefeitos, os Vereadores, enfim, que os municipalistas fazem para que esse dispositivo sofra o mesmo efeito que outros dispositivos já vinham sofrendo, que é ser destacado do restante da emenda, para que ela seja aprovada e entre em vigor imediatamente.

Tão logo a emenda retorne do Senado, os termos em que foi disposta a disciplina do ICMS pelo Senado não abrangem o interesse dos Estados, o que, de certa forma, atinge diretamente os Municípios, porque hoje o foco da reforma é o ICMS.

A elevação em 1% do Fundo de Participação dos Municípios é um detalhe, um elemento a mais, e, diga-se de passagem, sobre ele não há controvérsia, desde que as regras do ICMS sejam aprovadas. Só assim haverá consenso nessa elevação do percentual do Fundo de Participação dos Municípios.

Como os Estados não concordam com as alterações efetuadas pelo Senado, de certa forma conseguiram sensibilizar a Câmara dos Deputados de que a reforma não fosse aprovada nos termos em que ela veio do Senado. Na prática, isso significa que, ainda que a reforma seja votada na Câmara dos Deputados neste ano, ela necessitaria retornar ao Senado, porque a Câmara dos Deputados está promovendo um novo substitutivo, substitutivo esse que não foi apreciado pelo Senado. Então, para que a reforma seja aprovada ainda neste ano, ela terá de ser votada em dois turnos na Câmara dos Deputados, e em dois turnos no Senado.

Conversando com o Deputado Virgílio Guimarães, percebi que ele se mostra otimista, mas sabemos que o quadro não é fácil neste período, por tratar-se da aprovação de uma emenda à Constituição em relação a um tema tão polêmico, tão sensível e em tão curto prazo.

Um dos principais dificultadores para aprovação da emenda à Constituição no campo da reforma tributária é o risco. Por mais que se façam projeções sobre os efeitos da nova disciplina do ICMS, os Estados não têm segurança quanto ao impacto dessa reforma em suas receitas e acabam exigindo cautela e segurando a aprovação da emenda.

Segundo o Deputado Virgílio Guimarães, não há nenhuma possibilidade, por mais que tentemos sensibilizá-los, de que se destaque essa regra de 1% de elevação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM. A perspectiva é que a elevação das receitas dos Municípios permaneça no quadro da reforma, mas que ainda seja submetida ao Senado, não se acenando com essa possibilidade de que seja destacada a regra que beneficia os Municípios. Essa é a posição do governo federal, segundo o Deputado.

Nesse quadro de reforma tributária, chamo a atenção para três aspectos subjacentes, referentes ao federalismo fiscal, os quais são muito importantes e servem para retomar a questão do papel das Câmaras e do Ceac. Primeiro, uma excessiva descentralização de atribuições para os Municípios; segundo, a concentração de recursos na União e seu efeito sobre os Municípios; e, terceiro, a responsabilidade fiscal e as Câmaras Municipais.

Na última década, verifica-se um intenso deslocamento das atribuições da prestação de serviços para os Municípios. Prestação de serviço nas áreas de saúde, planejamento urbano, lixo, meio ambiente, educação. Basta verificar a Lei nº 8.080, na área de saúde, que destaca o papel do Município, a LDB e a Loas, os Estatutos da Criança e do Idoso, que também destacam o papel do Município.

Se não bastasse, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal - Ibam - estima que os Municípios arquem com um montante de R\$6.000.000.000,00 ao ano em todo o País, com atribuições que são dos Estados e da União: Poder Judiciário, segurança, posto telefônico, posto dos Correios. Essa transferência de atribuições para além das previstas na Constituição para os Municípios ocorre porque são eles os agentes políticos mais próximos da população e mais sujeitos à sua pressão pelos serviços públicos.

O dado de R\$6.000.000.000,00 pode ser questionado, porque não há clareza de até onde vai a atribuição dos Municípios e onde se inicia a do Estado. Em virtude dessa zona cinzenta, esse dado poderia ser questionado, mas não pode ser questionado o fato de que são os Municípios, inclusive os mais pobres, que arcam, em termos percentuais, com a maior despesa dentro de suas receitas com atribuições do Estado e da União. O Ibam estima que 79% dos Municípios mineiros arquem com essas atribuições, com uma quantia superior à sua arrecadação tributária.

O segundo aspecto, com grande impacto em nossa Federação, decorre dessa centralização dos recursos na União. Na evolução da distribuição de recursos, vêm sendo reduzidas, significativamente e em termos percentuais, as transferências voluntárias, claramente o FPM e o Fundo de Participação dos Estados, ampliando as transferências voluntárias, aquelas que ocorrem por meio da celebração de convênios.

Na contramão do discurso e dos princípios que orientam a Lei de Responsabilidade Fiscal, essa inversão, esse predomínio das transferências dos recursos voluntários é bem menos transparente, porque nunca vamos saber ao certo por que determinado recurso foi transferido para este, e não para aquele Município. Com um dado a mais, que representa de certa forma o esvaziamento da Federação: os Municípios não têm a autonomia de decidir como vão aplicar os seus recursos. Eles têm de aderir a programas estabelecidos pelo governo federal. Isso esvazia, efetivamente, a autonomia, comprometendo, de forma frontal, o princípio federativo.

O terceiro aspecto para o qual gostaria de chamar a atenção é a questão da responsabilidade fiscal. Chamo a atenção para esse ponto, porque um dos argumentos que contribuiu para justificar essa centralização dos recursos na União foi o de que Municípios e Estados não têm responsabilidade, não saberiam gastar de forma adequada os seus recursos. Dessa forma, os recursos deveriam ficar concentrados na União, que os iria soltando de forma gradativa e controlada para os Municípios. Queremos pleitear uma redefinição do pacto federativo, passando essa redefinição por uma revisão do federalismo fiscal. Paralelamente a esse discurso, acompanhando essa defesa, temos de demonstrar que Estados e Municípios têm responsabilidade fiscal.

Aliás, não é desprezível o volume de recursos que as Câmaras Municipais administram: novamente baseado em estudo do Instituto Brasileiro de Assuntos Municipais, passa da casa dos R\$5.000.000.000,00 anuais - diga-se de passagem, percentual bem aquém do limite fixado pela Constituição, o que demonstra, de certa forma, algum nível de responsabilidade fiscal, apesar das manifestações recentes da imprensa brasileira.

Temos de ir além nessa demonstração da responsabilidade fiscal. Além de sermos responsáveis, temos de demonstrar essa responsabilidade. As Câmaras Municipais têm papel importante, quando exercem a função fiscalizadora. No exercício da função fiscalizadora, as Câmaras Municipais têm condições de ampliar a transparência da gestão dos recursos municipais, de forma a demonstrar essa responsabilidade fiscal. Nesse exercício, as Câmaras devem começar por seus próprios recursos, dando a devida transparência.

O Congresso Nacional e a Assembléia Legislativa dispõem de um instrumento efetivo no exercício dessa fiscalização, que é o Siafi. Um Deputado Federal ou Estadual controlam as despesas realizadas pelo Poder Executivo por meio de um terminal de computador. Em ambos os casos, não é uma consulta simples: ainda requer um grau de especialização técnica. Mas já é um avanço.

Retomando a questão do Centro de Apoio às Câmaras, não tenho a expectativa de que o Centro informe como as Câmaras devem implementar esse mecanismo de ampliação da transparência, da responsabilidade fiscal. Minha expectativa é que o Centro seja um espaço de divulgação das experiências bem-sucedidas.

Um desafio que as câmaras têm é tornar atrativas as audiências públicas estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal. Afinal, atrair a população para tomar conhecimento de relatório técnico de execução orçamentária não é fácil. Digamos que uma Câmara do Norte de Minas,

do Sul de Minas, de qualquer parte deste país, tenha desenvolvido uma técnica bem-sucedida para que a população tenha interesse pelo acompanhamento orçamentário. Às vezes, desenvolveu uma forma de se comunicar mais didática, atraente e envolvente. O Ceac seria um espaço para a divulgação dessas estratégias e dessas experiências.

Era essa a exposição que eu havia preparado. Agradeço a atenção de todos os senhores.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante passaremos a fase de debates. As perguntas poderão ser formulados por escrito, e já temos servidores auxiliando-nos em seu recolhimento, como também poderão ser formuladas de forma oral, pelos microfones disponíveis no Plenário.

Debates

O Sr. Presidente - Aproveito para reiterar a importância desse instrumento que acabamos de criar não apenas num processo de intercâmbio de informações e de consultas, mas para o fortalecimento da tese do municipalismo.

Conversava com o querido Vereador Edson, ex-Prefeito de Três Marias. Fui Prefeito numa época em que ele também era Prefeito. Aliás, ele tomou uma atitude que nos deixa felizes, ou seja, deixa felizes aqueles que têm apreço pelo Legislativo Municipal. Depois de ter sido Prefeito, voltou a ser Vereador, deixando claro o que precisa ser compreendido por todos: não há necessariamente uma hierarquia na relação entre os Poderes. Pelo contrário, os Poderes devem estar nivelados. É tão importante ser Vereador quanto Presidente da República. É tão importante ser Vereador como Prefeito de uma cidade.

Sabemos que muitas vezes, ao voltar à Câmara, um ex-Prefeito o faz até com possibilidade de compreender melhor as funções do Legislativo e a importância da harmonia que deve haver entre esses entes.

Eu dizia ao Vereador Edson que temos a compreensão de que um instrumento como esse que acabamos de criar é também uma trincheira, uma ferramenta que nos unirá em torno da tese do municipalismo, acerca do qual há muitos discursos. Deve ser muito difícil encontrar um Deputado Federal ou um Senador que não defenda de forma clara a revisão do pacto federativo e a importância do Município como célula básica da organização política e social de nosso país. Todavia, na hora da prática, na hora de votar pelo menos mais 1% para o FPM, nunca conseguimos obter a maioria. Há algo de misterioso - que não é tão misterioso assim -, interferindo nas ações concretas desses parlamentares.

Acredito que nosso Centro deverá ser - e conclamo todos para isso - de absoluta transparência. Deve haver informação sobre todos os projetos de interesse dos Municípios que tramitam no Congresso, com as datas de votação e com os pareceres e andamentos, para que seja possível haver uma ação mais uníssona em defesa do Município.

Não é admissível que, depois de pregar a justiça de os Municípios terem parcela de maior arrecadação nas campanhas, tanto de um partido quanto de outro, sem fazer qualquer apologia partidária, terminemos o ano sem aumentar sequer 1% no FPM. Vocês, Vereadores e Vereadoras, sabem o quanto isso pesa na vida do Município. Esse dinheiro faz falta para pavimentar uma rua, para melhorar uma escola ou creche, ou seja, para custear questões essenciais, como, por exemplo, o décimo-terceiro dos servidores, os quais, em muitos Municípios, deixarão de recebê-lo.

Isso é algo que nos deixa emocionados. Temos de agir, e acredito que nosso Centro será um instrumento para tal.

Quem quiser fazer alguma pergunta aos palestrantes pode dirigir-se ao microfone ou preencher este formulário pequeno e simples, para sua identificação.

Vereador Vladimir Azevedo, de Divinópolis, meu conterrâneo e membro da Associação Brasileira de Câmaras Municipais - Abracam -, é um prazer tê-lo conosco.

O Vereador Vladimir Azevedo - O prazer é todo meu, Deputado Domingos Sávio. Caro amigo e Vereador Edson Melgaço, Presidente da Asvemg, na pessoa de quem cumprimento esta Mesa e todos os parlamentares desta Casa; colegas Vereadores; demais visitantes, quero parabenizar esta Assembléia por esse passo importante de integração do Legislativo.

Desde a década de 90, têm-se registrado marcos importantes para o fortalecimento do Legislativo, como o Interlegis, programa citado pelo representante das Escolas do Legislativo, e, na Assembléia do Rio Grande do Sul, o Espaço do Vereador. Mas vejo que o Ceac vem como instrumento de vanguarda, com pilares técnicos de integração bem definidos, criando-se uma verdadeira rede. Assim, inicialmente, parabenizo todos os técnicos e esta Casa, pela vontade política de criar esse instrumento fundamental para a interligação com os Legislativos municipais. Além do acesso e de outras questões, o mais importante é o fortalecimento da democracia.

Deputado Domingos Sávio, V. Exa. bem disse que alguns Legislativos municipais não têm sequer independência financeira. Sou Presidente da Associação de Câmaras do Centro-Oeste de Minas. Aliás, registro que estão presentes vários Diretores dessa Associação, a Vereadora Eunice, de Piracema, e o Vereador Naza, Presidente da Câmara de Lagoa da Prata. E é uma realidade não muito distante o fato de que a pauta de algumas Câmaras Municipais é feita pelo Executivo. Então, essa integração é fundamental, para que primemos pela independência dos Poderes. Harmonia sempre, mas independência para que o Legislativo tenha sua soberania constitucional e cumpra seu papel fundamental na democracia.

Estou aqui também representando o Vereador Rogério Rodrigues, Presidente da Abracam, que mandou um abraço ao Edson. Sou Diretor da Região Sudeste da Abracam.

Concluindo, quero fazer uma sugestão à técnica Daniela. Dada a realidade heterogênea dos Municípios brasileiros, já que Minas Gerais é um Estado que possui 853 Municípios e tem bem caracterizada essa realidade, que se faça um trabalho desmembrado pelas associações. Além das centralizadas, como a Uvemig e a Asvemg, existem várias entidades regionalizadas, como a Acam Centro-Oeste, que presido, que podem facilitar o trabalho pelo atacado, a fim de fazermos uma disseminação mais rápida das informações do Ceac e, vice-versa, buscarmos mais rapidamente as informações para o banco de dados do Ceac.

Desde já, coloco-me à disposição. Mais uma vez, parabenizo esta Assembléia por mais esse empreendimento tão importante, mostrando que está na vanguarda das Casas Legislativas do Brasil. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos as palavras do Vladimir. Continua disponível o microfone.

O Vereador Jurandir Ventura Gonçalves - Bom-dia. Sou Presidente da Câmara Municipal de Piedade de Ponte Nova, que também está representada por outros dois Vereadores, Maria do Carmo e José Benedito. A pergunta que quero fazer pode valer para algumas Câmaras. Refere-se à questão do INSS patronal. Os senhores têm algum conhecimento de que as Câmaras Municipais não recolhem INSS patronal para a Previdência por causa de uma liminar que se encontra tramitando no Supremo? Essa questão está sendo discutida. Procuramos vários setores, mas ninguém nos dá nenhuma informação.

A outra pergunta diz respeito à participação de 1% no PIB nacional, ao fundo de participação.

Mas o Estado também poderia fazer alguma coisa, por exemplo, em relação à cidade que represento, que, segundo dados do IBGE, está abaixo da linha de pobreza. Parece-me que a Assembléia aprovou um projeto de lei, o Robin Hood, que defende a melhor distribuição de renda para os Municípios pequenos, que sofrem muito. Essa é minha pergunta. Muito obrigado.

O Sr. Gilberto - Meu nome é Gilberto. Sou Presidente da Câmara de Carmópolis de Minas. Juntamente com os Vereadores Renato e Ricardo, aqui presentes, parabenizamos a iniciativa da Assembléia Legislativa de implantação do Ceac.

Em relação ao INSS, uma decisão do Supremo cassou a contribuição patronal e a contribuição dos agentes políticos. A partir dessa decisão, o Senado Federal também baixou a Resolução nº 26, complementando toda a parafernália em relação ao INSS das Câmaras Municipais.

Recentemente, se não me engano no dia 9/9/2006, o Ministério da Previdência Social publicou a Instrução Normativa nº 15, estabelecendo os procedimentos das Câmaras Municipais e dos agentes políticos para reaver esses recursos. Acontece que o próprio INSS reformou a instrução normativa, prescrevendo esses valores em cinco anos. A instrução original previa que se prescreveriam cinco anos após a instrução. O art. 3º da instrução determina que a prescrição se dará cinco anos após o respectivo recolhimento. Então, nós, Vereadores, estamos perdendo. Citando um exemplo prático, não fui Vereador na Legislatura de 1997 a 2000. Logo, estou perdendo 30 meses de contribuição. A decisão é empírica. Não cabe a nenhuma Câmara Municipal obedecer de pronto, porque é uma decisão administrativa do INSS.

Qualquer Vereador - a própria Câmara Municipal ou a Asvemg - poderia acionar, no Supremo Tribunal Federal, uma ação de constitucionalidade dessa instrução normativa do INSS, que fere o direito adquirido. No meu caso, como deve ser o de muitos Vereadores, o profissional autônomo não teria nem o direito de receber essa restituição, que também não será considerada para efeito de cálculo de aposentadoria. Talvez seja essa a pergunta do companheiro em relação ao INSS.

O Sr. Presidente - Agradecemos o brilhante esclarecimento, que demonstra como poderá ser rica a convivência democrática entre nós, por meio do Centro de Apoio às Câmaras. Pondero que nosso debate se deve dar mais em torno de como colocar o Centro em funcionamento, desde o acesso pela Internet até o atendimento ao público, na Rua Dias Adorno, ao lado da Assembléia. Alguns se surpreenderam com o prazo para a resposta, justamente porque foi dito que em até 24 horas teremos a informação sobre o prazo para a resposta a determinada pergunta. Obviamente, espera-se que mais de 70%, 80%, talvez 90% das perguntas, sejam respondidas prontamente, em um prazo relativamente curto, talvez na mesma hora ou algumas horas após, no mesmo dia. Mas, por termos a responsabilidade de que ali chegarão os temas mais diversos, que vão desde assuntos absolutamente inéditos até algumas situações conflituosas, como processos de cassação de Prefeito, por exemplo, obviamente deverá ter-se todo o cuidado, para que uma ou outra matéria seja mais bem analisada, para que seja objeto de uma consulta mais profunda.

O Sr. Presidente - Estou dando esse exemplo, porque não teremos condições de fazer esclarecimentos para qualquer tipo de pergunta que surgir. Uma pergunta como essa do INSS... Para nossa felicidade tínhamos um colega aqui que prontamente respondeu e nos alertou para uma coisa absurda que está acontecendo: está havendo apropriação indébita, com um flagrante ato inconstitucional de, ao mesmo tempo que se nega o direito de contar o tempo para aposentadoria, nega-se o direito de devolver aquilo que foi indevidamente recolhido. É algo que deve suscitar uma ação conjunta.

Acredito que posso falar, em nome do Presidente da Assembléia Legislativa, que a nossa Casa estará solidária, com a nossa assessoria à disposição, para construirmos ações legais, com o intuito de corrigir essa distorção.

Vamos dar seqüência às perguntas. Lembramos que o debate não é para fazer perguntas específicas de uma ou de outra situação da Câmara. Estamos aqui para debater a criação do Ceac: como fazê-la funcionar, se na sua Câmara já existe alguma forma de integração com outras Câmaras, etc.

Antes de passar a palavra aos dois inscitos, tenho uma pergunta de Washington Ângelo Cabral, Presidente da Câmara Municipal de Paula Cândido, e está dirigida ao Dr. Guilherme: "Qual a maneira correta de a Câmara comprar um lote para construção da sua sede própria e construí-la?".

O Sr. Guilherme Wagner Ribeiro - Antes de responder a pergunta, gostaria de chamar a atenção para um aspecto que reflete o espírito do Centro, que é quando um Vereador expõe uma determinada dificuldade em relação ao INSS e a resposta não vem da Assembléia Legislativa, mas de outro Vereador. Isso é simbolicamente significativo sobre o papel e o propósito do Centro, que é também o de aproximar as Câmaras.

No que tange à aquisição de um lote para construção de sede própria, existem dois aspectos para os quais gostaria de chamar a atenção: um é a exigência de que sejam feitas pelo menos três avaliações para identificar o real valor do lote; depois, fundamentando, em virtude da sua localidade, é possível, devendo o caso ser analisado, a compra com dispensa de licitação. Ainda pode-se mencionar também o instituto da desapropriação, se for um lote mais adequado em virtude da sua localidade. Para outras informações mais aprofundadas, seria preciso ter informações mais concretas de todas as variáveis que envolvem o caso.

O Vereador Antônio Afonso Duarte - Sou Presidente da Câmara dos Vereadores de Santana do Paraíso e da União das Câmaras de Vereadores do Vale do Aço. Primeiramente, quero cumprimentar a todos na pessoa do Presidente desta reunião, Deputado Domingos Sávio, e quero parabenizar a iniciativa da Assembléia Legislativa, além da Escola do Legislativo, que já é um exemplo na formação de cidadãos para o nosso Estado. A criação desse Ceac vem reforçar mais ainda a democracia no nosso Estado e servir de exemplo para o nosso país. Há ainda uma necessidade de avançar no papel verdadeiro das Vereadores: não apenas representar a população, porque muitas vezes o Vereador é cobrado naquilo que é o seu papel e naquilo que não é o seu papel. Muitas vezes o Vereador é psicólogo, é taxista. Tudo lhe é cobrado. Na realidade, é cobrado tudo do Vereador, muitas vezes até o papel do Executivo. Sugiro, principalmente para esse espaço que seria da Câmara dos Vereadores, um intercâmbio maior, reforçando o que disse o colega Vladimir, que é também Presidente de uma organização regional de Vereadores. É importante o intercâmbio imediato com essas organizações, para que o trabalho seja mais coerente e eficaz e para reforçarmos o papel do Vereador e a consciência do seu real dever. Ultimamente o Ministério Público tem assumido o papel do Vereador. Não atribuo essa culpa ao órgão, mas à falta de conhecimento do próprio parlamentar no que diz respeito às suas obrigações. Esse parlamento é muito importante. Uma ação do Supremo Tribunal Federal deu uma cassetada no parlamento, quando baixou uma portaria que tratava do número de Vereadores, sem que ninguém fosse ouvido. Somos um parlamento e, muitas vezes, avançamos na discussão com a população e na democracia, mas fomos surpreendidos por uma portaria que definiu o que é lei, sem levar em conta que nós somos os legisladores. É muito importante o fortalecimento dessas instituições. No Congresso Nacional, está sendo discutida a Proposta de Emenda à Constituição nº 33, que trata do número de Vereadores, mas muitas Câmaras não têm uma posição clara sobre o que acontecerá. Parabenizo-os e sugiro essa

aproximação e, principalmente, o fortalecimento das organizações microrregionais de Vereadores. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Sr. Antônio Afonso. Presto uma homenagem às mulheres, cuja presença na vida pública é muito importante. Isso tem de ser respeitado e estimulado por todos nós, não apenas com o estabelecimento de um percentual mínimo. Com a palavra, a Vereadora Vera Saraiva, Presidente da Câmara Municipal de Viçosa.

A Vereadora Vera Saraiva - Bom-dia a todos, ao Deputado Domingos Sávio, ao meu amigo Edson, ao também amigo Prof. Florian, à Daniela e a todos da Mesa.

Em Viçosa há uma câmara-escola em funcionamento desde abril de 2005, com todo o apoio da Escola do Legislativo, por intermédio do Alaor e equipe e do Prof. Florian, que nos deu o prazer de uma visita.

Estamos à disposição do Ceac e oferecemos a nossa colaboração no que pudermos, por meio desse curso que ministramos há dois anos para o Legislativo de toda a região, como os meus colegas podem testemunhar, e para a população de Viçosa e da sua microrregião. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Sra. Vera. Uma fala complementou a outra: a preocupação do Antônio com a importância de um melhor preparo dos nossos Vereadores e a informação de que Viçosa já conta com uma escola legislativa municipal. Portanto, há perspectivas muito boas de avanço nessa área. Com a palavra o Sr. Rogério Santos Moraes, Vereador da Câmara Municipal de Cristais, que fará uma pergunta à Daniela.

O Vereador Rogério Santos Moraes - Parabenizo a Mesa, na pessoa do Sr. Domingos Sávio. Agradeço a presença de todos os Vereadores, que deixaram as suas tarefas em busca de um maior conhecimento, em benefício da sua população.

Daniela, a minha pergunta é a seguinte: devido aos altos custos jurídicos, várias Câmaras não têm condições de contar com um advogado de alto nível. As perguntas relacionadas à área jurídica são uma das maiores dificuldades enfrentadas por todas as Câmaras, pois cada advogado entende as mesmas questões jurídicas de forma diferente.

Quem fez a Lei de Responsabilidade Fiscal não a conhece 100%. Essa Lei beneficiou o País porque os agentes políticos têm mesmo de gastar apenas o que têm e não endividar a próxima administração da Prefeitura.

Quero saber se vocês nos darão assistência nos assuntos jurídicos, que é uma das maiores dificuldades para as Câmaras. Do resto, os advogados e contadores dão conta.

A Sra. Daniela Santiago Menezes - Estamos formando um espaço de comunicação. Daremos ênfase às questões polêmicas que têm gerado dúvidas e que precisam ser analisadas com mais vagar. Produziremos matérias sobre elas, com esquemas no boletim, trabalhos no "site" e estímulo ao tratamento das mesmas questões em outros meios de comunicação da Assembléia.

Trabalharemos sempre na perspectiva da resposta em tese. Os casos que nos forem encaminhados serão respondidos em tese e incorporados à sessão de perguntas e respostas do "site". Como disse o Deputado Domingos Sávio, à medida que formos ganhando "know-how", as questões recorrentes que já tiverem solução serão respondidas prontamente.

Processaremos internamente questões sobre processo legislativo, estrutura e funcionamento da Assembléia e estrutura e funcionamento da Câmara, incluindo as funções do Vereador. Para as perguntas que fugirem a esse escopo, sugeriremos procurar determinadas instituições, buscando sempre, pelos meios de comunicação, esclarecer todos os pontos. Mas não daremos a nenhuma demanda o tratamento específico próprio de uma assessoria jurídica.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Vereador Eldeir Luiz da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Raposos.

O Vereador Eldeir Luiz da Silva - Bom dia a todos. Na pessoa do caro amigo Sr. Guilherme, cumprimento os componentes da Mesa e os demais presentes.

Há 30 anos sou Cabo do Corpo de Bombeiros e, atualmente, estou na política de Raposos. Até dia 30 de dezembro, sou Presidente da Câmara Municipal de Raposos.

Tenho duas perguntas a fazer: uma à Sra. Daniela e outra ao colega Sr. Guilherme - digo colega com todo o respeito, porque ele prestou valiosa assessoria à nossa Câmara.

Quero tirar todo o proveito possível deste seminário. Embora tenha recebido outros convites para aqui comparecer, nem sempre é fácil atendê-los, porque absorvemos muitos problemas da comunidade que nos impedem de assumir outros compromissos.

Quero saber do Sr. Guilherme se há mecanismos para resolver os nós entre o Executivo e o Legislativo. Muitas vezes ficamos amarrados em questões políticas do Executivo.

A Câmara Municipal tem de ser parceira do Prefeito. Há em nossa cidade um projeto que se chama Caminhando Juntos. Temos de caminhar, sim, com o Prefeito. Faço oposição ao meu Prefeito, mas oposição consciente. Muitas vezes, levo-lhe sugestões e mostro-lhe caminhos que podem ser interessantes para a comunidade. E é exatamente visando a minha comunidade que pergunto ao Sr. Guilherme: Não haveria mecanismo nem possibilidade para que o repasse destinado à Câmara pudesse ser diretamente do governo ao Poder Legislativo?

Nosso atual governo firmou um convênio com todos os Municípios. Acredito que vários aqui adquiram aquela máquina para o desenvolvimento. O meu Município adquiriu uma máquina e dois caminhões.

Então, de repente, diante da jurisprudência na qual o senhor é doutor, pode existir algum mecanismo. Se são destinados 8% do repasse para o Município, por que esse repasse não entra diretamente para o Poder Legislativo?

Se ainda hoje não houver possibilidade de uma resposta, gostaria que se fizesse um estudo. Os atuais Deputados, ora eleitos por nós - digo por nós, porque lá, no meu Município, estiveram mais de 200 Deputados que conseguiram votos, como também os Deputados Federais. Então, imagino que deva existir um mecanismo ou uma possibilidade de o repasse caminhar por esse lado.

Partindo daí, vejo que o Município, diante da LRF e de todas as questões que são emanadas sobre os direitos e deveres do Prefeito e do Presidente da Câmara, será um pouco mais independente para fazer os seus afazeres sem necessitar de favores. Muitas das vezes a obrigação é do Prefeito, mas ele faz aquele jogo político.

Como os nobres pares que compõem a Mesa e alguns Deputados que estão entrando nesta Casa agora também já foram Vereadores, entenderão e saberão o que estou falando. Hoje eles são Deputados, mas, no passado, estavam aqui com o mesmo pensamento e a mesma visão que tenho.

Então, acredito que está em tempo de encontrarmos uma saída para essa situação. Quero ouvir do doutor se há a possibilidade ou não de se fazer um estudo dessa situação.

O Sr. Guilherme Wagner Ribeiro - Para instituir mecanismo dessa natureza, precisaria alterar a legislação federal. Agora, para a independência da Câmara Municipal em relação ao Poder Executivo, não me parece que seja a independência financeira o principal gargalo. A própria Constituição estabelece mecanismos de obrigatoriedade de repasse, sob pena de o Chefe do Executivo incorrer em crime de responsabilidade. Então, do ponto de vista institucional, embora os recursos ainda passem pelo Executivo, parece-me que a Constituição contempla de forma satisfatória a autonomia financeira das Câmaras Municipais. Talvez o que falte seja conhecimento, preparo, ou outras variáveis de natureza política, para que essa independência seja possível. Se o repasse fosse efetuado diretamente, evidentemente daria maior autonomia; o que, repito, precisaria de uma alteração da legislação federal, mas, para a construção da autonomia, não me parece que esse seja o ponto-chave. O Vereador Eldeir Luiz da Silva - Como o doutor disse, trata-se de um debate.

O Sr. Presidente - Por gentileza, o debate tem de ser com todos, portanto, peço a sua compreensão para que conclua seu raciocínio.

O Vereador Eldeir Luiz da Silva - Tudo bem. Há um mecanismo pelo qual o Presidente e os Vereadores têm de imbuir-se de conhecimento para exigir do Prefeito o cumprimento da LRF. Mas, sem dúvida, como você disse, se esse mecanismo financeiro for diretamente ao Presidente da Câmara ou ao Poder Legislativo, você estará isento de algumas questões que dependem de lá. Não tenho dúvida disso.

Quero dizer à nobre Diretora que vem acompanhando e realizando esse trabalho, que considero importante esse trabalho de divulgação com os Presidentes das Câmaras, com os Vereadores. Antes mesmo de tornar-me Vereador, sempre pensei em acompanhar os Vereadores, mas, infelizmente, os candidatos que não foram eleitos não têm essa oportunidade. Podem ter certeza - e os senhores sabem -, os que não foram eleitos não têm essa oportunidade, porque, quando os Vereadores eleitos tomam posse, naturalmente se esquecem dos ex-colegas partidários. Seria interessante que pudesse divulgar isso para os ex-candidatos, porque os Municípios serão fortalecidos, as informações serão para todos, e, quando alcançarem essa cadeira, terão mais conhecimento. É claro que você têm todos os dados dos eleitos e dos não-eleitos, e poderá fazer um trabalho com aqueles que não foram eleitos, mas que têm um bom peso político, pois estão nas ruas pedindo votos para os Deputados. Provavelmente, na próxima eleição, estarão concorrendo a uma vaga novamente. Assim terão um ganho muito grande, porque esses conhecimentos devem ser difundidos para os outros que não foram eleitos. É o meu ponto de vista. Quero saber se existe essa possibilidade.

A Sra. Daniela Santiago Menezes - Como o "site" é o carro-chefe do Ceac, em termos de informações, porque torna disponível todos os dados que apresentei, é aberto. A internet permite acesso amplo e irrestrito. Então, os interessados nesses assuntos ligados a Câmaras Municipais poderão acessar o "site" do Ceac e acompanhar os temas em pauta.

O Sr. Presidente - O próximo inscrito é o Vereador David do Rosário Magno, da Câmara Municipal de Catas Altas, que dirige a seguinte pergunta à Daniela: "Qual o tempo que levaríamos para conseguir um curso de Política e Cidadania e para que os membros da Comissão de Participação Popular possam visitar a nossa cidade?" Daniela, você tem informações sobre o curso de Política e Cidadania?

A Sra. Daniela Santiago Menezes - Temos uma parceria com a Escola do Legislativo. Na verdade, esse curso é oferecido pela Escola do Legislativo. É importante que os senhores passem essa demanda para o Ceac, que iremos definir esse planejamento dentro das possibilidades de atendimento da Escola do Legislativo. É fundamental que todos saibam que não temos condições de atender todos em um só momento, mas é possível recebermos as demandas e programarmos essas atividades ao longo do ano. É muito importante que, por meio do "Fale com o Ceac", os senhores encaminhem essas solicitações, a fim de que possamos programá-las internamente. Teremos grande prazer em levar os cursos até as Câmaras solicitantes.

O Sr. Presidente - No que diz respeito à visita da Comissão de Participação Popular ou de qualquer comissão desta Casa, o primeiro procedimento é que a Câmara Municipal, alguma entidade municipal ou até mesmo qualquer cidadão encaminhe ofício ou pedido à comissão, que pode ser de Agricultura, de Saúde ou de Participação Popular, especificando o tema a ser debatido e a razão do pedido. A comissão analisará e votará se fará ou não uma audiência pública naquela cidade. Se o tema for relevante, com certeza será aprovada a realização de uma audiência pública. A Assembléia faz isso com muita frequência, ou seja, quando é solicitada, vai ao interior discutir uma enormidade de assuntos. Os Vereadores podem ficar à vontade para fazer essa interação conosco, que é muito saudável. Com a palavra, o Vereador Narcízio da Cruz Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata, que fará uma pergunta oralmente.

O Vereador Narcízio da Cruz Ferreira - Bom-dia a todos. Na pessoa do Deputado Domingos Sávio cumprimento os integrantes da Mesa. Como foi dito, sou Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata. Também sou Diretor da Regional 1 da Associação de Câmaras. Deputado Domingos Sávio, farei uma pergunta a V. Exa. Acredito que essa luta é a de várias Câmaras, de vários Municípios, como o nosso. Encaminhamos à Assembléia Legislativa, por meio da Câmara Municipal, um requerimento de instalação da TV Assembléia. Embora Lagoa da Prata possua quase 50 mil habitantes e seja a 87ª cidade em termos de arrecadação do Estado, não possui ainda o canal da TV Assembléia, o que contribuiria muito para o processo democrático. A nossa Câmara já aprovou um projeto de lei criando a TV Câmara Municipal, semelhante à TV Câmara de Lavras. A instalação da TV Assembléia em nosso Município seria importante para darmos continuidade a esse projeto nosso. Quero saber qual a política que a Assembléia adotará, principalmente agora com o término do mandato do Deputado Mauri Torres como Presidente desta Casa, para que a TV Assembléia chegue aos demais Municípios. Sabemos que ela chega a duzentos e poucos Municípios, mas, pela sua importância, deveria chegar a todos os 853. Adoro assistir à TV Câmara e à TV Senado, pois elas nos dão muito suporte.

O Sr. Presidente - Quero agradecer a oportunidade que o Narcízio, nosso querido Naza, um grande líder da nossa região do Centro-Oeste, de Lagoa da Prata, nos dá para destacarmos, de fato, a importância desses instrumentos de comunicação, de democratização, de acompanhamento do trabalho dos Deputados e de darmos oportunidade a diversos segmentos da sociedade que, por meio da TV Assembléia, levam os seus pleitos, suas reivindicações, suas críticas e sugestões.

Essa também é uma preocupação nossa. Já é consenso entre os Deputados que a TV Assembléia é um instrumento de democratização das ações parlamentares. Há um trabalho da Mesa, do nosso Presidente Mauri Torres e dos demais membros para universalizar o acesso à TV Assembléia em todo o Estado. Já há entendimentos com o Ministro Hélio Costa, que está pronto para nos dar a concessão de alcance como canal aberto em todo o território mineiro. Acredito que, se isso for viabilizado, ampliará a proposta de estabelecermos com o Ministério das Comunicações a abertura na programação, para que as Câmaras Municipais de cada Município entrem com o seu sinal. Seria como no caso das TVs educativas. Eventualmente, tendo a cidade uma TV comunitária ou educativa, poderá usar um horário para fazer uma programação local. Seria fantástico que a TV Assembléia, que hoje já alcança boa parte do Estado de Minas, chegasse a todo o Estado e, em determinados horários

do dia, a Câmara Municipal, conveniada com a Assembléia, fizesse um programa local sobre as atividades do Legislativo Municipal. Obviamente, a cidade que não tiver esse interesse, assistirá a um programa da TV Assembléia, a exemplo da Rede Minas, que hoje chega a várias cidades, e, às vezes, há uma TV educativa local. Esse é um sonho nosso, que esperamos ver realizado.

A título de informação, ainda teremos mais 12 perguntas.

O Vereador Narcízio da Cruz Ferreira - Nestes dois anos, a reunião da nossa Câmara Municipal é transmitida pelo rádio. Com essa proposta, queríamos que fosse transmitida pela televisão. Mesmo sendo às segundas-feiras, às 20 horas, que é o horário nobre da televisão, atingimos 35% de audiência no Município. Não que 36% da população assista ao mesmo tempo, mas 36% da população tem o costume de, habitualmente, ouvir a reunião da Câmara pelo rádio. A Câmara Municipal de Lagoa da Prata já tem recursos aprovados no Orçamento, para implantarmos a TV Câmara no ano que vem. Se conseguirmos o canal ainda este ano, no ano que vem, o próximo Presidente poderá implantá-la, como foi feito em Lavras, que é a pioneira em nosso Estado. Agradeço e conto com o seu apoio, Deputado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Naza. Com a palavra, o Vereador Luiz Rocha Neto, Presidente da Câmara de São Francisco e Presidente da Associação de Vereadores da Área Mineira da Sudene, que congrega 93 Municípios.

O Vereador Luiz Rocha Neto - Cumprimento toda a Mesa, na pessoa do Deputado Domingos Sávio, a quem parabeno por essa grande conquista.

Realmente, a Escola do Vereador tem uma posição muito importante no contexto do Legislativo municipal, mas, infelizmente, ela não é feita de forma a abranger todos. Temos realizado, pelo menos anualmente, um congresso, apesar das dificuldades estruturais, como, por exemplo, a procura pelos Tribunais de Contas, que oneram um pouco a realização desse evento, dadas as despesas com passagens e hospedagens. Além disso, o calendário da Escola do Legislativo nem sempre coincide com o que realizamos.

Os senhores citaram os cursos a distância, que é uma idéia inovadora e que vem a calhar, principalmente na minha Câmara, que era composta por 15 Vereadores e, com a redução, passou para 10 Vereadores, com uma renovação de 70%. Então, há necessidade de cursos permanentes, a fim de facilitar a estrutura dos Municípios. Seria interessante divulgar esses cursos, em prol dos alunos Vereadores, que estão muito interessados em participar, embora não haja meios de desenvolvermos esses cursos na medida das nossas necessidades.

Aliado a isso, gostaria de saber em que o Ceac pode nos orientar em relação aos repasses da Câmara. Sobre o Fundef, houve uma redução muito importante. E agora, com a aprovação do Fundef, vai aumentar mais ainda o desconto do repasse dessas Câmaras.

A minha região praticamente é composta de Câmaras Municipais, em que os Municípios têm o repasse de 0,6%, e essa redução praticamente inviabilizou o funcionamento delas, comprometendo até a sua própria independência. Isso porque o Presidente fica nas mãos do Executivo, já que não dispõe de recursos que lhe dêem condições de bancar nem mesmo as necessidades básicas, quanto mais a participação em congressos, ou seja, a possibilidade de viajar em busca do aprimoramento das atividades parlamentares.

Existem outros Tribunais de Contas que divergem do entendimento do Tribunal de Contas mineiro, como por exemplo os Tribunais de Contas do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. Se não houver, da parte dos nossos Deputados, juntamente com os Presidentes de Câmaras e Vereadores, uma proposta para mudar essa interpretação, isso praticamente inviabilizará o funcionamento de várias Câmaras, como já inviabilizou, por meio da dispensa de funcionários, da falta de telefone e da redução de salários.

O Sr. Presidente - É um tema realmente importante, que, a exemplo de outros, deverá ser objeto da elaboração de um documento, de uma análise específica por parte do Ceac, a fim de auxiliar a ação do movimento dos Vereadores. Não podemos tirar isso dos senhores, e essa não é a nossa intenção. Pelo contrário, a condução de determinadas bandeiras das Câmaras Municipais deve ser apoiada por nós, embora a iniciativa seja, de fato, das nossas associações, como a Associação Mineira das Câmaras Municipais, a Associação Brasileira das Câmaras Municipais - Abracam - e as próprias Câmaras, individualmente. Com certeza, será elaborado um documento.

Com a aquiescência das senhoras e dos senhores, gostaria de encerrar agora as inscrições, tendo em vista as mais de 12 pessoas inscritas para fazer perguntas. Faço esse apelo, a fim de fazermos um esforço para conduzir as perguntas e as manifestações dentro do prazo de 2 minutos e concluir o debate no horário previsto, ainda que com uma pequena prorrogação.

Com a palavra, o Sr. Walter Romano, Presidente da Câmara Municipal de Senhora dos Remédios.

O Vereador Walter Romano - Bom-dia. Cumprimento toda a Mesa, os colegas Vereadores e companheiros de Câmara, na pessoa do Deputado Domingos Sávio. Parabeno a Assembléia por essa iniciativa, mais um canal de interatividade e ligação entre os Poderes Executivo Municipal e Legislativo Estadual. Presido a Câmara de Senhora dos Remédios, e, com os companheiros Jesu, Hercy e José Antônio, tenho a honra de estar aqui pela primeira vez, prestigiando e aprendendo com esta Casa.

Gostaria de saber a respeito do recolhimento da retenção do INSS patronal. Fica o questionamento dos Presidentes de Câmara, ao contratar um advogado para que haja o processo judicial para que seja feita essa restituição. Devem-se custear esses honorários ou não? Fica essa preocupação a respeito da devolução. Não podemos deixar de pleitear a devolução, sob pena de irresponsabilidade.

Parabeno mais uma vez a iniciativa desse ato, mais um elo entre as Câmaras e esta Casa. Desejo sucesso à Sra. Daniela Santiago. Obrigado.

O Sr. Presidente - Sua pergunta é relevante, e sugerimos que o senhor a formalize por meio do "site", no quadro "Perguntas e Respostas". Esse será um "site" muito acessado pelos Vereadores, Presidentes de Câmaras e assessorias. Pergunte objetivamente e obterá uma resposta que lhe ajudará a tomar a decisão. Com a palavra, o Vereador Fernando Rezende, da Câmara Municipal de Uberlândia.

O Vereador Fernando Rezende - Bom dia a todos. Cumprimento a Mesa, na pessoa do Deputado Domingos Sávio. Parabéns pela instalação e criação do Ceac. A primeira pergunta é para a Sra. Daniela. Passamos por um processo eleitoral, e todos sabemos da cláusula de barreira. Mas existem diversas interpretações que definirão como serão compostos os partidos políticos; e se os Vereadores, que elegerão a Mesa Diretora, que participam dos partidos que não cumpriram a cláusula de barreira, apesar de eleitos há dois anos, conseguirão manter sua representatividade por meio de participação nas comissões, na Mesa Diretora e nas Lideranças de partidos. Enfim, já existe essa definição e uma única interpretação por parte do Ceac? Tendo em vista que temos um prazo curto, sugiro que se priorize uma discussão desse assunto no Ceac.

A segunda pergunta é dirigida ao Sr. Guilherme. O senhor disse que foi proposta uma mudança no projeto de lei de reforma tributária por parte do Senado, com a qual a Câmara Federal não concordou. Obviamente, existe uma mudança por parte dos Prefeitos, pois, se não discutirmos o pacto federativo, a reforma tributária será pífia. Qual é o grande aspecto relacionado ao ICMS? Que entrave é esse? Na sua opinião, o que pode

ser feito para que os Municípios e Estados tenham uma legislação do ICMS semelhante?

A Sra. Daniela Santiago Menezes - Solicito ao Sr. Guilherme que me auxilie nessa questão e abranja os dois itens.

O Sr. Guilherme Wagner Ribeiro - Quanto à questão da cláusula de barreira, ainda há uma grande indefinição, que também engloba a Assembléia Legislativa. Conheço uma única posição firmada.

Antes mesmo da aprovação da cláusula de barreira, havia o entendimento em um parecer do Congresso Nacional, da Assessoria Técnica da Câmara dos Deputados - parecer esse que é acessível na página da Câmara - de que o funcionamento parlamentar seria definido pelas próprias Casas Legislativas. As câmaras municipais poderiam definir o efeito da cláusula de barreira para o seu funcionamento. Essa é uma discussão importante. Mas para que ela venha à tona está-se aguardando a organização dos partidos. Tenho o pressentimento de que o entendimento expresso nesse parecer é o que deve prevalecer.

Respondendo agora à segunda questão, são vários os pontos controvertidos na questão do ICMS, um deles é que a emenda à Constituição não define alíquota mínima, mas a alíquota de 25%. O desejo de diversos atores no Congresso Nacional é de que ela seja definida em 4%. Mas os Estados querem que a alíquota mínima seja definida em 7%, que é a menor alíquota praticada.

Outro ponto controvertido é a isenção dos bens de necessidade básica, como gêneros alimentícios e farmacêuticos, a que todos nós somos sensíveis, mas contraditoriamente, acaba por punir os Estados que produzem esses produtos.

Outra questão muito controvertida é quem receberia o ICMS, se é o Estado de origem ou o Estado de destino. O maior desejo no Congresso Nacional, que colocaria um fim na guerra fiscal, seria que o recebedor seria o Estado de destino. Mas há uma série de entraves. Entre eles, o fato de que se elevaria de forma abissal o custo da fiscalização. Seria necessário fiscalizar fronteira. Imagina Minas Gerais fiscalizando a fronteira.

Como se não bastassem os conflitos existentes entre a leitura que os Estados fazem sobre a disciplina do ICMS, há divergência entre os próprios Estados sobre essa disciplina. A tendência para que haja uma legislação única é que essa legislação seja da competência da União. Essa é uma regra estabelecida na reforma. A assessoria dos Estados, durante um ano inteiro, reuniu-se em Brasília e formulou esse anteprojeto que disciplina o ICMS para todos os Estados. Há pontos que não foram resolvidos em razão do próprio conflito. Mas essa parte da discussão já está mais avançada. São esses diversos detalhes que colocam em choque ora a União com os Estados, ora os próprios Estados que travam a adequada tramitação. Vamos ver agora como será a tramitação daqui para frente com esse novo substitutivo.

O Sr. Presidente - Temos uma pergunta, só para reforçar, porque ela já foi até respondida, mas é boa para manter todos esclarecidos, inclusive os que nos estão acompanhando pela TV Assembléia. Pergunta do Vereador Anacleto Cesário da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Desterro do Melo, dirigida à Sra. Daniela Menezes. Ele parabeniza e vem perguntar como se faz para realizar um curso de capacitação descentralizando as ações do Ceac para o interior. Ele é Diretor de Capacitação da Associação das Câmaras do Alto Paraopeba.

A Sra. Daniela Santiago Menezes - Vereador, agradeço as palavras de incentivo ao Centro. É aquela forma que havíamos dito: na seção do "site" "Fale com o Ceac", o senhor encontrará um formulário em que há a opção: solicitação de curso.

O senhor pode encaminhar-nos essa solicitação. Nós a receberemos, faremos os encaminhamentos internos e entraremos em contato com a Câmara.

O Sr. Presidente - Pergunta oral da Vereadora Lurdinha Menezes. Não estão claros os nomes do Município e da Câmara.

A Vereadora Lurdinha Menezes - Sou Lurdinha Menezes, Vereadora da Câmara de Ribeirão das Neves. Primeiramente cumprimento o Presidente desta reunião e todos os colegas presentes. É um alívio saber da criação desse Centro porque, mesmo estando na Região Metropolitana, percebo a dificuldade que os Vereadores têm quando possuem propostas ou idéias que não conseguem colocar em prática nas suas localidades. Digo a todos os colegas que nós, Poder Legislativo, devemos fortalecer-nos.

Gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Guilherme ou à Sra. Daniela, que fizeram todo um planejamento acerca do Centro. Quais as perspectivas que há de esse Centro garantir, espero, em curto prazo, autonomia maior do Poder Legislativo? Hoje defendo um Legislativo forte no Município. Onde estão os maiores técnicos? Normalmente, eles estão no Executivo. Chegam-nos matérias de alta complexidade, e as Câmaras normalmente têm seus departamentos jurídicos, mas nem sempre os jurídicos são os melhores assessores.

Estávamos discutindo os planos diretores. Eu, graças a Deus, consegui que a Câmara de Neves contratasse uma assessoria especializada, só para esse projeto, na linha da arquitetura, porque o setor jurídico da Casa não era suficiente para fazer a avaliação.

Quais as perspectivas de maior autonomia hoje do Poder Legislativo? Hoje não só em Minas Gerais, mas também em todo o País quem mais legisla é o Poder Executivo. Por isso gostaria que o Sr. Guilherme ou a Sra. Daniela falassem sobre essa questão.

No mais, quero parabenizá-los pelo Centro. Com certeza, serei uma das usuárias do sistema. Obrigada.

O Sr. Presidente - Nós é que agradecemos à Vereadora Lurdinha. Esta Presidência deixará a resposta a critério dos nossos Consultores, Guilherme ou Daniela.

A Sra. Daniela Santiago Menezes - Vereadora, agradeço suas palavras de incentivo. O propósito do Ceac é contribuir, dentro do nosso alcance, para o aprimoramento das Casas Legislativas, a fim de que o Poder Legislativo tenha força e autonomia como condição fundamental para o exercício democrático.

Quanto a essa questão de curto prazo, realmente fizemos um planejamento cuidadoso, com a participação de várias pessoas. Além dos profissionais do Ceac, outras áreas desta Assembléia contribuíram com esse trabalho, de forma decisiva. Outras entidades também nos auxiliaram.

Temos a consciência de que o Ceac funcionará cada vez melhor, na medida em que for havendo contato com as Câmaras Municipais. Precisamos, como tentei frisar em minha apresentação, desse intercâmbio como condição para que tenhamos possibilidade de crescimento. Esperamos que haja realmente essa parceria entre as Câmaras e o Ceac, para que possamos incorporar dados aos bancos, produzir a informação, fazendo-a circular, para, assim, contribuir para o aprimoramento das Casas Legislativas.

O Sr. Presidente - Antes de passar a palavra ao próximo participante, transferirei a Presidência dos trabalhos ao nosso prezado amigo e companheiro de partido, o PSDB, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, por sinal uma das figuras mais experientes da nossa Casa Legislativa. Ele é também um grande jurista.

Tenho um compromisso na Secretaria de Fazenda. Os Vereadores conhecem nossa rotina enquanto representantes públicos. Temos quase sempre de nos desdobrar em dois ou três compromissos num curto espaço de tempo.

Foi uma alegria enorme participar deste debate com os senhores e com as senhoras. Reitero que me sinto hoje, como Deputado Estadual, também um Vereador. A nossa relação de trabalho em todos os Municípios onde atuamos é de laços muito estreitos com os Vereadores. Isso é algo que, acredito, deverá intensificar-se com esse Ceac.

Portanto, desejo de fato que não só todos os senhores que aqui estão, mas também aqueles que nos acompanham e que tomarão conhecimento do Ceac... Aliás, peço que transmitam a todos, na próxima sessão legislativa dos seus Municípios, esse convite, esse apelo da Assembléia para que acessem o "site", interajam conosco, visitem-nos. Vi, com surpresa, que alguns vieram aqui hoje pela primeira vez. A nossa Casa Legislativa, assim como as Câmaras Municipais, literalmente é a Casa do povo. Então, é muito importante que aqui venham, que utilizem a estrutura dos nossos gabinetes porque, com isso, poderemos prestar um serviço melhor e, naturalmente, via de mão dupla: bom para todos nós e, em especial, para o povo mineiro.

Mais uma vez agradeço aos nossos técnicos. Passo a condução dos trabalhos ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Dando continuação, gostaria de pedir desculpas a todos pela nossa ausência após o pronunciamento de abertura deste encontro. A Comissão de Justiça desta Casa se reúne todas as terças-feiras, às 10 horas, e matérias importantes são discutidas e votadas a fim de alimentar as demais Comissões. Então, deixo a minha justificativa.

Não poderia deixar de retornar a este debate, principalmente pelo respeito que tenho pelas Câmaras, particularmente num momento tão importante da Assembléia Legislativa e das Câmaras Municipais mineiras.

Pergunta do Vereador Joel - não falou o nome da Câmara Municipal - a respeito de responsabilidade fiscal, dirigida ao Dr. Guilherme. Joel está presente? Pergunta oral do Vereador Presidente da Câmara Municipal de São Joaquim de Bicas. Está presente? Nome, por favor, Presidente.

O Vereador Arnaldo Batista - Meu nome é Arnaldo Batista e sou Presidente da Câmara Municipal de São Joaquim de Bicas. Eu e o meu nobre colega Vereador Tarcísio, futuro Presidente, que se encontra presente, queremos cumprimentar o Sr. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, por cuja pessoa estendemos os cumprimentos a toda a Mesa.

Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Deputadas, Deputados e funcionários desta Casa, a pergunta que desejava fazer já foi feita, então quero apenas parabenizar por esse passo da Assembléia. As Câmaras Municipais ganharão muito com esse elo que foi criado, com esse espaço que foi cedido a nós, Vereadores, e aos Municípios mineiros.

Enfim, deixo aqui os meus agradecimentos. Com certeza buscaremos mais informação e integração com este Poder, que - sabemos - possui um conhecimento muito extenso. Obrigado. Boa-tarde a todos.

O Sr. Presidente - Obrigado, Presidente. Pergunta oral do Vereador Eduardo Assis, da Câmara Municipal de Ritópolis.

O Vereador Eduardo Assis - Meu nome é Eduardo Assis e aqui estou representando os meus pares da Câmara Municipal de Ritópolis. Publicamente, sobretudo quero parabenizar e agradecer com veemência a criação do Ceac, que, com certeza, já está sendo uma âncora, um guia para as Câmaras Municipais do nosso Estado. Portanto, a minha permanência é para registrar o meu agradecimento e parabenizar todos os membros fundadores do Ceac. Obrigado e boa tarde.

O Sr. Presidente - Obrigado, Excelência. Pergunta do Vereador José Hudson Amorim, Presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio do Gramma, dirigida ao Dr. Guilherme, se possível: "Sobre o 13º subsídio dos Vereadores, já que a Súmula nº 91 dá esse direito, desde que seja aprovado no ano anterior. Qual é o seu entendimento sobre essa matéria?".

O Sr. Guilherme Wagner Ribeiro - O meu entendimento é o da própria súmula. Desde que esteja sumulado, é o que deve ser seguido.

Eu não expressaria, em nome do Ceac, entendimento distinto daquele consolidado pela jurisprudência. Em um outro aspecto, posso até divergir, mas a função do Ceac é organizar as informações existentes, como, por exemplo, existência de divergência de jurisprudência em relação ao Fundef. Não sabia que havia Tribunais de Contas com posições distintas. Em função do Fundef, divulgaríamos essas posições divergentes, mas não me parece que fazer uma defesa distinta da que predomina nos tribunais seja papel adequado ao exercício da função do Ceac.

Em relação ao décimo-terceiro, parece-me que não há controvérsia e que a posição admitida pela jurisprudência atende, de forma satisfatória, à comum pretensão de que as Câmaras se manifestem.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Dr. Guilherme. Com a palavra, o Vereador Edson Antônio Rodrigues, Vice-Presidente à Câmara Municipal de Ritópolis.

O Vereador Edson Antônio Rodrigues - Boa tarde, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, demais Deputados, Vereadores, senhores da Mesa. Parabenizo a Assembléia por esta reunião especial. Para nós, assim como para todas as Câmaras, esta iniciativa da Assembléia é muito engrandecedora. Sou Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ritópolis, aqui representada também pelos Vereadores Eduardo Assis, Jesu, Wender, Lúcio, Alício, João Trindade e Antônio Mata. Farei uma pergunta ao Guilherme Wagner. O repasse da Câmara é normal. Quando chega o final do ano, tem de devolver à Prefeitura. A Câmara pode direcionar esse dinheiro para algum tipo de obra ou para algum tipo de indicação?

O Sr. Guilherme Wagner Ribeiro - Não; quando o dinheiro retorna para a Prefeitura, ele entra na regra orçamentária. E, do ponto de vista jurídico, não há mecanismos para vinculá-lo a determinada aplicação. Nada impede que se estabeleça esse mecanismo em um acordo com o Executivo. O mesmo se dá com os mecanismos do orçamento participativo. O que vincula o Executivo a cumprir o que foi estabelecido no orçamento participativo é a legitimidade do orçamento, porque, do ponto de vista jurídico, o que foi aprovado no orçamento participativo está submetido às mesmas regras dos demais dispositivos do orçamento, ou seja, tem apenas caráter autorizativo. Você pode até colocar no orçamento que aquele recurso seja aplicado desta ou daquela forma, mas não há um instrumento que obrigue o Executivo a aplicá-lo, salvo a própria legitimidade do processo de definição dessa matéria.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Dr. Guilherme. A próxima pergunta é de Ivo da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Indianópolis. Ele pergunta se o Centro oferecerá apoio junto ao Tribunal de Contas, Promotorias e outros órgãos, em parceria com as Câmaras Municipais.

O Sr. Guilherme Wagner Ribeiro - Acho que o Centro pode estreitar esses laços. Em face de questões de interesse dos Municípios, estabeleci contato com as Promotorias competentes.

O que o Centro pode fazer é estreitar esse contato, sensibilizar relativamente a determinados aspectos. Já engajado na montagem do Centro, mas não em nome dele, procurei a Promotoria para discutir a questão da exigência de prazo para a aprovação dos planos diretores, apontando as dificuldades. Podemos estreitar esses laços, mas o encaminhamento formal já não seria competência do Centro.

O Sr. Presidente - Temos ainda uma pergunta oral do Vereador Antônio Márcio Vieira, Presidente da Câmara Municipal de Rio Preto.

O Vereador Antônio Márcio Vieira - Boa tarde a todos. Sou Presidente da Câmara Municipal de Rio Preto e também da recém-formada Associação de Vereadores da Zona da Mata e Sul de Minas, que resulta de um trabalho começado há aproximadamente 40 dias. Quero parabenizar esta Casa por realizar este evento num momento oportuno. Nas últimas eleições, já tivemos uma valorização muito maior dos Vereadores. Os Deputados já os procuraram como lideranças que convivem no dia-a-dia com as comunidades.

Hoje, rodando os pequenos Municípios de Minas, encontramos em todos eles grandes dificuldades de recursos. Vimos a falta de conhecimento das lideranças locais sobre os recursos existentes em nível estadual e federal. Isso é verídico. Eles não têm conhecimento dos recursos que podem usar e, quando ficam sabendo, os recursos já se esgotaram ou o prazo já se esgotou. Deixo a sugestão de que o Ceac repasse essa informação às Câmaras Municipais. Como disse um colega, é muito importante a interação do Legislativo com o Executivo. É trabalhando juntos que vamos desenvolver os Municípios de Minas, para fazer uma Minas melhor ainda.

Mais uma vez parabeno a todos e deixo essa sugestão. Muito obrigado.

O Vereador Manoel Messias Avelino de Souza - Boa tarde a todos. Quero parabenizar a Assembléia pela iniciativa de implementar o Ceac e também o Dr. Guilherme Wagner pela sua exposição, que foi brilhante. Mas quero deixar um protesto, porque viajamos 640km para estar aqui. Não estou condenando ninguém, mas o convite que recebemos dizia que o palestrante seria o Deputado Federal Virgílio Guimarães. Não somos dignos de julgar ninguém, mas criou-se uma expectativa de assistirmos a uma palestra do relator do Código Tributário do País. Não tiramos o mérito do Dr. Guilherme, que foi brilhante, mas houve uma grande frustração nossa.

Qual seria a possibilidade de o Ceac atender a um pedido de, por exemplo, uma associação de Vereadores para ministrar um curso às várias Câmaras?

Sou do Norte de Minas. Meu nome é Messias e sou Presidente da Câmara Municipal de Salinas e 2º-Vice-Presidente da Avans. Peço desculpas por não ter-me apresentado anteriormente.

Percebo que até os Vereadores são desunidos em diversas situações. A Avans deixa a desejar. Isso é ruim. Já ouvi Deputados nos chamarem de megeras. Não sei por que isso acontece, uma vez que ambos devemos ser respeitados. Não estou julgando essa atitude, mas muitos Deputados já foram Vereadores.

Há essa possibilidade? Pergunto isso justamente pela falta de conhecimento dos Vereadores. Alguns não conhecem o papel do Legislativo e causam uma situação de grande constrangimento, fazendo com que passemos vergonha em certas situações. Isso acontece devido à subserviência do Vereador em relação ao Executivo. Em minha Câmara Municipal, isso acontece.

Quando passei a ser Presidente da Câmara Municipal, pensei que teríamos um Poder independente, mas ela está totalmente subserviente ao Prefeito, trabalhando aos seus pés, para atender aos seus caprichos. Na proposta de orçamento para o Legislativo que enviei para ser votada pelos Vereadores, foram retirados R\$350.000,00 do repasse para a Câmara Municipal de Salinas, impossibilitando a realização de um trabalho brilhante e de alto nível. A minha preocupação ao assumir a Presidência, já que sou Vereador pela primeira vez, foi a de criar uma assessoria capaz, a fim de desenvolvermos um bom trabalho, mas, infelizmente, a mentalidade medíocre de certos parlamentares causou-nos uma situação constrangedora, que fez com que o Prefeito mandasse no Legislativo. Isso é ruim, porque os Poderes são harmônicos, mas deveriam ser independentes. Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Vereador Messias. Esta Mesa pede desculpas pelo não-comparecimento do debatedor, Deputado Federal Virgílio Guimarães. Quando organizamos este encontro, desejávamos a presença dos convidados, mas, lamentavelmente, em decorrência de muitos compromissos, o nosso convidado não pôde comparecer. Estamos recepcionando todos com a maior alegria, com os nossos servidores exemplares, que tudo prepararam para este importante debate.

A última pergunta é do Vereador Devani Murta, da Câmara Municipal de Rubelita, à Dra. Daniela: "Qual a possibilidade de se incluir no 'site' do Ceac a discriminação dos recursos repassados aos Municípios, com todas as fontes, incluindo-se aqueles provenientes de emendas parlamentares?"

A Sra. Daniela Santiago Menezes - No "site" do Ceac será inserido um "link" para o "site" da Receita Federal, que dispõe desses dados sistematizados. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva poderá complementar essa informação.

O Sr. Presidente - Vereador Devani, antes de assumir cadeira no Parlamento mineiro, sempre advoguei para as câmaras municipais do Sul de Minas.

Tive a honra e o prazer de ser advogado de mais de 10 câmaras na minha região e me apaixonei pelo trabalho. Estudei regimentos, Código Tributário e Constituição, sempre lutando em defesa do Legislativo mineiro.

Notei, no entanto, algo muito importante: as câmaras municipais não tinham conhecimento do repasse de recursos que o governo federal faz aos Municípios. Estudei a matéria e, em 1999, já como Deputado, apresentei o Projeto de Lei nº 130, que, transformado na Lei nº 13.367, de 1999, torna obrigatória a comunicação dos repasses de recursos financeiros estaduais para os Municípios às respectivas câmaras municipais e dá outras providências.

Lerei apenas o seu art. 1º, que interessa a todos. (- Lê:)

"Art. 1º - Os órgãos da administração direta, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista

estaduais ficam obrigados a comunicar os repasses de recursos por eles efetuados, a qualquer título, para o Município à respectiva Câmara Municipal.

§ 1º - A comunicação de que trata o 'caput' deste artigo conterà:

I - o valor total do repasse;

II - a destinação dos recursos;

III - o número e o prazo de vigência do convênio celebrado com o município, quando couber;

IV - o prazo para prestação de contas, quando for o caso.

§ 2º - A comunicação a que se refere este artigo será postada até dois dias úteis após a liberação dos recursos.

§ 3º - Os dados constantes na comunicação a que se refere este artigo serão divulgados na forma prevista no art. 2º desta lei."

Se a Câmara trabalha pela transparência e pela fiscalização do dinheiro público, autorizando particularmente a lavratura de convênios com os Executivos Municipal, Estadual e Federal, os senhores têm a obrigação de conhecer repasses, prazos de convênios e o que está no fundo do cofre municipal.

Gostaria que os senhores se aprofundassem nessa lei. Grande parte das câmaras municipais tem cobrado sistematicamente o conhecimento dos repasses que o Município recebe. E estão certas. Somos fiscalizadores do Poder Executivo. Somos agentes fiscalizadores. Por isso, os senhores têm, por força de lei e por mandato parlamentar, o direito e o dever de conhecer os recursos, prazos e convênios firmados em benefício de seus Municípios.

A Lei nº 13.367, a que me refiro, é de 1999 e foi sancionada pelo então Governador Itamar Franco. Está em vigor e responde às perguntas das câmaras municipais sobre os repasses de recursos do governo aos Municípios. Com a palavra, o Vereador Edson Melgaço, para suas palavras finais.

O Vereador Edson Melgaço - Primeiramente, agradeço a Deus por esta oportunidade.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, representando o Presidente da Casa, nosso amigo Deputado Mauri Torres, que muito se esforçou para que pudéssemos estar aqui, hoje, inaugurando o Centro de Apoio às Câmaras Municipais; Dra. Daniela, demais companheiros da Mesa, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Presidentes de Câmaras, Presidentes de Associações Regionais de Câmaras em toda Minas Gerais, quero ser breve, pelo adiantado da hora.

Estou aqui como Presidente da Associação dos Vereadores de Minas Gerais - Asvemg -, que foi criada aqui nesta Casa, no dia 11/2/2005. Já temos um ano e nove meses de ações e trabalho. Firmamos uma parceria com a Escola do Legislativo. Participamos do I Encontro Legislativo Municipal e Sociedade Organizada, com grande parte do Estado de Minas Gerais. Se Deus quiser, organizaremos o II Encontro no ano que vem. Nesse encontro, contamos com a participação do Ministério Público, do Tribunal de Justiça, da Secretaria de Fazenda, da Controladoria-Geral da União e de vários órgãos do Estado que estão caminhando com os Vereadores.

Quero dizer-lhes que a Asvemg funciona à Rua Juiz de Fora, 1.454. Estamos à disposição de todos, tentando buscar o engrandecimento e o fortalecimento do Poder Legislativo Municipal. Este Poder é de base, pois representa a base da sociedade brasileira. Este Poder garante a democracia no Brasil. Este Poder nunca foi atingido por nenhum governo, nem pelos ditatoriais que passaram por este país e que fecharam Congressos e destituíram Governadores e Prefeitos. Eles nunca ousaram mexer com as câmaras municipais, pois sabem que o Poder Legislativo é Poder de base, e, caso seja ferido, desmoralizado ou destituído, desintegrar-se-á a sociedade brasileira.

Somos 51.785 Vereadores no Brasil. Em Minas Gerais somos 7.853. Somos verdadeiramente uma força política de representação. Precisamos unir-nos em associações. Aqui, hoje, várias associações, como as regionais, manifestaram-se.

Os nossos estatutos permitem a filiação de Câmaras, de associações regionais de Vereadores, de ex-Vereadores e de suplentes de Vereadores, pois todos aqueles que participaram do processo político constam como suplentes. Repito: o nosso estatuto estabelece que podemos recebê-los como filiados. Quero agradecer à Daniela, ao Jorge e a toda a equipe desse projeto importantíssimo para o Poder Legislativo municipal. Até ontem não tínhamos onde bater para buscarmos informações e conhecimento institucional no exercício das nossas funções. A partir deste momento, já temos: a Assembléia Legislativa, que sempre acolheu esse projeto da Asvemg, que, como disse, nasceu aqui nas dependências desta Casa no dia 11 de fevereiro. Se Deus quiser, ainda vamos prosseguir muito. Contamos com a parceria da Associação Mineira dos Municípios, da Confederação Nacional dos Municípios, da Associação de Câmaras do Brasil, da União dos Vereadores do Brasil e de todos os órgãos no âmbito estadual e federal, para que possamos buscar a união e mostrar a nossa força. Não podemos mais ser submissos a muitos atos e muitas decisões, como aconteceu no caso da redução do contingente de Vereadores; como está acontecendo nos últimos dias em que recebemos notícias distorcidas do trabalho feito pelo Ibam, relativo à redução do repasse às Câmaras - e ficou entendido que não diminuíram as despesas. A verdade não é essa. O subsídio do Vereador é o que menos pesa na despesa das Câmaras.

Como poderiam aumentar as despesas, se isso está na Constituição brasileira, no art. 29, que define o repasse de 5% a 8%, conforme o número de habitantes do Município?

Reduziram à época das eleições, por meio de uma resolução advinda de acontecimentos ocorridos na Prefeitura de Mira Estrela, no Estado de São Paulo. O STF entendeu que teria de reduzi-las. Depois o Tribunal Eleitoral fez a resolução reduzindo o número de Câmaras. Se tivéssemos uma associação atuante, razão pela qual a Asvemg foi criada - contamos aqui com a presença de vários Diretores que estão acompanhando esse processo -, com certeza, seríamos ouvidos e isso não teria acontecido. A Assembléia Legislativa de Minas Gerais abriu este espaço pelo tempo que foi necessário, todos debateram e expuseram suas opiniões. Sobre isso tenho falado em todos os lugares. As perguntas não podem ser feitas apenas no papel. O agente político não sabe comunicar-se somente por meio da caneta, porque gosta de expor suas idéias nas reuniões, pelo microfone, para que todos entendam as suas vontades, anseios e necessidades. Hoje tivemos uma demonstração de democracia absoluta. Somos nós, Vereadores, a garantia dessa democracia, que só permanecerá se for pautada na ética, na transparência e na eficiência. Dessa forma encerro as minhas palavras. Como Presidente da Associação dos Vereadores de Minas Gerais - Asvemg -, estamos de braços abertos para receber todas as associações microrregionais, todos os Vereadores, todas as Câmaras Municipais de Minas. Agradeço muito essa oportunidade que a Assembléia Legislativa dá à nossa Associação. Com certeza, seremos parceiros da Associação Brasileira de Escolas do Legislativo, do Senado e da Câmara dos Deputados, para que possamos fazer com que este Poder tão importante continue de pé. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Antes de encerrar esta importante reunião, gostaria de agradecer, de forma valorosa, a todas as Vereadoras e Vereadores que se deslocaram de suas cidades, distantes da Capital, para participarem desta festa democrática e cívica, ou seja, essa parceria da Assembléia Legislativa com as Câmaras Municipais. Neste momento, presto homenagem ao Dr. Alaor Messias Filho, Diretor-Geral da Escola do Legislativo, que tanto tem feito em prol do aprimoramento da técnica do legislativo, dos conhecimentos, numa verdadeira parceria não somente com as Câmaras, mas também com o cidadão. Por onde tenho andado, quando visito vários Estados em nome desta Assembléia, percebo o quanto a nossa Escola do Legislativo, os nossos assessores e os nossos comunicadores são elogiados pelo trabalho extraordinário que têm feito no Estado de Minas Gerais. Mais uma vez agradeço a presença de todos os senhores e peço-lhes licença para destacar e agradecer os meus caríssimos Vereadores da cidade de Andradas, da minha querida terra de Andradas, no Sul de Minas. Há poucos dias, a Câmara Municipal me outorgou - ainda não tive o prazer de receber - o título de Cidadão Honorário de Andradas, cidade que carrego dentro do meu coração, porque tenho profunda admiração e respeito para com o povo andradense.

Convidamos todos a participarem da reunião ordinária da tarde, às 14 horas, e também das várias reuniões de comissões temáticas que ocorrerão no período da tarde. Assim, poderão ver o mecanismo da Assembléia Legislativa. Esse entrosamento dos senhores com o Legislativo mineiro é muito importante.

Mais uma vez, agradecemos a todos que participaram deste debate, à Dra. Daniela, ao Guilherme, ao Eduardo, etc., trazendo aqui as suas contribuições em busca, exclusivamente, da parceria, de um dever de cidadania para com os Municípios. Essa é a nossa obrigação. A Assembléia Legislativa está sempre preocupada com o povo mineiro, com os cidadãos e, agora, fazendo uma parceria muito estreita com as Câmaras Municipais. A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 47ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 30/11/2006

Presidência do Deputado Fábio Avelar

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Entrega de título - Palavras do Deputado Federal Vittorio Mediolli - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Fábio Avelar - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Alberto Pinto Coelho - Bilac Pinto - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Gil Pereira - Gustavo Corrêa - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Leonídio Bouças - Pinduca Ferreira - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Sebastião Costa, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Deputado Federal Danilo de Castro, Secretário de Estado de Governo, representando o Governador do Estado, Aécio Neves; Senador Eduardo Azeredo; Deputado Federal José Santana de Vasconcellos; Carliale Pedrosa, Prefeito Municipal de Betim; Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; e Deputado Federal Vittorio Mediolli, nosso homenageado.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Exmos. Srs. Luiz Tito, Vice-Presidente do jornal "O Tempo"; Gilmar Mascarenhas, Secretário Municipal de Finanças, Planejamento e Gestão do Município de Betim; Lourival Fernandes, Secretário Municipal de Betim; Eugênio Carlos Braga, Presidente do Sindicato Rural de Maria da Fé; Tarcísio Eustáquio Braga, ex-Prefeito de Betim; Vitor Nunes Leal, Diretor-Presidente da Unimed de Betim; Jeferson Pascoal Rocha, Secretário de Infra-Estrutura da Prefeitura de Betim; Vereador Almir Nogueira Pinho, da Câmara Municipal de Betim; Pedro Firmino, Prefeito de Juatuba; Edwaldo José Pereira, Vice-Prefeito de Juatuba; Jaime Luciano da Silva, Presidente do PSB de Betim; Walter Mussulini, Prefeito de Maria da Fé; Vereador Cláudio Rogério de Souza, da Câmara Municipal de Maria da Fé; Vereador Antônio Waldir de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal de Cambuquira; Francisco Bernardes, ex-Prefeito de Conceição do Rio Verde; Vereador José Elias Murad, da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Vereador Marcelo Henrique, da Câmara Municipal de Betim; Tiago Ulisses, Deputado eleito; Agostinho Patrús Filho, Deputado eleito; Vereador Paulo Ferreira, da Câmara Municipal de Cambuquira; Vereador Reinaldo Lima, da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Oscar Diniz Rezende, Procurador-Geral de Betim; ex-Deputado Federal Saulo Coelho, Provedor da Santa Casa de Belo Horizonte; Prof. Aluísio Pimenta, Assessor Especial do Governador Aécio Neves; Délio Malheiros, Vereador e Deputado Estadual eleito; Ademir Lucas, Deputado Estadual eleito; do Ciro Pedrosa, Deputado Federal eleito; e Conselheiro Sylo Costa.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à entrega ao Deputado Federal Vittorio Mediolli do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, concedido, a requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, pelo Sr. Governador, por meio do decreto publicado no "Diário do Executivo" de 10/11/2005.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Neste instante será executado o Hino Nacional, interpretado pelo tenor Eduardo Cunha Melo, acompanhado por Valéria Barbosa, no teclado, e José Ramos Moreira, no violino.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

"O Semeador é nome; o que semeia é ação. Uma coisa é o soldado, e outra o que peleja; uma coisa é o Governador, e outra o que governa. Palavras sem obras são tiros sem bala; atroam, mas não ferem. Para falar ao vento, bastam palavras; para falar ao coração, são necessárias obras" - Padre Vieira.

Deputado Fábio Avelar, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, representando o Presidente desta Casa, Deputado Mauri Torres; Deputado Federal Danilo de Castro, Secretário de Estado de Governo, representando o Governador Aécio Neves; Senador Eduardo Azeredo; Deputado Federal José Santana de Vasconcellos; caríssimo amigo Deputado Federal homenageado desta noite, Vittorio Mediolli; Sra. Laura Mediolli, esposa do nosso homenageado; suas queridas filhas, Mariana e Daniela; demais familiares; caríssimos Deputados Estaduais e Federais - peço licença para saudá-los na pessoa do Deputado Alberto Pinto Coelho, Líder do Governo -; caríssimos Prefeitos; Vereadores; empresários; amigos; todos que se unem neste importante momento para o parlamento mineiro e para testemunhar este ato cívico que homenageia o Deputado Vittorio Mediolli; minha querida esposa Dalvinha; meus filhos; amigos e amigas.

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais reúne-se, nesta noite, em reunião especial para a entrega do mais alto diploma que se confere a pessoas que tenham prestado relevantes serviços ao nosso Estado. Não será exagero dizer que este é um momento sobretudo cívico, que, certamente, há de falar à alma e ao coração do nosso homenageado, mas que também tocará as fibras da sensibilidade de todos que participam desta solenidade. Movido por esse sentimento, gostaria de ser simples e objetivo, como é do temperamento e do estilo de nosso ilustre homenageado.

Meus senhores e minhas senhoras, diria, em primeiro lugar, que na alma desse italiano sempre esteve presente o espírito mineiro, não por acaso. É fácil perceber que três virtudes cardeais marcam o seu caráter singular: a discrição como modo de ser, o equilíbrio como forma de agir e o diálogo permanente como marca na busca de caminhos e soluções com êxito.

Faço tais considerações porque, hoje, em solenidade que muito nos gratifica, estamos entregando a este grande empreendedor e homem público Vittorio Mediolli o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais.

Nascido em Parma, na Itália, em 3 de maio de 1951, nosso homenageado encontrou aqui nas Alterosas o ambiente propício ao implemento de sua vocação, exercendo a cidadania de Minas Gerais como o mais autêntico e o mais devotado dos mineiros.

Assim, a nosso requerimento, o título que ora lhe é conferido em nome do povo mineiro, no Plenário maior desta Assembléia Legislativa, vem ratificar, como de direito, uma situação que, há muito, era de fato, deixando, assim, a gente mineira orgulhosa e feliz por recepcioná-lo no rol de seus filhos mais ilustres.

Empresário de destacada liderança, tornou-se fundador do Grupo Sada, que gera mais de 5 mil empregos diretos nos segmentos de transporte rodoviário de cargas, siderurgia, fabricação de autopeças, concessionárias, imobiliário, agroindustrial, reflorestamento e editorial. Resulta de seu empreendedorismo a publicação, entre outros, dos diários "O Tempo" e "Super Notícia", nos quais veicula a sua coluna.

Confesso a todos ser, desde longa data, assíduo leitor da Coluna do Vittorio, no Jornal "O Tempo". Dela tenho extraído os melhores ensinamentos para minha vida. Tenho guardado dentro de meu coração reflexões importantes - verdadeiro bálsamo para o meu dia-a-dia -, que me estimulam nas ações políticas e no convívio social.

Numa delas, Vittorio escreveu: "A felicidade é o objetivo de todos. Cem em cada cem estão atrás dela. Tentam alcançá-la e depois segurá-la, embrulhá-la e, ainda, colocá-la numa gaiola. Só que felicidade não sobrevive dessa forma, não se reproduz em cativeiro nem aceita clonagem em laboratório. Hoje, na sociedade consumista, aquela que se arroga o atributo de democrática e civilizada, os infelizes são a maioria."

Na verdade, atravessamos uma quadra em que os fatos e as idéias encontram as mais imediatas repercussões. Por outro lado, mais difícil se torna a resistência aos acenos do erro, que são múltiplos e constantes. Assim, é preciso manter alerta o espírito para que não nos deixemos perturbar pelo rumor que nos circunda.

Bem lembrou o nosso saudoso Milton Santos recentemente: "Neste mundo globalizado, a competitividade, o consumo, a confusão dos espíritos constituem baluartes do presente estado de coisas. A competitividade comanda as nossas formas de ação. O consumo comanda as nossas formas de inação. E a confusão dos espíritos impede o nosso entendimento do mundo, do país, do lugar, da sociedade e de cada um de nós mesmos." Convidado pelo PSDB mineiro, partido político a que tenho o orgulho de pertencer, Vittorio Mediolli elegeu-se Deputado Federal em 1990, alcançando a reeleição por mais três mandatos consecutivos, conquistados em razão de seu trabalho sério e determinado em favor de Minas Gerais. No Congresso Nacional, Vittorio Mediolli integrou diversas comissões técnicas e temáticas, com destacada atuação na Comissão de Meio Ambiente, na qual sempre esteve empenhado em tarefas de preservação da natureza e da qualidade de vida do povo brasileiro. Agora, com a consciência tranquila do dever cumprido, Vittorio Mediolli despede-se, honradamente, da Câmara dos Deputados. Sim, com a consciência tranquila porque sabe que 'a consciência é a mais fiel das confidentes. Tudo ouve, nada esquece e está sempre a nos lembrar o que é impossível esconder-lhe'. Hoje, às suas inúmeras tarefas Vittorio Mediolli acrescentou mais uma, que é a de dar musculatura ao mais novo empreendimento do Grupo Sada, direcionado à construção de usinas de álcool e biodiesel na região norte-mineira. Esse projeto inovador, quando em plena atividade, irá possibilitar a geração de 4 mil novos empregos diretos e 10 mil indiretos. Contudo, conciliando o seu sentimento empreendedor com a devoção de seu espírito humanitário, Vittorio Mediolli também encontra, no exercício da presidência da Fundação Mediolli, a atividade que mais o gratifica, pois é exatamente no âmbito dessa instituição que ele torna efetiva sua disposição de dedicar-se a crianças, idosos e deficientes físicos de todo o Estado de Minas Gerais. O tão brilhante e rico currículo evidencia o esforço tenaz de nosso homenageado em prol do desenvolvimento de Minas e do Brasil, o que lhe tem angariado o reconhecimento aqui e além-fronteiras, o que é notório a todos que têm o prazer de desfrutar de sua amizade. Prova disso são as inúmeras comendas e condecorações, títulos e homenagens que já recebeu, que expressam as manifestações de apreço das comunidades e dos setores para os quais contribui com seu dinamismo empresarial e com seu exemplo de cidadão para o desenvolvimento da Pátria. Acredito, porém, que, das tantas honrarias já outorgadas, nesta hora, sem dúvida o nosso homenageado vive o ápice de sua vida. Tem o seu coração jubiloso, porque recebe, agora, o reconhecimento de nosso povo mineiro, por tudo que fez em favor de Minas. Essa é uma síntese do perfil de Vittorio Mediolli. A vida de Vittorio Mediolli fala-nos daqueles que trazem nas veias a vocação do pioneirismo e a coragem de avançar os territórios do futuro. Mas não é apenas isso, pois, ao longo de sua jornada, Vittorio Mediolli revelou possuir um valor que é o traço mais marcante de sua personalidade: a paixão por tudo o que faz. E, quando faz, faz bem-feito! Na verdade, o exemplo de vida profícua e honrada de Vittorio Mediolli é o maior testemunho de que seus progenitores, Sr. Riccardo Mediolli e D. Anna Ravasini Mediolli, conferiram-lhe a formação que fez dele o humanista que tanto

admiramos. A par disso, Vittorio Medioli teve a fortuna de encontrar a companheira ideal na pessoa de D. Laura Medioli, que tem sido aquela companheira, incentivadora e grande colaboradora nos projetos vitoriosos de sua vida. Nessa caminhada, Vittorio Medioli soube transmitir aquela sábia e indispensável orientação para suas queridas filhas, Marina e Daniela, igualmente mineiras e brasileiras da melhor cepa e civismo, criadas à sombra de sua dignidade e honradez.

Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, autoridades e seletos públicos que aqui se encontra, quero dizer a todos que, por si só, a trajetória bem-sucedida de Vittorio Medioli já é razão sobeja para lhe valer, por admiração e respeito, o título de cidadania honorária de Minas Gerais como reconhecimento a um cidadão notável. Na verdade, as razões que fundamentaram a concessão dessa honraria, outorgada pelo Sr. Governador Aécio Neves, a qual teve a honra e a iniciativa de propor e que, sem dúvida, traz em si a assinatura do povo mineiro por intermédio de seus representantes nesta Assembléia, são concretas e fundadas em relevantes serviços prestados a Minas Gerais e ao Brasil pelo nosso homenageado. Assim, meu caríssimo coestaduano Vittorio Medioli, neste momento em que se formaliza a mineiridade de um de seus mais ilustres filhos, receba esta homenagem sincera e calorosa que lhe tributam seus conterrâneos como forma de reconhecimento por tudo o que tem feito em prol de Minas Gerais e pela nação brasileira. Parabéns.

Entrega de Título

O locutor - Neste momento, o Deputado Fábio Avelar, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Mauri Torres, fará a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Deputado Federal Vittorio Medioli. Neste instante, anunciamos a entrada do Dragão da Inconfidência, Cabo Paulo Matias Gomes, portando o diploma, que contém os seguintes dizeres: "O Governador do Estado de Minas Gerais, nos termos do decreto publicado no dia 10 de novembro de 2005, e a requerimento da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, concede ao Senhor Vittorio Medioli o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais por sua relevante contribuição para o engrandecimento da terra mineira."

O Sr. Presidente - Convido o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento, para que me acompanhe na entrega do título de Cidadão Honorário ao nosso coestaduano Vittorio Medioli.

- Procede-se à entrega do título.

Palavras do Deputado Federal Vittorio Medioli

Exmos. Srs. Deputado Fábio Avelar, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Danilo de Castro, Secretário de Estado; Senador e amigo Eduardo Azeredo, que me dá a honra de sua presença, assim como o Deputado José Santana de Vasconcelos; Carlaide Pedrosa, Prefeito da minha Betim; Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento desta homenagem; inúmeros Deputados Estaduais, Federais, Presidentes de partido, Secretários de Estado, Secretários Municipais, pessoas de grande valor, pessoas amigas que aqui vieram nesta noite para acompanhar esta homenagem. Em primeiro lugar, quero agradecer ao nobre, ilustre e amigo Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que tomou a iniciativa de indicar meu nome para o recebimento desse título de Cidadão Honorário de Minas Gerais, e associa a esse agradecimento os demais parlamentares desta Casa Legislativa, que, por unanimidade, apoiaram essa iniciativa, e nosso Governador, que sancionou esse decreto.

Caro Deputado Dalmo Ribeiro Silva, é uma imensa honra receber esse título que acaba por ligar definitivamente meu nome a Minas Gerais e consigná-lo aos anais desta Casa, de forma tão honrosa.

Mais honra ainda é recebê-lo por sua iniciativa, pessoa que estimo pelas virtudes de educador, político e parlamentar atuante, ser humano voltado para as causas mais nobres da sua região, o Sul de Minas, que conheço muito bem por ter sido, ao longo de quatro mandatos, votado em grande parte de seus Municípios. Agradeço sobretudo em nome dos meus familiares, minha esposa Laura, companheira há 20 anos - fato raro nos nossos dias -, das minhas filhas, do meu irmão, da minha cunhada e dos demais familiares que me acompanham. O simples fato de ser cidadão de Minas, de me considerar mineiro, é uma razão de orgulho. Tenho sentido o peso que representa ser mineiro no Congresso Nacional. Quando me perguntam de onde sou, e respondo que sou de Minas, votado em Betim e Belo Horizonte, as pessoas têm um respeito especial. Representar esse povo não é coisa simples. Ser eleito por um povo tão crítico, que foi berço de tantos políticos ilustres e pessoas que fizeram a grandeza de Minas, é uma honra. Mas, a partir de hoje, ser cidadão honorário me confere, além da felicidade deste momento, uma responsabilidade maior: ser digno e merecedor desse título e, portanto, confirmar, por meio de minhas ações, palavras, exemplos, decisões e escolhas de todos os dias, que essa indicação foi acertada. Quando penso nas inúmeras coincidências que me trouxeram a Minas Gerais, aos fatos acidentais que fizeram de Minas a minha terra, minha segunda e mais importante pátria, convenço-me de que uma inteligência muito maior do que a nossa, dotada de infinita bondade, rege e determina o nosso destino. Era aqui que eu deveria chegar. Apenas um pequeno detalhe, um sim ou um não em uma noite de 25/12/76, quando decidi aceitar o desafio de viajar pela primeira vez para Minas Gerais, poderia haver mudado meu destino e me mantido na Itália, ou me levado a outros países, a outros destinos. Hoje acredito, no fundo da alma, que nasci longe daqui para dar mais valor a esta terra. Penso que foi minha tarefa, a qual julgo de humilde abelha operária, trazer um pouco de pólen das flores italianas para misturá-lo com o pólen das flores mineiras. Seja como for, o bom Deus foi muito generoso comigo ao me conceder o privilégio de viver aqui, de crescer entre um povo acolhedor, de formar uma família mineira, de haver-me premiado com duas filhas maravilhosas e que são meu maior orgulho, e com uma infinidade de amizades por todos os lados de Minas Gerais, tanto no Norte quanto no Sul, como na região metropolitana. Posso apenas dizer que tudo, ou quase tudo, deu certo. Aqui consegui dar vida a empreendimentos vitoriosos nas áreas de logística, de metalurgia, de editoria, de agricultura. Daqui também, com meus colaboradores, parti para a conquista de outros mercados no Brasil, na Argentina, na América do Sul, abrindo filiais e novas empresas, sempre com sucesso.

Foi com essa gente maravilhosa de Minas e do Brasil que aprendi alguns segredos. Portanto, nesta noite, vencendo a emoção - o que é natural -, vejo, depois de 30 anos de Minas, concretizado nesta solenidade aquilo que pode ser o sonho de uma vida.

Dedico o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais a essas pessoas que me acompanharam, a esses inestimáveis colaboradores, tanto homens como mulheres de Minas, que sempre acreditaram nas metas quase impossíveis que lançamos.

Com eles aprendi a sofrer no silêncio; a comemorar com modéstia tudo o que consegui; que uma longa caminhada começa sempre com o primeiro passo; que a cada manhã começa o primeiro dia do resto de nossa vida; que podemos sempre mudar nosso destino; que temos de enfrentar os desafios. Isso, sinceramente, aprendi aqui. Se eu estivesse na Itália, não teria recebido tantos estímulos e tantos bons exemplos como os que recebi aqui.

Aqui aprendi que vale a pena mais escutar que falar, mais aprender que ensinar. Aprendi também que a coragem depende do desapego. Quando uma pessoa enfrenta um desafio com apego, nunca dá certo. Se o enfrenta por uma causa maior, acreditando que aquela é sua missão, o sucesso o aguarda logo na primeira esquina.

Aprendi que a justiça tem de ser feita com misericórdia, que a força se exerce com compaixão, que a inteligência se usa para o amor e não para o ódio nem para a destruição.

Foi com esses colaboradores, por mérito deles, por seu esforço, por sua dedicação e fé que chegamos a construir empresas sólidas, fonte do sustento de milhares de famílias.

Foi com essas pessoas maravilhosas que construímos grandes transportadoras; grandes fábricas; grandes forjarias; eficientes fundições; jornais de prestígio, que marcaram novos capítulos na editoria de Minas. Foi com esses colaboradores que me elegi representante político de Minas Gerais e por eles que exerci quatro mandatos na Câmara dos Deputados.

Para concluir, em nome deles agradeço a presença de todos vocês que vieram aqui compartilhar essa felicidade.

Fiquem certos de que, mesmo sem mandato, mas como cidadão, tenho o compromisso de continuar trabalhando por Minas Gerais, por esse povo, por essa gente. Obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o tenor Eduardo Cunha Melo, acompanhado por Valéria Barbosa, no teclado, e José Ramos Moreira, no violino, o qual interpretará a música "Nessun Durma", de Puccini. Esse número é uma homenagem especial de Laura Mediolli, esposa do homenageado, e de suas filhas Daniela e Marina.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Presidente

Deputado Federal Danilo de Castro, Secretário de Estado, representando o Governador do Estado de Minas Gerais Aécio Neves; Deputado Federal Vittorio Mediolli, nosso homenageado e mais novo cidadão honorário de Minas Gerais; Senador Eduardo Azeredo; Deputado Federal José Santana de Vasconcellos; Carlaile Pedrosa, Prefeito Municipal de Betim; Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Sra. Laura Mediolli, esposa do nosso homenageado, e suas filhas Daniela e Mariana; demais familiares; Deputados Federais e Estaduais; Prefeitos; Vereadores; imprensa; telespectadores da TV Assembléia; demais autoridades; senhoras e senhores, empresário, jornalista e político, nascido na Itália, Vittorio Mediolli recebe o Título de Cidadão Honorário de Minas Gerais. A história recente de Minas mostra, em vários momentos, um paralelo com a história pessoal de Mediolli. Quando aportou no Brasil, já um empresário de sucesso em sua terra de origem, veio colaborar com a implantação da Fiat, que se instalava em Betim.

Numa demonstração de que acreditava no País e principalmente em Minas Gerais, montou um complexo logístico de transportes, logo reconhecido como exemplar. Aqui não se fixou apenas, mas constituiu família e naturalizou-se brasileiro. Aqui tornou-se mais que um empresário de comunicação, um verdadeiro jornalista e cronista, cuja sensibilidade e inteligência têm provocado profunda admiração em seus leitores. Aqui, finalmente, aflorou sua vocação política quando, por sucessivos mandatos, representou Minas Gerais na Câmara dos Deputados.

O político, sempre identificado com os interesses de nosso Estado, mostrou-se atuante, lúcido e de extrema competência. Certamente fará falta no Congresso como autêntico porta-voz de Minas Gerais. Mas, para nossa alegria, continuará atuando na imprensa através de sua coluna em "O Tempo", carro-chefe de seus empreendimentos jornalísticos, em que também se destacam os periódicos "Pampulha" e "Super Notícia". Este último é hoje o jornal mais lido em todo o Estado, após inaugurar uma nova modalidade de imprensa popular, feita com os parâmetros da responsabilidade e da seriedade. Produzido em um importante e atualizado parque gráfico, garantia de uma linguagem visual adequada e ousada, o jornalismo ágil, nascido com a implantação de "O Tempo" há exatos 10 anos, vem expressando as grandes mudanças que ocorrem em Minas Gerais.

A democracia não atinge sua plenitude se não existe uma imprensa livre, pronta a representar a voz dos cidadãos. Buscando um jornalismo ético, saudável e imparcial, também capaz de conquistar novos leitores, num momento de forte concorrência de outras mídias, Vittorio Mediolli criou um vibrante e extraordinário capítulo na história da imprensa mineira. Cercando-se dos mais tarimbados profissionais de nossa mídia escrita, com um corpo editorial de escol, além de reunir um naípe especial de colunistas, redatores, repórteres e fotógrafos, presta uma inestimável contribuição à nossa opinião pública.

Sua esposa, Laura Mediolli, acompanha-o também na vocação de cronista, colaborando com igual competência na mesma organização jornalística.

Brasileiro e mineiro de coração e por livre escolha, Vittorio Mediolli tem demonstrado que ser mineiro significa manter uma profunda identidade com esta terra; identidade que se traduz por uma profunda adesão ao nosso temperamento coletivo e por uma apaixonada dedicação à nossa gente e ao nosso progresso.

A outorga deste título é sem dúvida uma das mais felizes a que assistimos, pois o mais novo cidadão mineiro é reconhecido e reverenciado em toda a sociedade. Aí se vê, como testemunho de sua dedicação à terra mineira, o conjunto de suas realizações que haverá de ecoar por muitas e muitas gerações.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta aos convidados os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião extraordinária de terça-feira, dia 5 de dezembro, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 56ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 29/11/2006

Presidência dos Deputados Mauri Torres e Rêmolo Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.574/2005; renovação da votação do projeto; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.670/2006; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.750/2005; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.494/2005; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.562/2005; aprovação na forma do Substitutivo nº 2; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.754/2005; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.020/2006; aprovação com a Emenda nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.054/2006; aprovação com a Emenda nº 1 -

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.160/2006; aprovação com a Emenda nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.167/2006; aprovação com a Emenda nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.398/2006; aprovação com a Emenda nº 1 - Questões de Ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Mauri Torres - Rêmoló Alose - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Elmiro Nascimento - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Alberto Pinto Coelho - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Biel Rocha - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Fahim Sawan - George Hilton - Gil Pereira - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jayro Lessa - Jésus Lima - João Leite - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Dilzon Melo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da reunião o Projeto de Lei Complementar nº 78/2006, o Projeto de Resolução nº 3.493/2006 e o Projeto de Lei nº 3.476/2006, apreciados na reunião extraordinária realizada ontem, à noite, e que fez retirar, ainda, o Projeto de Lei nº 3.467/2006, que recebeu emenda na referida reunião e foi devolvido à Comissão de Administração Pública, para parecer.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.574/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Alvinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. A Presidência vai renovar a votação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.574/2005 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.670/2006, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$17.400.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Ministério Público Estadual. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.750/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.494/2005, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Malacacheta o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.494/2005 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.562/2005, do Deputado Carlos Gomes, que institui a Coleta Seletiva de Lixo Reciclado na Escola da rede pública de ensino do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 2. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.562/2005 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Meio Ambiente.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.754/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Araguari o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.754/2005 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.020/2006, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Barbacena o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.020/2006 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.054/2006, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar os imóveis que especifica ao Município de São Miguel do Anta. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.054/2006 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.160/2006, do Deputado Carlos Pimenta, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Engenheiro Navarro. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.160/2006 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.167/2006, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Bias Fortes o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.167/2006 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.398/2006, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição do Mato Dentro o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.398/2006 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Questões de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, quero chamar a atenção para um importante trabalho que a Assembléia Legislativa vem realizando na Comissão de Meio Ambiente, que é a preservação dos mananciais de abastecimento da RMBH. Foi assim que a Assembléia aprovou o projeto da Deputada Lúcia Pacífico, que fez do Manancial do Cercadinho, na APA Sul de Belo Horizonte, uma estação ecológica. Com isso foi possível segurar a expansão imobiliária junto ao manancial.

Tratamos também da questão da Várzea das Flores, e agora a Comissão tem acompanhado a situação do Rio Manso, grande reservatório, abastecedor de toda RMBH. Recebemos uma denúncia da comunidade de que a Prefeitura de Rio Manso estava pretendendo instalar um aterro sanitário no local. Agora, temos o auto da Feam, cancelando qualquer autorização para que a Prefeitura de Rio Manso continue com o aterro sanitário naquele local, porque está próximo das nascentes que compõem o reservatório do Rio Manso.

Temos ainda uma proposta de nossa autoria de transformar o Rio Taquaraçu numa área de preservação ambiental que, sem dúvida, é a caixa d'água do futuro da RMBH.

Sr. Presidente, dentro dos trabalhos que ainda temos pela frente, um deles é a preservação do Rio Manso, tão importante para a população de Belo Horizonte. Estaremos atentos a essas questões para garantir que a nossa cidade tenha água de boa qualidade. Não queremos situações como a da Lagoa da Pampulha, que está contaminando o Córrego do Onça. Estamos acompanhando o movimento dos moradores das margens do Córrego do Onça, sobrevivendo com todo o lixo, toda a poluição que aquele córrego traz para essas populações de Belo Horizonte.

Sr. Presidente, é uma obrigação da Assembléia Legislativa, da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais lutar pela preservação das nossas águas, especialmente desses mananciais abastecedores da RMBH. Lamentavelmente muito foi perdido, e é nosso trabalho ficarmos vigilantes. Foi uma vitória da Assembléia Legislativa o impedimento desse lixão às margens do manancial do Rio Manso. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, quero fazer uma comunicação muito importante para o nosso Estado e, principalmente para a região do Norte de Minas. Há aproximadamente cinco dias fizemos, desta tribuna, um pronunciamento a respeito da recriação da Sudene. Naquela oportunidade mostramos a importância dessa Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste Brasileiro, que muito interessa a Minas Gerais porque as áreas do Norte e do Vale do Jequitinhonha fazem parte da Sudene. Estamos falando de mais de 150 Municípios importantes.

Historiamos também a participação da Sudene no Norte de Minas ao longo dos últimos anos, com a implantação de indústrias importantes, que ainda sobrevivem, como a cimenteira, de Montes Claros, o grupo da Coteminas e da Cotenor, do Vice-Presidente José Alencar, a maior fábrica de insulina da América do Sul, a Novonorte, antiga Biobrás, e várias outras que se instalaram em Montes Claros, em Pirapora, em Várzea da Palma e em Bocaiúva e que, até hoje, geram emprego e renda para a região norte-mineira. Isso sem se falar das centenas de projetos agropecuários.

Naquela ocasião, demonstrávamos a nossa preocupação e ansiedade, para que, primeiramente, o Congresso fosse sensibilizado a votar o projeto de recriação da Sudene e, posteriormente, o Presidente da República entendesse a importância do projeto e o sancionasse.

Ontem, a primeira etapa foi superada. O Congresso votou, já foi decretada a recriação da Sudene, e o projeto foi enviado ao Presidente da República, para sanção.

No decorrer da reunião de hoje à tarde, apresentaremos um requerimento à Mesa da Casa, para que pressione o Presidente da República, encaminhando ofício a todos os Deputados Federais de Minas Gerais e a todos os Senadores, para que se sancione esse projeto de recriação da Sudene.

Sr. Presidente, destaco os trabalhos de seis parlamentares federais, fundamentais para que esse projeto obtivesse êxito na Câmara Federal. Esses parlamentares tiveram uma atuação importante junto aos parlamentares dos Estados nordestinos: os da Bahia, de Pernambuco, do Ceará, de Alagoas, de Sergipe e de vários outros.

Destaco a participação dos Deputados Federais José Santana, que, por diversas vezes, usou da palavra na Câmara Federal, para mostrar que, com conhecimento de causa, a recriação da Sudene é fundamental para Minas Gerais; Fernando Diniz, Deputado majoritário no Norte de Minas, uma dos mais importantes para a consolidação dos grandes projetos norte-mineiros, que tem sido um baluarte e um dos parlamentares mais presentes e mais importantes na defesa do Norte de Minas; Márcio Reinaldo, que, por diversas vezes, nos convidou para participar das reuniões temáticas das Comissões da Câmara Federal; José Militão, Deputado egresso desta Casa, uma das pessoas mais competentes que conheço, que, infelizmente, não retornará à Câmara Federal, mas mostrou a sua eficiência e interesse na defesa de Minas Gerais, vítima de uma armação muito grande, pois quem conhece a história política desse Deputado sabe perfeitamente que não poderia estar no banco de réu, como está em Brasília, pagando um preço muito alto, o seu mandato, pelo que lhe fizeram, e esse Deputado participou na defesa de Minas Gerais, principalmente no que diz respeito à recriação da Sudene; Cleuber Carneiro Brandão, também egresso desta Casa, que também infelizmente não retornará a Brasília, embora tenha obtido uma bela votação, sempre esteve na defesa da recriação da Sudene; e Saraiva Felipe, do PMDB, reeleito, ex-Ministro, que teve uma participação efetiva. São seis os Deputados que muito lutaram pela recriação da Sudene.

Cabe também ressaltar o trabalho de dois órgãos da imprensa de Montes Claros, o "Jornal de Notícias" e a "Gazeta Norte-Mineira", que sempre nos lembraram de nossa obrigação de lutar pela recriação da Sudene.

No passado, desfizeram a estrutura da Sudene sob a alegação de corrupção e outras coisas mais. Criaram, em seu lugar, a Adene, uma agência de desenvolvimento sem recursos, sem orçamento próprio e sem pessoal qualificado para dar prosseguimento ao trabalho. Em quase uma década de existência, a Adene ainda não mostrou a que veio. Não foi competente para cumprir suas obrigações.

Surge agora a perspectiva de recriação da Sudene. A Deputada Ana Maria Resende, que aqui está, sabe também da importância da Sudene para nossa região. Por isso, comemoramos nossa vitória no Congresso Nacional com a votação definitiva do projeto e seu encaminhamento ao Presidente, para sanção. Iniciaremos, agora, um movimento de pressão junto ao Presidente da República.

Nesta manhã, nosso gabinete está expedindo 180 ofícios a todos os Prefeitos do Norte de Minas e das regiões do Jequitinhonha e do Mucuri e um requerimento a todas as Câmaras Municipais, para que se manifestem com telegramas aos Deputados Federais, ao Governador de Minas, ao Congresso Nacional e ao Presidente da República solicitando a sanção imediata do projeto.

Destaco a participação do Governador Aécio Neves neste momento decisivo para o Norte de Minas e aproveito a oportunidade para pedir ao Vice-Governador eleito, Prof. Anastasia, que mobilize os Deputados Federais da base, para pressionarem o Presidente Lula a sancionar o projeto.

Este é um momento histórico para esta Casa. Eu já previa essa vitória. Andava ansioso, porque o projeto não entrava na ordem do dia nem havia acordo de Líderes, para que ele fosse votado. No entanto, foi votado.

Congratulo-me com a Câmara Federal e com os seis Deputados que defendem os interesses do Norte de Minas e do Jequitinhonha. Espero, no mais tardar na próxima semana, voltar a este microfone, para agradecer ao Presidente Lula a sanção do projeto mais importante de todos os tempos para o Norte de Minas, qual seja a recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste Brasileiro, para a qual Minas contribui com 180 Municípios e com uma área territorial muito maior do que a de muitos Estados nordestinos.

Sem dúvida alguma, a volta da Sudene será a grande oportunidade de desenvolvimento e progresso para o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 3ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Participação Popular e de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 26/9/2005

Às 9h45min, comparecem no Colégio Nazareth, situado na R. Dom Serafim, 435, Centro, no Município de Araçuaí, os Deputados André Quintão e Jésus Lima, membros da Comissão de Participação Popular. Estão presentes, também, os Deputados Carlos Gomes e Padre João. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Gomes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a implantação de uma usina de biodiesel no Vale do Jequitinhonha. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados, que discorrerão sobre o assunto objeto desta reunião. Registra-se a presença dos seguintes convidados: Angela Menin Teixeira de Souza, Superintendente de Pesquisa e Desenvolvimento, representando os Srs. Olavo Bilac Pinto Neto, Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; José Antônio, Prefeito Municipal de Araçuaí; Luis Carlos dos Anjos Freitas, representando José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobras; Marco Antônio Leite, Chefe da Epamig no Norte de Minas, representando Baldonado Arthur Napoleão, Presidente da Epamig; Henrique Queiroz Borges, Técnico da Emater de Araçuaí, representando José Silva Soares, Presidente da Emater; Rogério Rocha Rafael, Presidente da Associação de Prefeitos do Médio Jequitinhonha; a Sra. Maria do Carmo, representando a Mesovales, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de autor do requerimento, que deu origem a esta reunião, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 2006.

Maria Tereza Lara, Presidente.

Às 14h39min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Lúcia Pacífico e os Deputados Chico Rafael e João Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Chico Rafael, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.047/2006 em turno único (Deputado Chico Rafael, em virtude de redistribuição); 3.444/2006 no 1º turno (Deputada Lúcia Pacífico); e 3.528/2006 no 1º turno (Deputado João Leite). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3.047/2006 em turno único (relator: Deputado Chico Rafael), que recebeu parecer pela aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, teve adiada a sua discussão em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Lúcia Pacífico. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2006.

Lúcia Pacífico, Presidente - João Leite.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 92ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, EM 5/12/2006

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 78/2006, do Procurador-Geral de Justiça, que dispõe sobre a criação da Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, regulamenta a indicação e escolha do Ouvidor e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 86/2006, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 5.301, de 16/10/69, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão Justiça, com as Emendas nºs 1 a 6, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 623/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que institui o Dia dos Jipeiros. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina por sua aprovação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.568/2006, do Deputado André Quintão, que institui o Dia Estadual do Fundo Amigo da Criança. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.625/2005, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Passa-Tempo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.751/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Pomba o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.752/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ubá os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.769/2005, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel que descreve ao Município de Pavão. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.077/2006, do Deputado Dimas Fabiano, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Aiuruoca o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.085/2006, do Deputado Jayro Lessa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Governador Valadares o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.151/2006, do Deputado Márcio Kangussu, que autoriza o Poder Executivo a reverter ao Município de Jequitinhonha o imóvel que menciona. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.193/2006, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itanhomi o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.354/2006, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de São Miguel do Anta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.436/2006, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Araguari o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.476/2006, do Tribunal de Justiça, que contém os Quadros de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 19, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.081/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Campos Altos os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.586/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Aiuruoca o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.737/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bicas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.192/2006, do Deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Poder Executivo de Minas Gerais a doar ao Município de Monsenhor Paulo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.231/2006, da Deputada Lúcia Pacífico, que acrescenta dispositivo ao art. 1º da Lei nº 15.018, de 15/1/2004, que obriga as instituições que menciona a afixarem aviso aos portadores de marca-passo nas portas equipadas com detectores de metal. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.322/2006, do Deputado George Hilton, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itaúna o imóvel que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária opina pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.406/2006, do Deputado Luiz Fernando Faria, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Silverânia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.477/2006, do Tribunal de Justiça, que contém os Quadros de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais e das Secretarias de Juízo Militar e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 36ª reunião Ordinária da mesa da Assembléia, a realizar-se às 10 horas do dia 5/12/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão EspECIAL Contra a Invasão de Produtos Chineses, a realizar-se às 10 horas do dia 5/12/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: apreciar a relatório final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 5/12/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.492/2006, do Deputado Zé Maia, e 3.700/2006, do Deputado Elmiro Nascimento.

Requerimentos nºs 6.995 e 6.998/2006, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 5/12/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 6.972/2006, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 17ª reunião ordinária da comissão de Cultura Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 5/12/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 6.988/2006, do Deputado Fábio Avelar, e 7.002/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 22ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 5/12/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 87/2006, do Tribunal de Justiça; Projetos de Lei nºs 3.056/2006, do Deputado Mauri Torres; 3.340/2006, da Deputada Elbe Brandão; 3.377/2006, da Deputada Lúcia Pacífico; 3.389/2006, do Deputado Mauri Torres; 3.579/2006, do Governador do Estado; 3.678/2006, do Deputado Weliton Prado; 3.732/2006, do Deputado Luiz Humberto Carneiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.680 e 3.687/2006, do Deputado Paulo Piau; 3.735/2006, do Deputado Antônio Júlio; 3.739/2006, do Deputado Sebastião Helvécio; 3.746/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 23ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 5/12/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 2.209/2005, do Deputado João Leite; 2.934/2006, do Deputado Gustavo Corrêa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 6.959 e 6.986/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Finalidade: discutir o valor das taxas cobradas para reboque de carros e diárias de depósitos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 23ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 5/12/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Resolução nº 3.768/2006, da Comissão de Constituição e Justiça; Projetos de Lei nºs 3.467 e 3.694/2006, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 25ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 6/12/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da Comissão Especial das Pessoas Desaparecidas, a realizar-se às 9h30min do dia 7/12/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os convidados com o objetivo de subsidiar os trabalhos da Comissão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 33ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9 horas do dia 13/12/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 6.993/2006, da Comissão Especial das Pessoas Desaparecidas.

Finalidade: realizar audiência pública com convidados, para obter esclarecimentos sobre o assassinato da advogada Walmary Moreira da Silva, ocorrido em 20/11/2004, na cidade de Ouro Preto.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 5/12/2006, destinada à leitura e aprovação da ata da reunião anterior e, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Resolução nº 3.768/2006, da Comissão de Justiça, que delega ao Governador do Estado atribuição para elaborar leis destinadas a alterar a estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo, nos termos que menciona; dos Projetos de Lei Complementar nºs 78/2006, do Procurador-Geral de Justiça, que dispõe sobre a criação da Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, regulamenta a indicação e escolha do Ouvidor e dá outras providências; e 86/2006, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 5.301, de 16/10/69, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; dos Projetos de Lei nºs 623/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que institui o Dia dos Jipeiros; 2.081/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Campos Altos os imóveis que especifica; 2.586/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Aiuruoca o imóvel que especifica; 2.625/2005, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Passa-Tempo o imóvel que especifica; 2.737/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bicas o imóvel que especifica; 2.751/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Pomba o imóvel que especifica; 2.752/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ubá os imóveis que especifica; 2.769/2005, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel que descreve ao Município de Pavão; 3.077/2006, do Deputado Dimas Fabiano, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Aiuruoca o imóvel que especifica; 3.085/2006, do Deputado Jayro Lessa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Governador Valadares o imóvel que especifica; 3.151/2006, do Deputado Márcio Kangussu, que autoriza o Poder Executivo a reverter ao Município de Jequitinhonha o imóvel que menciona; 3.192/2006, do Deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Poder Executivo de Minas Gerais a doar ao Município de Monsenhor Paulo o imóvel que especifica; 3.193/2006, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itanhomi o imóvel que especifica; 3.231/2006, da Deputada Lúcia Pacífico, que acrescenta dispositivo ao art. 1º da Lei nº 15.018, de 15/1/2004, que obriga as instituições que menciona a afixarem aviso aos portadores de marca-passo nas portas equipadas com detectores de metal; 3.322/2006, do Deputado George Hilton, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itaúna o imóvel que menciona; 3.354/2006, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de São Miguel do Anta; 3.406/2006, do Deputado Luiz Fernando Faria, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Silverânia o imóvel que especifica; 3.436/2006, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Araguari o imóvel que especifica; 3.476/2006, do Tribunal de Justiça, que contém os Quadros de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 3.477/2006, do Tribunal de Justiça, que contém os Quadros de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais e das Secretarias de Juízo Militar e dá outras providências; e 3.568/2006, do Deputado André Quintão, que institui o Dia Estadual do Fundo Amigo da Criança; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 4 de dezembro de 2006.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elbe Brandão e os Deputados Gilberto Abramo, Adelmo Carneiro Leão, George Hilton, Gustavo Corrêa e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 5/12/2006, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 87/2006, do Tribunal de Justiça, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 2006.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Ronaldo, João Leite, Paulo Piau e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 5/12/2006, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a possibilidade de renovação da licença do aterro sanitário de Belo Horizonte e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 2006.

Laudelino Augusto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 87/2004

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Adalclever Lopes, Arlen Santiago, Durval Ângelo e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 5/12/2006, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de apreciar, em 2º turno, o parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 87/2004.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 2006.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Dilzon Melo, José Henrique, Luiz Humberto Carneiro e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 5/12/2006, às 16h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 3.694 e 3.695/2006, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 2006.

Domingos Sávio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação de Membro do Conselho Estadual de Educação

Nos termos regimentais, convoco as Deputadas Elbe Brandão e Maria Tereza Lara e os Deputados Doutor Viana e Adalclever Lopes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/12/2006, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de argüir o Sr. José Eustáquio Machado Coelho e a Sra. Maria Aparecida Carvalhais de Oliveira e, se possível, de apreciar o Parecer sobre a Mensagem nº 661/2006, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 2006.

Ana Maria Resende, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Roberto Ramos, Irani Barbosa, Paulo Cesar e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/12/2006, às 10h30min, com a presença de convidados, na Sala das Comissões, com a finalidade de obter esclarecimentos sobre a Chacina de Belo Oriente e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 2006.

Durval Ângelo, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.492/2006

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do Deputado Zé Maia, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública de Gurinhatã - Consep -, com sede nesse Município.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida entidade, em funcionamento desde 2001, possui como finalidade primordial congregar as lideranças comunitárias, as autoridades policiais e órgãos do sistema de defesa social, a fim de planejar ações integradas de segurança que resultem na melhoria da qualidade de vida dos moradores do Município de Gurinhatã.

Para alcançar seus objetivos, promove palestras, conferências e debates visando à implantação de programas e sistemas de autodefesa direcionados à comunidade local; colabora com o poder público na manutenção e melhorias das instalações, dos equipamentos e das viaturas públicas.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.492/2006, em turno único.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 2006.

Sargento Rodrigues, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

89ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 28/11/2006

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, gostaria que meu tempo fosse contado e que V. Exa. me concedesse apenas 1 minuto, uma vez que a administração da Casa está providenciando o uso do painel. Farei meu pronunciamento após a exibição de um vídeo de 3min20s. Para tanto, solicito que a iluminação do Plenário seja diminuída.

- Procede-se à exibição de vídeo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, exibimos esse pequeno vídeo, com duração de apenas 3min20s, para fazer uma ilustração do nosso pronunciamento. Na verdade, esse retrato da violência urbana, em especial no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, já é por demais conhecido por todos nós, brasileiros.

Sr. Presidente, quanto ao armamento utilizado por bandidos cariocas, num enfrentamento constante com a Polícia Militar do Rio de Janeiro, assistimos a isso há pelo menos 15 anos. Isso nos deixa muito indignados. Não somente a minha indignação como Deputado, mas também a de todos os cidadãos brasileiros - e obviamente mineiros -, não deve acabar nunca. O que muitas vezes ocorre é que, enquanto a violência está nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, não nos preocupamos com ela, mas sim quando um dos nossos familiares ou ente querido é a vítima - aliás, a violência vem assolando todo o País.

Recentemente ocupei esta tribuna para falar sobre os ataques do PCC no Estado de São Paulo. Na época fiz uma referência à questão das penas aplicadas a alguns integrantes da facção criminosa, que haviam sido condenados a 309 e 200 anos de prisão. Tudo isso foi para demonstrar a falha gritante na legislação do Código Penal Brasileiro e do Código de Processo Penal Brasileiro. O que está acontecendo no Estado do Rio de Janeiro é o mesmo que ocorre em São Paulo e em outros Estados do Brasil. É preciso haver uma retomada urgente do controle. Em Minas Gerais, publicou-se uma matéria no jornal "Estado de Minas", no dia 25 de novembro, em que se podia ler que a Polícia Civil está investigando o envolvimento de um homem preso na quinta-feira à noite, no Norte de Minas, portando um fuzil AK47, usado em guerra, com uma facção criminosa de São Paulo. A sofisticada arma, que pode disparar 600 tiros por minuto, foi apreendida pela Polícia Rodoviária Federal dentro de um ônibus que seguia de Januária para São Paulo.

Sr. Presidente, queremos chamar a atenção para um fato. Houve um grande avanço com o advento da Lei nº 10.826, de dezembro de 2003, que trata do Estatuto do Desarmamento, que traz punições mais severas e todo um detalhamento quanto à posse, ao porte e à questão da arma e das munições no Brasil. Porém é preciso avançar mais. Sabemos que a legislação brasileira, quanto ao Código Penal Brasileiro, relativamente a assalto, a latrocínio e a homicídio, ainda deixa muito a desejar. Recentemente o Supremo Tribunal Federal decidiu conceder progressão de regime de pena na prática do crime hediondo. Portanto há uma necessidade urgente de o Congresso brasileiro legislar para que isso não ocorra.

Além da legislação, precisamos mais do que nunca do empenho da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Federal, para não permitir o uso desse armamento exibido no pequeno vídeo, desse fuzil russo AK47, apreendido no nosso Estado. Ainda bem que aqui dispomos de uma Polícia Civil e Militar, que, acima de tudo, mesmo ainda não ganhando o que deseja e esperando que o Estado pague, trabalha exaustivamente para manter pelo menos num padrão mínimo aceitável à violência, mesmo porque não há sociedade sem crime. Porém é necessário que as forças de segurança pública e o aparato estatal levem esses índices de criminalidade a um nível aceitável.

Sr. Presidente, exibimos esse vídeo para mostrar que o Rio de Janeiro está aqui ao nosso lado, que aquele armamento pesado passa livremente por nossas fronteiras, e que é necessária consciência do conjunto de toda a sociedade e, mais do que nunca, do parlamento - aliás, não somente dos parlamentos estaduais mas também do Congresso brasileiro, do Senado e da Câmara dos Deputados -, para avançar na reforma do Código Penal Brasileiro e do Código de Processo Penal Brasileiro.

Esses mesmos bandidos que são, muitas vezes, presos com essas armas apreendidas, daqui a pouco estarão ganhando as ruas em razão de vários dispositivos na legislação processual penal, os quais permitem ao advogado colocar essas pessoas em liberdade novamente. Essas pessoas realmente não têm dó de suas vítimas. O exemplo mais recente disso foi o que ocorreu em São Paulo, quando vimos esse Estado ficar submerso numa grande nuvem negra - o assassinato de dezenas e dezenas de pessoas, das quais 41 eram agentes públicos, mortos num período curto -, quando facções criminosas resolveram colocar em prática o seu poder de fogo.

Nosso pronunciamento é para conclamar os Deputados Estaduais e Federais, os Senadores, a fim de que haja uma retomada da discussão propositiva, com o objetivo de o Congresso brasileiro modificar, urgentemente, o Código Penal e o Código de Processo Penal.

Quando cobramos das Polícias Civil e Militar uma atitude, a alegação é que o dispositivo da lei não deixa o cidadão preso o tempo necessário, pois não corresponde ao delito que o criminoso praticou. Ao questionarmos o Ministério Público e o Judiciário, eles, da mesma forma, responderão que a denúncia-crime e, por parte do Juiz, a penalidade imposta são feitas com base na legislação.

Portanto, não temos outra saída para resgatar o mínimo de tranquilidade para o cidadão, a não ser todos erguermos essa bandeira, a fim de que o Congresso brasileiro faça com que haja uma revisão do Código Penal e do Código de Processo Penal.

Quando ocorrem fatos como o do ônibus 174, no ano de 2000, uma ação desastrosa da PM carioca, resultando na morte daquela professora, o poder público se manifesta. Naquela época, o governo Fernando Henrique foi à grande mídia e disse que já havia um plano nacional de segurança pública que seria colocado em prática e que, portanto, o Brasil poderia esperar soluções. Passados vários anos, vimos o encerramento do seu governo, no final de 2002, e que o plano se resumiu apenas à criação do Fundo Nacional de Segurança Pública. Não há sequer uma amarração jurídica que sustente esse Fundo. Na prática, passou a destinar migalhas para os Estados. Minas Gerais, inclusive, tem recebido essas migalhas, que não são suficientes para o enfrentamento diário das despesas que os órgãos de segurança pública do Estado têm para combater o crime.

Logo em seguida, tivemos os episódios da morte de algumas autoridades: dois Juizes, um Promotor de Justiça e o Prefeito de Santo André, que chamaram a atenção do País. A mídia, mais uma vez, cobrou do poder público, do Congresso e do governo federal.

A cada fato que a mídia cobra com muita ênfase, o Congresso se reúne, discute, cria uma comissão e diz que os projetos serão votados.

Recentemente, tivemos o episódio da organização criminosa Primeiro Comando da Capital, que deixou São Paulo submersa numa grande nuvem negra criminosa, abalando todo o País. Novamente a mídia deu ênfase ao fato. O Congresso reuniu-se às pressas; o Presidente do Senado, Renan Calheiros, chegou a reunir vários projetos para votar na Comissão de Justiça do Senado. Eles foram encaminhados à Câmara dos Deputados, e, até hoje, não temos resposta.

Portanto, Sr. Presidente, nosso apelo é para que nós, Deputados Estaduais, o conjunto da população, os 53 Deputados Federais eleitos por Minas Gerais, os três Senadores façamos também o nosso dever de Casa. É necessário que esse assunto não seja colocado em segundo ou terceiro planos.

Há uma necessidade urgente de se rever a legislação brasileira, em especial o Código Penal e o Código de Processo Penal. Porque cenas como essas que foram exibidas pelo jornal da TV Record, há cerca de uma semana, continuarão a ser exibidas por várias vezes, por várias emissoras de TV. Assistimos, pela Rede Globo de Televisão, aos marginais cariocas fechando túneis, fazendo "blitze" e assaltando 10, 20, 30 veículos à luz do dia, e o Estado é incapaz de reagir e dar a esses crimes tratamento apropriado.

Portanto, nosso apelo é que os Deputados Federais de Minas Gerais se engajem nessa luta, para que haja uma revisão, não apenas para a imprensa ver ou para a platéia. Então, é necessária uma revisão imediata do Código Penal e do Código de Processo Penal Brasileiro para que, realmente, possamos dar à Polícia Civil, à Polícia Militar, ao Ministério Público e ao Judiciário instrumentos legais para que haja diminuição do crime e da tranquilidade.

Já avançamos um pouco mais. Sabemos que para o cidadão que é preso hoje com um armamento desses, a penalidade aplicada é mais severa, em decorrência do estatuto do desarmamento, pois é um armamento estrangeiro. Ainda precisamos de mais. A prática de vários outros delitos por organizações criminosas precisa, urgentemente, ter uma tipificação diferenciada, e a pena precisa ser proporcional à gravidade do delito.

Assim, Sr. Presidente, encerramos nosso pronunciamento fazendo esse apelo aos Deputados Federais e aos Senadores por Minas Gerais, para que não façam apenas discursos, olhando apenas para o holofote ou para a imprensa, mas que o Congresso, de fato, assumo o seu papel e dê a sua contribuição, bem como o governo federal. Muito obrigado.

A Deputada Jô Moraes* - Sr. Presidente, caros Deputados, querida Deputada Maria Tereza Lara, servidores presentes, antes de me referir à pauta central das nossas preocupações, apresentada a esta Casa pelo Governador, queria apenas fazer o registro de que esta Casa, com muita agilidade e intensa participação dos servidores, conseguiu colocar em pauta o projeto de lei que cria o quadro da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Esperamos que até o fim da reunião ou hoje à noite tenhamos quórum para aprová-lo.

É evidente que já há um processo em atraso. Sentimos a agilidade com que todas as comissões trabalharam, mas sentimos também - isso é que é importante - que os servidores tiveram a capacidade de colaborar com cada Deputado e cada Deputada desta Casa, com o Tribunal de Justiça e tiveram conquistas efetivas. Tiveram também a sensibilidade de sugerir a retirada de emenda, na medida em que perceberam que o processo poderia atrasar a tramitação. Faço isso com o testemunho tanto meu quanto do Deputado Rogério Correia, fomos porta-vozes de emendas no processo de construção aperfeiçoada.

Registro, com muita serenidade, a maturidade do Sinjus, e do Serjus, ao autorizarem, neste momento, mesmo com a expectativa das reivindicações - entre outras, o da data-base da isonomia da primeira instância e de tantos outros -, a retirada dessa emenda para que o conjunto dos servidores do Tribunal de Justiça pudessem, agilmente, ter a conquista que tanto aguardam. Por isso temos a certeza de que o aperfeiçoamento ocorrerá. A própria participação dos servidores obrigou a ampliação da interlocução com o Tribunal de Justiça. Isso significa capacidade de construção democrática, o que nos dá muitas lições, não apenas a nós, Deputados e Deputadas, mas também ao Governador do Estado. É essa questão que gostaria de tratar aqui.

Deputado Rogério Correia, estamos muito preocupados porque ainda não conseguimos entender o porquê da proposta de delegação que o Governador Aécio Neves apresenta a esta Casa. Por que a preocupação? Porque a nossa agenda já estava apertada, e o Governador nos mandou um pacote, que nos assustou, de ajuste contra os servidores, contra o patrimônio. Era um projeto de lei que dividia a Copasa em quatro subsidiárias, um projeto de lei de política remuneratória que nós, francamente, não conseguimos entender. Não entendemos a sua função, pois tudo que estava estabelecido já estava previsto nos planos de carreira e na orientação das leis de diretrizes orçamentárias; todavia tinha um papel a desempenhar: negar o que foi conquistado nos planos anteriores por um único motivo - as condições impostas aos servidores do Estado de Minas Gerais para que conseguissem aquela conquista. Tais condições passavam pelo rebaixamento das exigências impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, saindo do limite normal, de 49%, para o limite prudencial, de 46,5%. Impunham condições para qualquer acréscimo na sua remuneração. Para haver qualquer acréscimo na remuneração dos servidores, precisaria haver crescimento do ICMS, descontando-se o crescimento vegetativo da folha, e o crescimento da produtividade, outro conceito. Os investimentos teriam que ser ampliados em detrimento das despesas com custeio e, mais do que isso, ainda deveriam obedecer à exigência constitucional e constituir uma comissão, evidentemente homologatória dos servidores, para tirar da categoria mobilizada o poder de definição das políticas que eles sempre reivindicaram. Por isso dissemos que esse é um projeto de ajuste fiscal contra os servidores, e não de política remuneratória.

Há ainda um projeto que visa a anistiar a dívida do governo do Estado com o Ipsemg. Basta viajarmos pelo interior de Minas Gerais, para vermos o desespero com que servidores e servidoras buscam atendimento à saúde na precariedade do SUS. Essa anistia da dívida é absolutamente injustificável. Propusemos ao Governador que retirasse essa pauta, pois não faz sentido que esses três projetos permaneçam

nela. Vamos discutir depois. É bom melhorar a universalização do serviço de água do Jequitinhonha? É importantíssimo, e, há quatro anos, o governo não toma nenhuma medida que promova esse avanço. Por que a medida tem que ser administrativa? Tudo isso poderia ser entendido se não viesse a esta Casa um pedido de lei delegada para autorizarmos o Governador a fazer praticamente tudo. Com isso, evidentemente nos desautorizaremos a opinar acerca das propostas do Governador, que pede para criar, incorporar, transferir, extinguir, alterar órgãos públicos, inclusive autônomos ou unidades da administração direta. Ele quer transformar e extinguir cargos de provimento em comissão, quer se referir às denominações e alterá-las, alterar a forma de recrutamento e as remunerações. Enfim, o Governador quer interferir na estrutura de setores, de cargos em provimento em comissão, porque, ao fazê-lo, evidentemente vai causar impacto nos cargos efetivos. Estamos dispostos a fazer essa discussão com o Governador, mas ele não pode nos propor, como disse ontem o Deputado Sávio Souza Cruz, que mudemos o nome desta Assembléia Legislativa para "Assembléia Homologativa".

Claro que o exercício democrático é difícil. Vemos no Congresso Nacional a dificuldade que houve na construção, mas estamos, há 45 dias das eleições, dando uma lição de maturidade e aprovando os principais projetos que estavam em pauta.

É isso o que o Governador precisa entender. Esta Casa, incluindo os Deputados de Oposição, estará absolutamente sensível a que o governo nos apresente o que quer: quero tirar tais cargos de provimento, quero aumentar a remuneração deles, acho que o pessoal de provimento e comissão está ganhando muito pouco - às vezes, só três vezes mais que o cargo efetivo, etc. -, mas deve apresentar-nos uma pauta para que tenhamos clareza.

Quero dizer para o Estado de Minas Gerais que é lógico que um Governador recém-eleito, como aconteceu em 2003, solicite e apresente uma lei delegada, pois ele tem um programa novo, quer fazer um processo de reestruturação. E, se estiver claro, pode apresentar. Mas o Governador já está governando, o plano é dele, o projeto é dele, o programa é dele. Foram quatro anos de governo, e ele diz que as modificações funcionaram, que o choque de gestão deu certo e que agora quer dar um choque de gestão de segunda geração. Tenho medo dos choques, pois, com eles, alguém perde, e nunca são os grandes e os poderosos.

Para nós, é absolutamente inadmissível aceitar a delegação nos termos que o Governador coloca aqui. Ele deve ser transparente e nos passar o que quer, e estudaremos democraticamente a construção de uma política que sirva à melhoria dos serviços e à qualidade de vida dos servidores.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)* - Muito obrigado, Deputada Jô. Cumprimento os servidores do Tribunal de Justiça que estão aqui, em uma luta justa por um novo quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, a qual apoiamos. Trabalharemos pela inversão da pauta a fim de aprovarmos a matéria ainda hoje. Esse é nosso compromisso com os servidores, que realizam serviços de qualidade necessários à população.

Em segundo lugar, Deputada Jô, quero reforçar o que você vem dizendo. A discussão da Casa é a de que temos perdido prerrogativas: os Deputados não têm mais condições de legislar sobre quase nada, porque o Executivo absorveu para si quase 90% das perspectivas e possibilidades de legislar em termos de lei de grande amplitude e impacto. Portanto, propor uma lei delegada significa solicitar que deleguemos ao Executivo o que é de nossa responsabilidade avaliar, aprovar ou não, a partir da primeira proposta do Executivo. É assim que se constrói a democracia?

Este governo vem dizendo aos quatro cantos, nesses quatro anos, que é o governo do planejamento, que é o governo que planeja, que faz o choque de gestão. Ora, no apagar das luzes do primeiro mandato, ele apresenta uma lei delegada, para deixarmos que ele faça o que bem quiser. Isso é porque não teve tempo para fazer? Ele não teve tempo para planejar uma modificação estrutural importante, pelo menos é o que nos parece, a partir da mensagem enviada.

Então, Deputada Jô, nossa questão aqui é a seguinte: que discussão é essa importante que precisamos fazer? Que leis, que modificações importantes são essas que impactarão a vida dos servidores e também as instituições? Por que não podemos conhecê-las, participar de sua discussão e dar nossa contribuição?

As leis delegadas, para mim, Deputada Jô Moraes, são leis que ferem a democracia, especialmente em uma Assembléia, em uma situação em que os Deputados já tiveram as suas prerrogativas, ao longo dos últimos, como que roubadas pelo próprio Executivo. Quanto a essa lei delegada, nos posicionaremos contrariamente a ela. Vamos discuti-la, queremos maiores informações; se não tivermos, votaremos contra. Aliás, a lei delegada deveria acabar. Se a lei tem que passar pelo Legislativo, que passe, e sofra aqui as modificações para ser melhorada, como temos feito em outros projetos. Muito obrigado.

A Deputada Jô Moraes* - Obrigada, Deputado Edson Rezende. Antes de concluir, voltarei a uma preocupação, e dirijo-me aos servidores do quadro dos tribunais. Recebemos uma denúncia do sindicato dos vigilantes, segundo a qual o Tribunal de Justiça está demitindo 346 vigilantes das comarcas do interior. Se estivesse convocando concurso público, teria todo o nosso apoio. Mas ele não está convocando um concurso público para substituir os vigilantes, está substituindo-os pela terceirização, por vigias e porteiros que não têm a qualificação necessária para assegurar a vigilância de que hoje os tribunais necessitam nas suas unidades.

Concluo dizendo aos Deputados e às Deputadas, e fazendo um apelo ao Tribunal de Justiça: olhemos para a imagem de Barbacena; olhemos para as dificuldades. No interior, nas comarcas, muitas vezes os poderosos inibem e intimidam aqueles que buscam fazer justiça. Em nome disso é que faço um apelo: que o Tribunal de Justiça convoque um concurso público, acabando com o esquema de terceirização, para assegurar a qualidade da segurança nos tribunais. Isso é que é necessário.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão - Boa-tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e servidores dos Tribunais aqui presentes. Certamente estaremos - o Bloco PT-PCdoB e os demais partidos desta Casa - dispostos a votar, hoje ainda, esse projeto, e por unanimidade.

Originalmente, Deputada Jô Moraes, eu viria a esta tribuna para fazer um balanço das emendas populares que acolhemos na Comissão de Participação Popular e que foram apresentadas ao Orçamento para o ano de 2007. Farei um breve e sintético balanço dessas emendas que elevam recursos para a área social.

Também queria registrar esse mesmo incômodo que V. Exa. demonstrou com relação a esse projeto que confere o poder, por meio da lei delegada, para esses ajustes ou mudanças ou alterações administrativas, à revelia da Assembléia Legislativa - portanto, à revelia do debate público sobre as alterações na máquina pública para um segundo mandato. Veja bem: estamos no mandato que completará o quarto ano; esta Casa nunca se negou a debater abertamente todos os projetos encaminhados pelo Executivo, manifestando-se favorável ou contrariamente, principalmente por parte da Oposição, como foi o caso, por exemplo, daquela taxa de incêndio que se queria instituir. Se o governo tem quatro anos para fazer essa análise, se a Assembléia está em pleno funcionamento, por que não encaminhar os projetos para debate desta Assembléia?

Por que o governo quer fazer tudo sem o debate público? Por que o governo não quer ouvir a Oposição? A base do governo deve ser ouvida. O Governador, que hoje faz oposição ao governo federal, ressalta muito a importância do espaço da Oposição em seus discursos; então, por que pretende eliminar esse debate aberto sobre propostas de funcionamento do aparelho do Estado de Minas Gerais? Isso é muito ruim. Não estou falando como integrante do PT nem da Oposição. Esta, de maneira responsável no que era interesse do Estado, sempre contribuiu, diferentemente da Oposição raivosa instalada no Congresso Nacional nos últimos quatro anos. Aqui ajudamos, aliás aperfeiçoando os projetos para Minas Gerais.

A título de que a Assembléia vai abrir mão do debate, de uma prerrogativa que é sua? A título de quê, se é um governo de continuidade? Não podemos cair na outra armadilha que será o "choque de gestão 2". Na visão dominante em Minas Gerais, o "choque de gestão 1" foi muito positivo; logo, presume-se que o dois também será muito positivo. Assim, a Assembléia tira o time de campo, para não atrapalhar, o que a coloca numa situação perigosa. Alerto a base do governo para isso: "Ah, é uma coisa positiva? Tirem os Deputados da jogada para que não atrapalhem". É mais ou menos isso o que está sendo feito. Qualquer voz que se levantar contra a lei delegada será considerada como se estivesse contra a modernização da gestão em Minas Gerais, ou seja, nem sequer teremos a oportunidade de saber para onde vai, qual o rumo, qual o conceito, qual a diretriz desse novo choque.

A Oposição está aberta ao diálogo sobre o conteúdo das mudanças previstas. Quais? Em que sentido? Fazer mudanças em janeiro? No último mês da atual legislatura? Com a Assembléia fechada? Isso é uma afronta. Questiono esse mecanismo de lei delegada da mesma forma que o Deputado Edson Rezende.

Nestes quase quatro anos, se a Assembléia tivesse emperrado, prejudicado, impedido o Governador de exercer suas atribuições, poderíamos até ouvir o senso comum dizer: o Governador está certo, a Assembléia não colabora, a Assembléia emperra o processo legislativo; porém, esse não é o caso, principalmente quando se trata de projetos do Executivo. Se há alguém que não pode reclamar da Assembléia, esse alguém é o Poder Executivo. Basta comparar o índice de aprovação de projetos de Deputados e Deputadas com o do Executivo. Este não pode reclamar; daí, nosso estranhamento em relação à adoção do mecanismo de lei delegada.

Como sabemos da força do governo em Plenário, dada a base majoritária, provavelmente será difícil impedir a aprovação desse mecanismo de lei delegada, mas, pelo menos, que o governo venha a esta Casa, para discutir o que pretende alterar na máquina pública, a fim de que não se instale a política do cheque em branco.

Pelo menos isso, que a Assembléia vote sabendo o que poderá ser feito e o que não será feito de maneira alguma. No mínimo, restringir, colocar algumas travas nesse cheque em branco que estará sendo concedido ao Governador. Muitos dizem que o Governador foi reeleito com 77% dos votos. Ora, se a lógica for esta: quem é eleito ou reeleito pode tudo, não faz sentido existir Congresso Nacional, Câmara de Vereadores, Assembléia Legislativa; basta haver eleição para o Executivo. O povo referenda nas urnas, e tudo é feito por meio do Executivo, sem a participação do Legislativo, seja na ação da legislação propriamente dita, seja na da fiscalização.

Somo-me ao depoimento da Deputada Jô Moraes dizendo que a Assembléia deve refletir se vai renunciar a sua prerrogativa de contribuir para o aperfeiçoamento da gestão do Estado ou simplesmente vai desobrigar-se da sua responsabilidade. E, em janeiro, quem sabe, torcer para que as coisas ocorram da melhor maneira possível. Acho isso muito perigoso.

A Assembléia, pela sua atuação de colaboração com o Poder Executivo, deveria merecer dele um outro tratamento. Um tratamento de confiança, para que a Assembléia pudesse, com audiências públicas, examinar o projeto nas comissões.

Veja, Deputado Roberto Carvalho - que foi meu colega Vereador -, em 2000, na Câmara Municipal de Belo Horizonte, no último mês dos nossos mandatos de Vereador, o Prefeito Célio de Castro, reeleito com uma expressiva votação, encaminhou um projeto de reforma administrativa polêmico até para nós, do PT. Discutimos esse projeto durante 30 dias e o votamos na última semana de dezembro, com galerias cheias, negociação, pontos acordados e pontos disputados em votação. Foi o processo mais democrático para o bem e para o mal. Felizmente a maioria das votações foi sobre mudanças positivas para a administração pública em Belo Horizonte. Houve aperfeiçoamento. Sinceramente, da forma que a lei delegada está sendo posta, reitero, está-se criando um clima de que quem for contra ela é contra a modernização do Estado, contra o enxugamento da máquina pública e contra o interesse público. Isso é uma armadilha para o Poder Legislativo, porque pressupõe que o Poder Executivo é o bom e sataniza o Poder Legislativo. O Poder Legislativo é o que atrapalha, é o mal. Isso vale não só para a Oposição, mas também para a base do governo, porque, quando o Poder Legislativo é desconsiderado, não é simplesmente a Oposição que está sendo desconsiderada, mas também os Deputados da base do governo. O Legislativo em geral, no Brasil e em Minas, precisa de uma voz mais alta. As emendas parlamentares não são cumpridas, pelo menos as da Oposição, majoritariamente. Os projetos de lei de Deputados e Deputadas não entram na pauta de votação majoritariamente. O Deputado hoje é criticado por apresentar emendas gerais ao Orçamento. Agora nem isso mais; tem de ter cota, como se não pudéssemos analisar o conjunto do Orçamento.

É um orçamento de R\$30.000.000.000,00, mas só podemos apresentar as emendas paroquiais, de até R\$600.000,00, senão é demagogia, como emendas para combater o trabalho infantil, melhorar o salário do servidor, ampliar as políticas na área do ensino superior estadual. Aí, não pode. Daqui a pouco, o que poderão fazer os Deputados e as Deputadas?

Isso vale para a base do governo e para a Oposição. Não acredito que a base do governo, em troca de emenda parlamentar, assine um cheque em branco para o Governador fazer o que quiser na máquina pública durante o mês de janeiro.

Quería, portanto, fazer este alerta para a Assembléia Legislativa, que não merecia esse tratamento. Por que o Governador não encaminha esse projeto agora? Fariamos um esforço concentrado, como já fizemos outras vezes. Fui Líder do Bloco PT-PCdoB, sucedendo o Deputado Rogério Correia, por quase um ano e meio. Quantas vezes varamos madrugada para negociar projetos de interesse do Estado? Quantas votações? Quantos projetos apreciados em tempo recorde, mas com audiência pública e aperfeiçoamento?

Quería dizer que essa situação é delicada para o Poder Legislativo. Não se trata de a Oposição querer atrapalhar o governo, pois nunca buscou atrapalhar, mas melhorar a situação de Minas Gerais e das políticas públicas.

Sr. Presidente, deixo aqui esse alerta. Ainda há tempo. Quem sabe a base do governo faça nova reflexão? É muito poder para o Executivo. É enfraquecer o Legislativo. Espero que essa posição seja revista. Se não for e o rolo compressor funcionar, que tenhamos, pelo menos, informações sobre a direção dessas mudanças. Que, pelo menos, venham a esta Casa representantes do Estado, os coordenadores desse projeto de ajuste administrativo, para nos apresentarem as mudanças que estão sendo pensadas. Dessa forma, os Deputados poderão dizer o que não aceitam de maneira alguma. Mas não se sabe nem para que será utilizado o mecanismo da lei delegada, nem os seus objetivos.

Temos de ficar alerta. Aliás, é muito ruim para o Poder Legislativo acontecer a mesma situação todos os anos: na reta final, temos de analisar todos os projetos importantes, os projetos orçamentários, em um curto espaço de tempo. Mesmo assim, esforçamo-nos e analisamos. Agora, nem isso. Querem uma lei delegada, para que o Poder Legislativo, nem em curto espaço de tempo, possa analisá-la.

Sr. Presidente, amanhã voltarei a este Plenário, se for possível. Parabenizo a Deputada Maria Tereza, o Deputado Sebastião Helvécio. Juntos

realizamos um trabalho muito intenso na Comissão de Participação Popular. Podemos dizer que, das 77 emendas apresentadas pelas entidades, 63 foram analisadas e 58 aprovadas, com impacto orçamentário, aumentando o recurso para a área social, numa negociação muito séria, envolvendo também o Deputado Sebastião Helvécio, nosso relator do PPAG; o Deputado Domingos Sávio, relator do Orçamento; as assessorias da Maioria e da Minoria; a Deputada Maria Tereza, da Comissão de Participação Popular. É assim que o Legislativo pode e deve funcionar: com galerias cheias, com participação popular e votação às claras, sem cheque em branco. Muito obrigado.

O Deputado Adalclever Lopes - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, povo mineiro, venho hoje a esta tribuna para dizer que, estranhamente, vi chegar a esta Casa uma lei delegada, um dos maiores absurdos, desrespeitando este Parlamento, com uma justificativa que não dá para entender.

Na verdade, estamos discutindo também o projeto da Copasa. Só agora, no segundo semestre, em cima da hora, chega a lei delegada. De quem é o interesse? Será que é do povo mineiro, dos servidores, deste Parlamento ou de alguns grupos econômicos? A qual grupo econômico interessa isso?

Sr. Presidente, apresentamos-lhe um requerimento, visto que há denúncias graves, segundo as quais alterar a composição orgânica de algumas instituições é um ato que servirá a alguns interesses econômicos. Portanto, de acordo com o art. 233, solicitamos seja requisitada ao Presidente da Copasa umas informações. Em primeiro lugar, queremos saber qual a corretora escolhida pela Copasa para a primeira oferta pública de ações da referida empresa ocorrida na Bolsa de Valores de São Paulo.

Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares, em fevereiro de 2006 foi captado o montante de R\$813.000.000,00. Diante disso, queremos saber ainda: qual foi a taxa de corretagem? Quem arcou com o pagamento de tal taxa? Qual o critério utilizado na escolha dessa corretora?

Por intermédio deste Parlamento, perguntaremos ao Presidente da Copasa: quais são as corretoras que hoje operam com a venda das ações da Copasa no mercado imobiliário? A qual grupo econômico interessa isso? Das ações postas à venda desde 8/2/2006, qual percentual se refere a ações nominativas e qual se refere a ações preferenciais? Esse alerta tem de ser feito ao povo de Minas Gerais. Qual a composição do capital votante da Copasa até esta data? Qual é a previsão de divisão de dividendos do exercício financeiro de 2006 relativamente às ações da Copasa? Sr. Presidente, caros Deputados Antônio Júlio, Sebastião Helvécio, Sávio Souza Cruz, Rogério Correia, André Quintão e Jô Moraes, nós, da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, temos a atribuição primordial de fiscalizar os atos da administração. A Copasa, controlada pelo governo do Estado, é entidade da administração pública indireta. Logo, está também sujeita à fiscalização desta Casa. Portanto, nós, mineiros, temos de saber o que eles querem fazer com essa lei delegada. Estamos passando por um momento importante e devemos prestar muita atenção no que está acontecendo. É, no mínimo, estranha e apressada a conclusão de se discutir essa questão nos últimos dias, visto que, no dia 20, entraremos em recesso. Ora, temos de discutir, em nível nacional, as reformas política e da Previdência. Aliás, temos de fiscalizar também a nossa Previdência, para que não aconteça o mesmo com ela.

É nossa obrigação fiscalizar a nossa previdência. A partir de hoje, este Parlamento não pode "agachar-se" novamente, tirar férias e deixar que o Executivo resolva a vida do povo mineiro da forma como quer, com dois ou três Deputados. Precisamos mostrar ao povo de Minas que, por meio de discussão no Parlamento, o povo faz-se representar e que essa lei delegada é um dos maiores absurdos.

Querido povo mineiro, volto a afirmar que, debaixo desse tutu, tem lingüiça. Há algo errado nessa lei delegada. Por que não discutir com o Parlamento interesses de grupos econômicos? Temos de analisar essa questão com muito cuidado e atenção. Espero que o povo mineiro nos ajude a fiscalizar todos os parlamentares que estão na sua base, para que, novamente, grupos econômicos interessados em ganhar vantagens no mercado de ações não venham a comprar nossa Copasa. Obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente. Srs. Deputados.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Acabamos de aprovar na Comissão do Trabalho, com a Deputada Jô Moraes, requerimento para, na próxima terça-feira, dia 5, trazeremos o pessoal do Detran, os companheiros da BHTRANS e os donos de pátios e reboques para discutir o que está ocorrendo. Mais uma denúncia chegou a essa Comissão nesta manhã.

O reboque do Detran, da BHTRANS, custa R\$151,00. Quando um carro é apreendido, o custo para transportá-lo do local da "blitz" até o pátio da BHTRANS ou do Detran é de R\$151,00. Para nossa surpresa, o reboque, que não tem contrato com a BHTRANS nem com o Detran, custa R\$35,00, mas os donos desse contrato estão cobrando R\$151,00 e estão contratando particulares. Portanto, estão ganhando do governo e do trabalhador, que não agüenta pagar o IPVA, a quantia de R\$110,00.

Estou usando o tempo de V. Exa. para fazer um convite aos Deputados e a toda a sociedade: vamos dar um basta nessa maldade, nessa máfia dos pátios, dos rebocadores, das pessoas que estão com os contratos, rebocando e levando dinheiro do trabalhador. Obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Agradeço ao Deputado Alencar da Silveira Jr. Sr. Presidente, procurarei ater-me ao tempo que me resta, até porque os servidores da Justiça, assim como nós, estão interessados na aprovação do Projeto nº 3.476, do Tribunal de Justiça, o qual fará a unificação dos quadros de pessoal dos Tribunais. Contem com o nosso apoio.

Parabenizo o Serjuszmg e o Sinjus pela atuação, bem como os servidores presentes. Mais uma vez, esses servidores, democraticamente, estão fazendo pressão para a aprovação do projeto que fará justiça aos servidores da Justiça. Bem-vindos! Tentaremos aprová-lo, em 1º turno, ainda hoje, à tarde. Como afirmou a Deputada Jô Moraes, havia algumas emendas para apresentar, algumas foram absolvidas na comissão e outras não, mas resolvemos retirar as que restaram a fim de agilizar a votação. Portanto, esperamos que o projeto seja aprovado, em 1º turno, de preferência, agora à tarde.

Sr. Presidente, aproveitando a presença dos servidores da Justiça, não poderia deixar de abordar o assunto da lei delegada enviada como mensagem pelo Governador do Estado. Essa lei foi hoje transformada em projeto de lei na Comissão de Justiça. Agora, enquanto os oradores falavam, fiz uma análise dela e gostaria de tecer alguns comentários.

O Governador deu uma interpretação ao projeto de lei, e a imprensa a divulgou. Ao que parece, segundo o "marketing" do Governador, haveria um choque de gestão de segunda geração. Isso deve ser algo complicado. É preciso estudar o assunto. Quando se fala em choque de gestão, o servidor fica com a pulga atrás da orelha, pois quase morreu eletrocutado com o "choque 1", e, no ano que vem, com o "choque 2", coitado, não conseguirá ultrapassar o obstáculo e sofrerá um ataque cardíaco imediato. Pensei: vamos ver o que significa esse choque de gestão de segunda geração. Estou estudando-o e vejo que, em geral, o que os neoliberais gostam é de enxugar a máquina. Assumem o governo e dizem: "Vamos enxugar a máquina, a máquina está lotada, passem a régua, o negócio está feio, enxuguem a máquina, cortem gastos". Geralmente, esse é o choque de gestão. Assim foi de fato alardeado.

Um jornal anunciou que o Governador acabará com o cargo de confiança no Estado de Minas Gerais. Ele realmente está corajoso. Substituirá

tudo cargo de confiança por efetivos? Que medida boa! Vamos ver se fará isso. Sugerirei três emendas ao projeto, para ver se sua intenção é essa mesmo. Ele diz que irá criar, transformar e extinguir cargo em comissão e função de confiança. A minha emenda estabelecerá a proibição da criação, ou seja, poderá haver transformação ou extinção, com substituição por funcionário efetivo. Se de fato o governo quer enxugar, ficará proibido criar cargo de confiança ou extingui-lo. Ele poderá aproveitar o funcionário efetivo colocando-o no cargo de confiança. Assim, não será preciso contratar mais pessoal. Duvido que irá querer isso.

A proposta ainda estabelece o seguinte: "Dispor sobre as parcelas remuneratórias incluídas nas gratificações dos cargos a que se refere o inciso II.". Esses cargos dizem respeito aos de confiança. Ora, é óbvio que aumentará o salário dos funcionários que ocupam tais cargos. Proporei uma emenda para que, ao fazer isso, que também faça o mesmo com o salário dos efetivos, no mesmo patamar, ou seja, se der aumento para um, que o dê também para o outro. Portanto, o que propõe não é enxugamento. Ele criará cargo de confiança e aumentará o salário dos funcionários dessa categoria. Por que fará isso? Porque há uma choradeira geral dos Secretários em razão do baixo salário do ocupante de cargo de confiança.

O Governador poderia dizer que precisa da máquina do Estado, mas neoliberal não fala isso. Ele prefere mandar a lei delegada e fazer escondido, para não dizer que precisa do Estado, que precisa aumentar os salários. Pois então que aumente também o dos servidores efetivos, que estão há muito tempo sem aumento de salário. Uma professora continua recebendo de salário-base menos que um salário mínimo.

Proporei essas duas emendas, anexadas à terceira. A Deputada Jô Moraes comentava sobre ela. O item 1 diz que pode, além de tudo, modificar a estrutura orgânica das entidades da administração indireta. Que modificações estão querendo? Será que pretendem mexer na Copasa, por meio de lei delegada, porque não conseguem aprovar o projeto na Assembléia Legislativa? É preciso ter cuidado. O Deputado Adalclever tem razão. Já estão vendendo a Copasa através de ações - sabe-se lá como e por que preço. Não é possível dar um cheque em branco e dizer que modificarão a estrutura orgânica das entidades da administração indireta.

Essas três emendas parecem fundamentais. Se, de fato, o governo quiser diminuir gasto, basta não criar os cargos de confiança; aliás, se for aumentar o salário de cargo de confiança, que aumente também o dos servidores. Não deixaremos brecha para que transformem a Copasa em outras subsidiárias para facilitar a venda e a privatização do sistema de água e esgoto. Uma outra coisa que o neoliberal gosta muito é privatizar e acabar com o patrimônio público. Se chegarmos a um acordo de que podemos barrar essas intenções que, para mim, estão por trás desses artigos, já podemos iniciar alguma conversa com o governo. Agora, não dá para julgar no "marketing" algo que seria o choque de gestão de segunda geração que, vamos dizer, estivesse modernizando o Estado por meio do enxugamento da máquina administrativa. Não é isso, mas sim o arrocho no servidor efetivo.

Agora dizem que é preciso melhorar o salário dos cargos de confiança. Sou favorável ao aumento do salário dos que estão nos cargos de confiança, desde que aumentem também o dos servidores de cargo efetivo, que merecem tanto ou até mais, pois são efetivos.

Fica aí a sugestão dessas três emendas para que possamos conversar com o governo sobre o que é o choque de gestão de segunda geração e o coitado do servidor não morra de indignação. Não é isso, Deputado Weliton Prado?

Sr. Presidente, gostaria de chamar a atenção para dois projetos já citados pela Deputada Jô Moraes. Tenho insistido para o governo retirar esse projeto; aliás, houve essa insistência também por parte dos servidores. Contamos até com a presença do Sinjus e do Serjusmig e, além da Justiça, de outros sindicatos da área do Executivo, para solicitarmos ao governo a retirada da pauta do projeto de lei que trata de política remuneratória. Quem escuta isso até estranha, pois sempre fizemos política remuneratória. O problema é que o projeto fala de política remuneratória para garantir a não-remuneração anual, o não-aumento para os servidores. Entendíamos garantidas com os planos de carreira a progressão e a promoção para quem faz curso extra e pela avaliação de desempenho. Faz jus à sua promoção, assim como à progressão, quem fizer outros cursos colocados no plano de carreira. Para nós, tudo isso era automático. De repente, vem o projeto de política remuneratória e diz que isso não é automático e só terá acesso à promoção e à progressão caso haja recurso de crescimento de ICMS, combinado com X, Y e Z numa tabela extremamente complicada, lotada de obstáculos. Finalizados os obstáculos, poderá haver progressão, promoção ou algum tipo de aumento, etc. Quer dizer, nem o que julgávamos garantido por força da obrigatoriedade da promoção e da progressão automática estará mais, se aprovado o projeto de política remuneratória.

Portanto, para manter-se o projeto dessa maneira, solicitamos ao governo que o retire, assim como o projeto do Ipsemg que está aqui. O próprio governo deve ao Ipsemg, mas enviou um projeto solicitando anistia para não ter de pagar ao Instituto. Isso é auto-anistia. Não tem condições isso. O Estado deve ao Ipsemg e está com um projeto de lei pedindo anistia para que não tenha de pagar-lhe. Isso dificultará ainda mais a vida desse Instituto, que já é extremamente complicada - aliás, está mais complicada no interior do que na Capital. Conforme está andando, ninguém o está agüentando.

Portanto, quanto a esses três projetos - Copasa, política remuneratória e Ipsemg -, temos recomendado ao governo que retire o projeto. Verificaremos se há espaço para discutir essa lei delegada, se, de fato, o governo não quiser criar cargo nem aumentar o salário pela via indireta, sem projeto de lei. Quando aumenta o salário de cargo de confiança, sobra menos ainda para o funcionário efetivo. Essa é a nossa preocupação. Um faz fácil. Por meio de lei delegada, o governo faz as contas e concede um aumento sem ser necessária a aprovação desta Casa. Porém, para aumentar o salário do servidor efetivo de cargo no Executivo é um deus-nos-acuda, assim como para os do Poder Judiciário. Haja mobilização e galeria cheia. Então, realmente não podemos concordar com esses dois pesos e duas medidas.

Então, Sr. Presidente, termino dizendo, mais uma vez, que queremos aprovar o projeto do Tribunal de Justiça. Por outro lado, solicitamos aos servidores atenção, pois, de tudo o que falamos aqui, certamente amanhã sairá o contrário na imprensa: "Governo faz o glorioso choque de gestão de segunda geração, que é exemplo nacional. Virão Governadores de todo o País - nunca vêm, mas anunciam sempre que virão - para o Estado de Minas Gerais para aprender com o Governador o maravilhoso choque de gestão". É assim que aparece nas páginas de nossos jornais. Pelo menos os que estão aqui presentes e assistindo à TV Assembléia têm uma noção exata do que está ocorrendo.

Muito obrigado, Deputado Rêmoló Aloise. Esperamos a aprovação do projeto do Tribunal de Justiça.

* - Sem revisão do orador.

90ª Reunião ordinária da 4ª sessão legislativa ordinária da 15ª legislatura

Discursos Proferidos em 29/11/2006

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Sr. Presidente, Srs. Deputados componentes da Mesa dos trabalhos desta tarde, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, como todos os colegas sabem, não sou dos mais freqüentes e muito menos dos mais brilhantes usuários desta tradicional tribuna da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Tomei a iniciativa de vir aqui hoje, Sr. Presidente, para tratar de dois assuntos que me parecem da maior importância e que estão em

discussão nesta Casa. Um se refere ao projeto apresentado pelo governo do Estado, que pretende, digamos assim, tripartir a Companhia de Saneamento Básico do Estado, a Copasa, e o outro é relativo à proposta de que esta Casa conceda uma lei delegada que permita ao governo fazer aquilo que vem sendo chamado de "choque de gestão de segunda geração", seja o que for que isso possa significar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, em relação à Copasa, hoje a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária aprovou um importante requerimento da lavra do Líder da Bancada do PMDB nesta Casa, Deputado Adalclever Lopes, que foi ainda subscrito por mim e pelo Deputado Antônio Júlio, em que solicitamos algumas informações a respeito dos negócios que envolvem a Copasa nos últimos tempos.

É sabido, Sr. Presidente, que, em fevereiro deste ano, o Estado promoveu a venda de ações de sua propriedade, da Copasa, num montante superior a R\$800.000.000,00. Querem saber o Deputado Adalclever Lopes e o PMDB: Quais foram os adquirentes dessas ações? Qual foi a corretora escolhida para promover essa transação com as ações do governo do Estado? Qual foi o critério de seleção dessa corretora, se houve uma licitação, se houve uma avaliação de qual ofereceria ao Estado uma menor corretagem, enfim, como foi feita essa seleção?

Quer saber ainda o Deputado Adalclever Lopes se, como é usual no mercado de capitais, houve devolução do Estado de parte da comissão da corretora.

Acredito, Sr. Presidente, que não podemos avançar num projeto de tal importância se não forem feitos todos esses questionamentos: como funcionará a "Copasinha", que abrangerá apenas as concessões deficitárias, e quem cobrirá esse déficit no futuro?

O simples fato de ainda não termos resposta às graves indagações do Deputado Adalclever Lopes não nos permitiria avançar na tramitação desse projeto. Vejo com estranheza, por meio da leitura da correspondência feita pelo brilhante Deputado João Leite, que o Governador Clésio Andrade solicita a esta Casa urgência na votação do projeto que cinde a Copasa. Está claro que urgente esse projeto não é.

A Copasa funciona dessa forma há 33 anos. Por que agora há essa urgência para que seja modificada? Será que é necessário ser aprovado ainda neste exercício fiscal, para que os dividendos que ela venha a pagar aos seus acionistas, já livres daquelas concessões deficitárias, sejam distribuídos ainda neste ano? Há outra razão para entendermos um pedido de urgência na discussão do projeto que modifica a Copasa?

Esse projeto tramita aqui há algum tempo, e inúmeros Deputados já se debruçaram sobre ele e leram seus termos. Dadas as minhas deficiências intelectuais, alguém poderia dizer-me que outra razão justificaria a urgência na apreciação dessa matéria? Algo importante é discutível; conveniente, podemos divergir; mas urgente, isso é difícil explicar. É difícil explicar isso à luz do interesse do Estado; à luz de outros interesses, pode-se até imaginar, mas quero acreditar que não são outros interesses, que não públicos, que devem mover a nossa administração.

Feitas essas humildes considerações a respeito do projeto da Copasa, abordarei o pedido de delegação por parte do Executivo. Sr. Presidente, a lei delegada é algo muito grave. Não é outra coisa senão a renúncia temporária do Poder Legislativo de sua atribuição constitucional única, legislar. Se o Poder Legislativo renuncia a sua atribuição constitucional, ainda que temporariamente, de legislar em favor de outro Poder, isso por si só justifica que devamos tratar o assunto com o zelo e o cuidado que ele merece. A lei delegada não é algo para ser feito a qualquer momento.

Vi hoje na imprensa, estupefato, a declaração do Deputado Alberto Pinto Coelho, Líder do Governo, de que a vitória do Governador significa que o povo de Minas quer a aprovação da lei delegada. Lembro ao ilustre Líder do Governo, brilhante Deputado Alberto Pinto Coelho, que a mesma fonte de legitimidade do Governador Aécio Neves é a que legitima o nosso mandato. A mesma fonte de legitimação do mandato do Governador Aécio Neves é a mesma que lhe confere os poderes e as atribuições de Chefe do Executivo e a esta Casa a sua atribuição constitucional de legislar. Se não fosse assim, poderíamos, por exemplo, emendar o projeto de lei delegada quando vier a ser constituído, dando-lhe vigência até o último dia do mandato do Governador Aécio Neves, para que esta Casa entrasse num recesso branco durante esses quatro anos de mandato, o que permitiria a S. Exa. legislar. Dessa forma, reuniríamos a Casa esporadicamente, para homologar as decisões de S. Exa.

Sr. Presidente, a Constituição não chama este Poder de Assembléia homologativa do Estado de Minas Gerais. A Constituição chama esta Casa, de tantas e tão brilhantes tradições, de Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Não somos apenas uma instância de homologação da vontade do Executivo. Se somos, devemos deixar de sê-lo o mais rápido possível. Devemos também, Sr. Presidente, deixar de tratar as coisas nesta Casa como se houvesse sempre uma disputa entre a Oposição e a Situação. Há mais coisas na vida pensante, há mais coisas na vida política que o sim e o não, o a favor e o contra. Há espaço para a contradição, há espaço para o debate, há espaço para o aperfeiçoamento. E é esse o espaço que a Constituição reserva e ao qual, infelizmente, esta Casa tem renunciado nos últimos tempos.

Urge que resgatemos esse espaço, que resgatemos essa faculdade e reinauguremos o debate político em Minas Gerais, berço dos mais acalorados e importantes cenários da história política brasileira. Não devemos estar aquém das nossas tradições. Nós, Deputados mineiros, devemos ser os guardiões das altas tradições republicanas do nosso país. Não contribuí em nada ao nosso aperfeiçoamento e às tradições essa postura de joelhos que esta Casa, infelizmente, tem adotado nos últimos tempos.

Sr. Presidente, disse recentemente que o Poder Judiciário não dá ao Executivo sentenças delegadas, porque sua atribuição é fazer julgados e verificar a aplicação das leis feitas por esta Casa, nos termos da Constituição. Imaginem argumentarmos que deve, sim, a Assembléia aprovar leis delegadas, quem sabe uma proposta de emenda à Constituição criando a sentença delegada. Nesse caso, teríamos choque de gestão de segunda, terceira e quinta, choque de gestão lunar, interplanetária, e não haveria mais nenhuma dificuldade de gestão neste Estado, porque a Assembléia e o Judiciário não criariam obstáculos. Também não seriam produzidos precatórios, que teimosamente não são pagos no Estado.

Sr. Presidente, este não é o espaço da democracia, este não é o espaço das tradições de Minas Gerais. Conclamo os meus pares não com um discurso da Oposição, mas de resgate dos legados e das atribuições da tão tradicional Assembléia Legislativa de Minas Gerais a refletir sobre nossa atuação e contribuição efetiva para o aperfeiçoamento do aparato legislativo do Estado. Que possamos completar e agir na inteireza das nossas atribuições com a mesma legitimidade que foi dada pelas urnas ao Governador Aécio Neves e ao seu vice.

Portanto, Sr. Presidente, deixo aqui esta mensagem, convidando também os Deputados a fazer esta mesma reflexão em relação à constituição da futura Mesa desta Casa, lembrando que este é um Poder, e não pode simplesmente o Executivo indicar quem deve ser o Presidente, quem pode ou não pode ser o 1º-Secretário, quem deve ser o 1º-Vice-Presidente ou o 2º-Vice-Presidente. Sugiro, desta tribuna, o mesmo que sugeri a diversos colegas e que, infelizmente, a mídia não pode noticiar, mas pelos menos os telespectadores da TV Assembléia poderão ouvir: a persistir esse quadro, sugiro que abramos mão dos intermediários e elejamos para a Presidência da Casa o Secretário Danilo de Castro.

Sr. Presidente, com estas palavras, termino meu pronunciamento reiterando aos Deputados o meu convite a essa reflexão coletiva do Poder Legislativo de Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ricardo Duarte* - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, representantes da imprensa e todos que assistem à TV Assembléia, mais uma vez, como faço todos os anos nesta época desde o início do meu mandato - 2003 -, venho a esta tribuna para lembrar o Dia Mundial de Luta contra a Aids. A escolha desta data seguiu critérios próprios das Nações Unidas, que, desde 1987, realiza o movimento em 1º de dezembro com o objetivo de reforçar a solidariedade, a tolerância, a compaixão e a compreensão com as pessoas infectadas pelo vírus HIV.

No Brasil, a data passou a ser adotada em 1988. Desde essa época, no dia 1º de dezembro, por minha iniciativa, fazemos na nossa cidade um importante movimento não somente pela solidariedade, mas especialmente para que as pessoas se lembrem de que é uma doença mortal e provoca muito sofrimento, e há como evitá-la. Considero que o dia 1º de dezembro é um momento político importante, pois coloca o tema da aids e as suas conseqüências na agenda da sociedade, permitindo que o debate ultrapasse os especialistas e alcance toda a sociedade.

Este ano, a campanha comandada pelo Ministério da Saúde e pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde tem como tema "A vida é mais forte que a aids". Com esse "slogan", a campanha pretende utilizar o testemunho e a luta de pessoas que vivem com o vírus como forma de combater a discriminação, o preconceito e o estigma que envolve a doença por meio da informação e da conscientização da sociedade.

Lançando o conceito de *Prevenção Positiva*, a campanha quer destacar que, com o tratamento, as pessoas infectadas podem ter melhor qualidade de vida, novas perspectivas, trabalhar, estudar e relacionar-se afetivamente. Dessa forma, pretende combater a discriminação e o preconceito que envolve a doença. É necessário também destacar que esse tema ressalta a importância do cumprimento da legislação que garante direitos às pessoas que vivem com o HIV e a aids.

Conforme a Constituição brasileira, as pessoas que vivem com o HIV, assim como todo e qualquer cidadão e cidadã, têm obrigações e direitos garantidos no art. 196, que diz: 'Saúde é direito de todos e dever do Estado'. No caso da aids, isso significa direito à própria vida com dignidade e pleno acesso a uma saúde pública de qualidade.

Por outro lado, reduzir o estigma e a discriminação é ainda uma das principais medidas para uma eficaz e eficiente resposta à aids. Isso envolve diretamente as populações mais vulneráveis à epidemia, tais como: "gays", homossexuais, transgêneros, transexuais, travestis, prostitutas, usuários de drogas injetáveis, mulheres, principalmente as de baixa renda, crianças em situação de risco social, além de populações em regime de confinamento.

Desde o início da epidemia, organizações da sociedade civil lutam para ver garantidos e implantados esses direitos constitucionais e pressionam o governo e a própria sociedade.

É preciso considerar, entretanto, que hoje a aids tem diminuído o índice de infecção entre homossexuais e usuários de drogas e atingido mais idosos com mais de 50 anos, mulheres, negros e adolescentes, especialmente populações das pequenas e médias cidades das periferias e que têm nível educacional mais baixo.

"Segundo boletim epidemiológico divulgado há poucos dias pelo Ministério da Saúde, de 1996 até o ano passado, a aids entre pessoas do sexo masculino com mais de 50 anos aumentou de 18% para 30%. Entre mulheres de todas as idades houve acréscimo na taxa de 9,3 % para 14,2%. E, entre os negros e pardos, o índice aumentou de 40,2% para 45,6%". Apenas no Sudeste do País houve diminuição na incidência da aids e aumento em todas as outras.

"O aumento de casos entre os idosos ocorre principalmente em razão da resistência ao uso de preservativo durante as relações sexuais. Segundo informações do Ministério da Saúde, mais de 91% dos homens acima de 50 anos se recusam a usar preservativo. E, entre 1980 e 2006, o número total de casos de aids no Brasil é 450.000. Como boa notícia, aparece a queda nas transmissões verticais - da mãe para o filho - ocorridas durante o parto e a amamentação." É um avanço espetacular, pois mostra o acerto no projeto de tratamento dos doentes de aids que vem, ao longo dos anos, sendo feito pelo Ministério da Saúde, com o exame preventivo nas gestantes. A realização de cesariana e o uso do medicamento durante o parto e uma dose dada ao bebê ocasionaram importante diminuição de crianças contaminadas pelo vírus da aids.

O Deputado Fahim Sawan (em aparte)* - Sr. Presidente, Deputado Ricardo Duarte, quero parabenizá-lo, primeiramente, pela luta contra a aids na Assembléia Legislativa. V. Exa., com quem tive o prazer de trabalhar, foi Presidente da Comissão de Saúde e é um médico militante. Sei que foi um dos primeiros clínicos, neste Estado, a desenvolver esse trabalho no diagnóstico e na cura da aids, que tanto preocupa a nossa população.

Este dia aqui comemorado, notificado ou para chamar atenção, é muito importante. Tenho muito cuidado em dizer que comemoramos um dia de luta contra a epidemia de uma doença ou da luta contra as drogas, enfim, contra todos esses malefícios. As datas são importantes para avivarmos a lembrança da população, mas o que importa mesmo é o trabalho no dia-a-dia. Sei que V. Exa. é um Deputado e um médico que busca esse trabalho constantemente e que o traz da vida profissional para a Assembléia. Parabeno-o, portanto.

É muito importante esse relatório que V. Exa., neste momento, traz ao conhecimento de todos os mineiros, por meio da Assembléia Legislativa, da TV Assembléia, relatando todos esses números, as fatalidades, além de trazer à lembrança o melhor convívio que todos temos com os pacientes, que hoje são tratados. São pessoas que convivem com todos com segurança e com maior tranquilidade. Os pacientes, diagnosticada a doença, tratam-se, convivem igualmente e recebem tratamento igual ao dos não infectados pela doença. Tenho pacientes que diagnosticamos há 12 ou 13 anos e cuja carga viral acompanho até hoje. Estão aí fazendo caminhada de 8km por dia, convivendo com todos, com uma vida tranqüila, modernamente proporcionada pelos medicamentos.

Não podemos deixar de ressaltar, Deputado, ao alertar a população, a importância de terem a consciência de que é melhor não ter aids. Não queremos ter câncer simplesmente pelo fato de haver cura, como também não queremos contrair aids pelo fato de estar controlada. Trabalho muito com a prevenção, Deputado. Dou palestras para adolescentes de escola em escola e sei da importância de levar aos jovens as informações, como faz V. Exa.

Portanto, manifesto-lhe o meu apoio ao trabalho de V. Exa. nesta Casa, de que sou testemunha, e lembro a todos os mineiros este dia. De todos os dados referidos por V. Exa., segundo boletim do Ministério da Saúde, resalto um: o aumento da contaminação entre homens e mulheres acima de 50 anos de idade.

Principalmente os homens, que não se acostumam ao uso de camisinha e que são resistentes, deveriam entender que os remédios que aumentam a sua potência e fazem com que tenham vida sexual ativa são realmente fantásticos e vieram mudar o paradigma dos homens acima dos 50 anos. Todavia, não vale a pena comprometer a própria vida, a vida das suas esposas, das suas mulheres nem dos seus filhos por causa de uma relação sexual.

Então, entre todos os assuntos ressaltados por V. Exa., deixo esse alerta, que muito me tem preocupado. Já nos preocupamos muito com os homossexuais masculinos, como V. Exa. disse, e com os usuários de drogas. Já nos preocupamos muito com a transmissão da aids a mulheres de maneira geral. V. Exa. ressalta o grande avanço e o trabalho que vem desenvolvendo o Ministério da Saúde com as secretarias para evitar a

transmissão do vírus da mãe para a criança. E hoje temos essa atitude bem comprovada por meio de dados estatísticos. Preocupa-nos agora a irresponsabilidade dos homens, principalmente dos acima de 50 anos, que se tornaram mais potentes exatamente pelo uso de remédios como o Viagra e Cialis, que são ótimos e mudaram a filosofia de vida deles. Entretanto, não vale a pena, simplesmente pela potência sexual, deixar de se prevenir, de, em bom termo, usar camisinha e se infectar com o vírus da aids apenas por uma relação sexual. Parabéns, Deputado Ricardo Duarte!

O Deputado Ricardo Duarte* - Obrigado, Deputado Fahim Sawan. Apenas para lembrar, Deputado Carlos Pimenta, nos anos 80, quando começamos a cuidar dos doentes de aids, todos tinham morte em menos de 4 ou 5 meses. Assistíamos a maioria deles apenas para aliviar o sofrimento. A partir do uso de medicamentos, especialmente do coquetel tríplice, a vida dessas pessoas melhorou muito; continuam vivas por mais de 20 anos.

Gostaria de citar o caso de uma criança que nasceu comigo, infectada pela mãe. À época, não havia esse tipo de tratamento às gestantes. Hoje a criança tem 18 anos e sua vida está muito boa. Há também o caso de uma senhora de 84 anos, que, apesar de contaminada pelo vírus da aids, ainda está bastante ativa, prova de que a sobrevivência dessas pessoas aumentou muito. Até por isso há risco de diminuição da vigilância ou diminuição da prevenção por parte das pessoas. Fica parecendo que a aids não é mais tão mortal. Na verdade, são doentes crônicos, bem cuidados, mas certamente vão morrer de aids.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)* - Também gostaria de cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Sou testemunha, durante esses quatro anos, da sua preocupação, do seu trabalho, das suas iniciativas, principalmente quando presidiu a Comissão de Saúde, de que eu era membro. As nossas ações e as de várias outras pessoas são importantes. É necessário comprometimento de vários órgãos, não só do governo e da Assembléia, mas também de órgãos religiosos para que comecem a encarar isso à luz da realidade que vivemos. Sou católico apostólico romano praticante, e, muitas vezes, tenho discordado da doutrina da minha igreja sobre o uso de preservativo. Todavia, isso não vem ao caso. Temos de fazer com que haja maior envolvimento.

A aids, Ricardo, tem-nos causado muita preocupação, principalmente em alguns Municípios do interior. Aqui vemos alguns órgãos não governamentais, algumas ações, como distribuição de preservativos, de camisinhas, às vésperas de datas festivas, do carnaval, do "réveillon", mas sem continuação.

No interior não temos nem isso. A verdade é que o sexo é praticado de forma indiscriminada e irresponsável, sem orientação.

Tomei a precaução de apresentar um projeto em que se propõe as matérias sobre sexualidade nas escolas estaduais. Existe um projeto aqui, em Minas Gerais, mas não é praticado. Não conheço nenhuma escola que ministre uma matéria sobre sexualidade, orientando e informando nossos jovens. Assim, essas leis são feitas com a máxima boa-vontade, mas são engavetadas.

Entendo que é chegada a hora de tomarmos uma posição muito firme. Só em Minas Gerais, nascem 2 mil bebês por ano com aids. As mães não são obrigadas a fazer exame de aids, porque não há a cultura médica de se pedir o exame no controle pré-nupcial ou pré-natal. São 2 mil bebês que nascem com aids por ano em Minas Gerais, e 20 mil no Brasil. Como o Brasil avançou, é necessário tirarmos essas leis das gavetas, propor outras novas e fiscalizar para que sejam executadas. A mais importante delas é a da obrigatoriedade do exame de aids no pré-natal. Com essa medida, poderemos evitar o nascimento de 2 mil bebês com aids por ano somente em Minas Gerais. Parabéns pelo seu trabalho.

O Deputado Ricardo Duarte* - Obrigado, Deputado Carlos Pimenta. Queria dizer que o exame do HIV faz parte do protocolo de pré-natal no nosso Estado. Ele não pode ser obrigatório, até porque algumas gestantes se negam a fazê-lo. Isso mostra outro problema, que é a pouca quantidade de gestantes que fazem pré-natal adequadamente no Estado. Quase 700 Municípios de Minas já têm casos de aids notificados. Também a taxa de mortalidade experimentou uma queda de 9,8%, em 1996, para 6%, em 2005. Podemos dizer que os cuidados das equipes de saúde com a gestante portadora do HIV, associados à medicação durante a gestação e parto, além do uso de medicamentos em recém-nascidos, contribuíram para a redução das transmissões de mãe para filho.

Também o relatório do Unaid, programa conjunto das Nações Unidas sobre HIV-aids, em relação ao Brasil, confirma esses dados e também indica que as pessoas que vivem na pobreza e com baixo índice de educação formal são as mais vulneráveis ao HIV. Além disso, aponta para o crescimento do número de mulheres infectadas no País e para o fato de que os novos grupos que se tornam mais vulneráveis, além das mulheres, são os negros e os adolescentes, como também os homens mais velhos.

O forte crescimento do número de novas infecções entre jovens tornou-se uma tendência mundial. Pessoas entre 15 e 24 anos respondem por 40% dos 4,3 milhões de novas infecções em 2006, ou seja, 1.720.000. Na Rússia, situada numa região com um dos mais altos índices de expansão da epidemia, 80% das pessoas que vivem com HIV têm menos de 30 anos.

De um total de 39,5 milhões de pessoas vivendo com HIV no mundo em 2006, 63% delas estão na África subsaariana. Dos diagnósticos positivos, 37,2 milhões são adultos, 17,7 milhões representam mulheres - maior número de mulheres até hoje registrado - e 2,3 milhões referem-se a crianças com menos de 15 anos.

Na América Latina, a epidemia se mantém estável: 1,7 milhões de pessoas vivem com o HIV na região. O número de novas infecções chega a 140 mil, e 65 mil pessoas perderam suas vidas em decorrência da aids. O uso de drogas injetáveis e sexo entre homens sem preservativos são as causas mais importantes de infecções em diversos países da América Latina.

A Unaid reconhece o bom resultado da combinação entre prevenção e tratamento, como ocorre no Brasil, que mantém a epidemia sob controle.

Em Minas Gerais, no VI Congresso Brasileiro de Prevenção das DSTs e Aids, que aconteceu em novembro, em Belo Horizonte, o Ministério da Saúde anunciou edital de compra de 1 bilhão de preservativos para 2007. E, neste ano, foram distribuídos 148 milhões de preservativos.

Também é importante registrar que a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, procurando combinar prevenção e tratamento da Aids, lançará, numa grande festa popular, uma revista nesse dia 1º de dezembro com o título "Saúde e Educação de Mãos Dadas contra a Aids. Haverá um "show" gratuito do Pato Fu.

Também nós, aqui na Assembléia, estamos realizando atividades educativas e distribuindo preservativos e o laço vermelho, que é símbolo da luta contra aids e é visto como símbolo de solidariedade e de comprometimento. Esperamos que esta Casa legislativa mantenha, como uma tradição, a sua participação no dia 1º de dezembro, expressando assim seu compromisso na luta contra a aids.

Aproveito a oportunidade para agradecer aos funcionários da Casa e ao Presidente, que promoveu hoje - e promoverá amanhã e sexta-feira - esse movimento para lembrar que a aids é uma doença grave, mortal e passível de prevenção, especialmente se houver solidariedade com as pessoas, pois o preconceito é odioso. Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada Lúcia Pacífico, telespectador da TV Assembléia, público que nos acompanha nesta reunião, sinto-me no dever de vir a esta tribuna para trazer alguns esclarecimentos, especialmente sobre uma companhia que pertence a todos os mineiros: a Copasa. Ouvimos desta tribuna uma denúncia e gostaria de dizer que todos nós devemos ter um cuidado muito grande com aquilo que pertence ao povo de Minas Gerais.

A Copasa é considerada a melhor companhia de saneamento do Brasil - foi premiada recentemente -, e estamos acompanhando o assunto aqui, na Assembléia Legislativa. É interessante observar que hoje tivemos a leitura da solicitação de urgência para o projeto que trata da criação das suas subsidiárias: a das águas, a do Jaíba e a dos Vales do Mucuri, São Mateus e Jequitinhonha.

É importante dizer isso para todos, pois parece que esse projeto está sendo tocado sem os devidos cuidados. Ele chegou à Assembléia Legislativa em junho deste ano, e, desde essa época, os Deputados e o Estado de Minas Gerais, por meio da publicação no órgão oficial dos Poderes do Estado, já têm conhecimento dele.

A Assembléia Legislativa, por meio de suas comissões, especialmente a de Meio Ambiente e Recursos Naturais, já realizou cinco audiências públicas. Ontem mesmo, tivemos a oportunidade de estar na cidade de Araçuaí, e depois em Teófilo Ottoni, discutindo esse projeto. Hoje, na reunião da Comissão de Meio Ambiente, a requerimento do Deputado Laudelino Augusto, solicitamos os estudos para a implantação das empresas.

Então, esta Assembléia votará um projeto cujo conteúdo os Srs. Deputados e o povo de Minas Gerais conhecerão. De alguma forma, esse projeto recebeu a atenção das comissões desta Casa e será discutido. A decisão do Plenário da Assembléia Legislativa se dará depois de uma discussão que ainda está acontecendo. Não sabemos, mas, pela exiguidade do tempo, essa decisão não acontecerá neste ano, talvez no próximo, na próxima legislatura. Aqueles que votaram esse projeto já terão conhecimento até com esse novo dado, do estudo pormenorizado feito.

Por isso, creio que devemos ter cuidado. Não se trata de uma medida provisória. O governo não enviou à Assembléia Legislativa uma medida provisória, não mandou um decreto; mandou um projeto de lei que está sendo discutido. E é soberana a decisão deste Plenário. Alguns poderão votar contrariamente, e outros poderão votar favoravelmente. Não podemos aceitar que seja um decreto; não é. E há um tempo para discussão. A partir daí, então, teremos a decisão soberana deste Plenário, dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas.

Gostaria também de falar sobre a questão da lei delegada. Vejo chegando aqui o atuante Deputado Miguel Martini. Deputado, tive o cuidado de resgatar a lei delegada de 2000. Estamos diante de uma solicitação de delegação por parte do Governador para tratar de assuntos administrativos da administração direta do Estado, estão fora a administração indireta, as empresas; qualquer tratamento com os funcionários efetivos do Estado. A solicitação da delegação não trata de cargos e salários. O Deputado Miguel Martini se lembrará de que, no governo passado, em que V. Exa. era Líder da Oposição, aqui, neste Plenário, recebemos a solicitação do governo. Solicitação de delegação ao Governador do Estado, de atribuição para elaborar leis destinadas a proceder à revisão da remuneração dos servidores públicos estaduais que específica e a reestruturação de carreiras e de quadros de pessoal das administrações direta e indireta do Poder Executivo. Tínhamos as Leis Delegadas nºs 41 a 48/2000. A delegação tratava de competência para reajustamento de remuneração dos servidores do Executivo, servidores da PMMG, da Polícia Civil, extensão, reestruturação, carreira, quadro de pessoal. A delegação solicitada agora trata de assuntos administrativos, não trata de questões como esta. Àquela altura, ponderamos. E, ao final, democraticamente, votamos contra. Creio que isso é de fundamental importância.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Deputado João Leite, agradeço o aparte. Participei apenas de parte do discurso de um Deputado que ocupou a tribuna para criticar essa lei delegada que o Governador, oportunamente, solicita. Tive o mesmo espanto que V. Exa. No passado, o mesmo Deputado que fez isso fazia parte do governo, aliás, foi Líder do Governo Itamar Franco. Na época, era tudo bonitinho porque era do governo; e agora, com grandes e graves diferenças, que V. Exa. enumerou.

Naquele momento, pedia-se uma carta branca para fazer coisas absurdas e nos levantamos contra o que era solicitado.

No início do governo Aécio Neves, ele também solicitou uma lei delegada a esta Casa, que foi votada, o que tornou possível a realização do "choque de gestão 1", que trouxe extraordinários resultados para o povo mineiro, tanto que ele foi eleito no primeiro turno, com 77% da preferência do eleitorado.

O Governador pretende dar celeridade ao processo, o que é razoável, sensato. Se não votarmos a lei delegada agora, teremos que esperar 15 de fevereiro, para que chegue a esta Casa. Até que as comissões se constituam, demorará entre 15 e 30 dias, ou seja, as discussões irão começar no meio de abril. Com isso, a reforma administrativa pretendida pelo governo e necessária para o aprimoramento do choque de gestão ocorrerá apenas no final do ano que vem. O Governador quer condições para dar celeridade ao aprimoramento.

Deputado João Leite, apenas será aprimorado esse órgão colocado nessa secretaria, talvez pela experiência dos últimos quatro anos, talvez aqui funcione um pouco melhor, pois economizamos mais, otimizamos os recursos e a máquina pública.

Quem está contra, quem pretende obstruir assume uma posição individual e livre, a qual respeitamos profundamente. Entretanto, pergunto-me: não deixar que o Governador tenha esse instrumento para mais rapidamente dar melhores condições de segurança, saneamento básico, geração de novos empregos, crescimento da economia de Minas Gerais só para estar contra, só para dizer que é contra? Isso não é justo com a sociedade mineira.

Tenho certeza de que esta Casa dará a delegação. Queremos trabalhar com esse objetivo porque é bom para o povo mineiro, e não porque é bom para o Governador Aécio Neves. O governo se iniciará no dia 1º/1/2007 já com a nova máquina administrativa gerando benefícios. Como bem disse V. Exa., não será alterada nenhuma questão fundamental dos direitos dos servidores. Apenas teremos um novo modelo de governo, o que é normal em todas as administrações que iniciam um novo mandato. Parabéns a V. Exa. Muito obrigado.

O Deputado João Leite* - Obrigado, Deputado Miguel Martini, pela sua contribuição. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, concederei aparte com muito prazer, pois sei que tem uma grande contribuição, pois está sempre atento a todas essas questões.

À luz das palavras do Deputado Miguel Martini, lembro-me de que, no início deste governo, quando a Assembléia concedeu a delegação, constituímos a Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes. Havia praticamente seis pastas para uma secretaria e algumas dúvidas. A política da criança e do adolescente, por exemplo, deveria ficar com a Subsecretaria de Direitos Humanos ou com a Subsecretaria de Assistência Social? Havia essa dúvida. Eu achava que deveria ser na de Assistência Social. O governo achava que era na de Direitos Humanos, onde ficou. Hoje há uma certeza de que deve ser na Secretaria de Ciência e Tecnologia. São esses ajustes que o governo quer realizar.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Serei breve, pois quero apenas ratificar as palavras brilhantes de V. Exa., como também as do Deputado Miguel Martini, que disseram exatamente o que eu gostaria de produzir neste momento, construindo esse pensamento proativo quanto à lei delegada. Hoje pela manhã, na nossa Comissão, tive o prazer de ler a mensagem do Governador, a qual é o aprimoramento da primeira oportunidade que esta Casa lhe delegou do choque de gestão.

Estamos na fase nova do governo. Não digo que a aprovação desse instrumento seja indispensável, mas imprescindível. O Deputado Miguel Martini disse algo interessante. Precisamos aprovar agora porque ganharemos tempo. Não podemos perder mais tempo. Ao assinar o contrato com o Bird, o Governador trará investimentos para a indústria e a telefonia celular. Esta Casa não haverá de negar esse instrumento maior, pois já concedemos e deu certo. O Estado de Minas Gerais é invejável, vários Governadores e Secretários de Desenvolvimento Econômico vêm a Minas conhecer de perto as ações que o Governador já desempenhou e o choque de gestão.

Portanto esta Casa não pode deixar de aprovar esse instrumento, o qual entendemos ser jurídico, legal e constitucional, nem de testemunhar ao governo que queremos o desenvolvimento do nosso povo e da nossa gente. Parabéns a V. Exa., que sempre tem usado a tribuna para reflexões profundas, sérias e importantes. Obrigado.

O Deputado João Leite* - Obrigado. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva traz uma grande contribuição, pois já apreciou a mensagem do Governador na Comissão de Constituição e Justiça.

Gostaria de falar também em defesa do nosso Líder, o Deputado Alberto Pinto Coelho. Ele falou da confiança do povo de Minas e desta Casa neste governo. Quando disse que o povo de Minas deseja que a Assembléia dê a delegação, tratava dessa confiança adquirida por este governo, a qual o povo de Minas tem demonstrado. Esta Casa também tem demonstrado sua confiança no governo. O governo tem demonstrado uma relação muito respeitosa com esta Casa. Como Secretário, estive aqui com meus companheiros de secretariado do Governador Aécio Neves, discutindo a carteira de projetos estruturadores do governo.

Nasceu, nesta Casa, o Projeto Estruturador da Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas e o Minas Esporte, com várias ações importantes, como o Campos de Luz, iluminação dos campos, e o Programa Curumim, grande idéia do ex-Secretário João Pinto Ribeiro e que proporciona às crianças uma jornada ampliada na escola.

Parece-me que agora será uma decisão de todos os Deputados. Aqueles que são a favor votarão favoravelmente. À época, eu e os Deputados Miguel Martini e Sebastião Costa, aqui presentes, demos nosso voto contrário àquela delegação.

Agradeço, Sr. Presidente, o tempo que V. Exa. me concedeu para este encerramento. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

matéria administrativa

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 28/11/2006, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adalclever Lopes

exonerando Ana Laura Almeida Barbosa Fonseca do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Flávio Lúcio Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Gabinete do Deputado Arlen Santiago

exonerando Débora Dornas dos Santos do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

nomeando Karla Andréa Almeida Mendes para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas.

Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

exonerando Francisco Dimas Alves Monteiro do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas;

nomeando Francisco Dimas Alves Monteiro para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas.

Gabinete do Deputado Leonardo Quintão

exonerando Flávio Lúcio Pereira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Maria Gilza Marques Bicalho Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

